



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação - FACE

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA

PAULO SÉRGIO ALVES PINTO

POLÍTICAS DE C,T&I: UMA ANÁLISE REFLEXIVA A PARTIR DAS
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CONTÁBEIS DA EMBRAPA DE 2004 A
2011

Brasília

2012

PAULO SÉRGIO ALVES PINTO

POLÍTICAS DE C,T&I: UMA ANÁLISE REFLEXIVA A PARTIR DAS
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CONTÁBEIS DA EMBRAPA DE 2004 A
2011

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Guilherme de Oliveira.

Área de Concentração: Administração Pública e Políticas Públicas

Brasília

2012

PAULO SÉRGIO ALVES PINTO

POLÍTICAS DE C,T&I: UMA ANÁLISE REFLEXIVA A PARTIR DAS
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CONTÁBEIS DA EMBRAPA DE 2004 A
2011

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Guilherme de Oliveira.

Área de Concentração: Administração Pública e Políticas Públicas

Dissertação aprovada em: _____ / _____ / _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Guilherme de Oliveira – Orientador
Universidade de Brasília - UnB, PPGA

Profa. Dra. Andréa de Oliveira Gonçalves – Examinador Interno
Universidade de Brasília - UnB, PPGA

Prof. Dr. Fábio Stallivieri – Examinador Externo
Universidade Federal Fluminense – UFF

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Guilherme de Oliveira, cujas ponderações sempre proporcionaram o retorno ao equilíbrio necessário para a consecução deste trabalho.

A todos, familiares e colegas de trabalho, que colaboraram para que eu pudesse participar desse desafio.

RESUMO

Desde há algum tempo existe uma forte e justificada percepção de que os investimentos realizados em ciência, tecnologia e inovação atuam como alavanca para, em última instância, o desenvolvimento econômico e social das populações. No Brasil essa percepção não é diferente, haja vista os posicionamentos oficiais expressos na forma de leis que foram publicadas, principalmente na última década, no sentido de incentivar a pesquisa científica e tecnológica em vários ambientes. A resposta dos agentes, no entanto, pode não ocorrer na velocidade esperada. Tomando por base a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, empresa pública dependente do orçamento federal e de grande conceito em seu ramo de atuação, a avaliação que se deseja realizar relaciona-se à análise da efetividade dos regulamentos oficiais para modificar o seu perfil de financiamento e na análise da dotação orçamentária como instrumento de estratégia alocativa. A empresa, também, assume um discurso francamente preocupado com a prospecção de parcerias que favoreçam a entrada de recursos devido a outras fontes não governamentais. Os fatos relacionados moldam a questão que se quer avaliar, ou seja, se serviram as edições, na última década, dos dispositivos legais com a finalidade de promover a inovação, para tornar a atuação da empresa mais sistêmica e, portanto, para modificar o seu perfil de financiamento. Os resultados do estudo parecem mostrar na empresa a tendência a um comportamento incremental nas decisões orçamentárias e uma invariabilidade no seu perfil de financiamento. Outras variáveis ocultas podem estar interferindo, o que dificultou a avaliação da efetividade do ambiente legal. Embora se trate de um estudo de caso, onde somente foram avaliadas variáveis quantitativas, e decorrendo daí as principais limitações, foi possível realizar um protótipo para experimentos mais abrangentes que possam ser complementados por outros estudos como, por exemplo, os de caráter qualitativo.

Palavras-Chave: Inovação; Incrementalismo; Institucionalismo; Orçamento Público.

ABSTRACT

For some time there is a strong and justified perception that investments in science, technology and innovation act as a lever, ultimately, for economic and social development of the people. In Brazil this perception is no different, given the official position expressed in the form of laws that were published mainly in the last decade, in order to encourage scientific and technological research in various environments. The response of agents, however, may not occur at the expected speed. Based on the Brazilian Agricultural Research Corporation, a public company dependent on the federal budget and high concept in its field of operation, the assessment to be carried out related to the analysis of the effectiveness of official regulations to modify its funding profile and analysis of budget allocation as an instrument of strategy allocative. The company also assumes a speech frankly worried about the prospect of partnerships that encourage the inflow of funds due to other non-governmental sources. The facts related shape the issue to be evaluated, i.e., have used editions in the last decade, the legal provisions in order to promote innovation, to make the company operates more systemic and therefore to modify their funding profile. Study results appear to show the company's tendency to behave in incremental budgeting decisions and invariability in its funding profile. Other hidden variables may be interfering, making it difficult to assess the effectiveness of the legal environment. Although this is a case study, where only quantitative variables were assessed, and resulting there from major limitations, it was possible to conduct a more comprehensive prototype for experiments that can be complemented by other studies, i.e., the qualitative.

Keywords: Innovation; Incrementalism; Institutionalism; Public Budget.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores históricos consignados na LOA por ação - 2004 a 2011.....	48
Tabela 2 - Variações orçamentárias anuais nas ações da Embrapa – base 2011.....	49
Tabela 3 - Valores históricos globais Mapa X Embrapa.....	50
Tabela 4 - Receitas Diretas e Receitas Indiretas – Valores históricos.....	51
Tabela 5 - Receita de Vendas e Serviços X Repasse Recebido.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ação 117B - PAC Embrapa.....	52
Quadro 2 - Ação 116Z - PAC Embrapa.....	53
Quadro 3 - Ação 117A - PAC Embrapa.....	53
Quadro 4 - Ação 20BJ - PAC Embrapa.....	53

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição de frequência – variações anuais.....	54
Figura 2 – Evolução orçamentária global Mapa X Embrapa.....	56
Figura 3 – Indicador: Captação de Recursos a valores de 2011.....	58
Figura 4 – Receita de Vendas e Serviços X Repasses Recebidos.....	59
Figura 5 – Vendas e Serviços / Repasse (excluído PAC Embrapa).....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação
CT - Petro - Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT - Instituição Científica e Tecnológica
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo
PFE - Plano de Fortalecimento da Embrapa
PIB - Produto Interno Bruto
PINTEC - Pesquisa de Inovação Tecnológica
PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PPA - Plano Plurianual
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SNPA - Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
1.1	Formulação do Problema.....	16
1.2	Objetivos da Pesquisa.....	19
1.3	Metodologia.....	20
1.3.1	<i>Delineamento da Pesquisa</i>	20
1.3.2	<i>Método Adotado na Pesquisa</i>	21
1.4	Organização.....	23
2.	A DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	24
2.1	O Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.....	26
2.2	Processos de Formulação e Implementação de Políticas Públicas.....	27
2.2.1	<i>O Modelo “Lata de Lixo”</i>	27
2.2.2	<i>Múltiplos Fluxos</i>	27
2.2.3	<i>Coalizões de Advocacia</i>	29
2.2.4	<i>Redes de Políticas Pública</i>	29
2.3	Abordagens Teóricas Potencialmente Relacionadas às Hipóteses da Pesquisa ..	31
2.3.1	<i>A Teoria Pura da Escolha Racional e a Racionalidade Limitada</i>	31
2.3.2	<i>A Teoria Institucional</i>	32
2.3.3	<i>O Modelo de Orçamento incremental</i>	35
2.3.4	<i>O Equilíbrio Pontuado</i>	36
3.	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TEC. E INOVAÇÃO	39
3.1	Modelo Ofertista Linear.....	41
3.2	Modelo Elo de Cadeia.....	41
3.3	Sistemas de Inovação.....	42
3.4	Políticas de CT&I. Estruturação do Arcabouço Legal na Última Década.....	43
4.	RESULTADOS	47
4.1	Resultado Orçamentário.....	47
4.2	Desempenho Operacional.....	50
4.3	Demonstrativos Contábeis.....	51
4.4	Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa - PAC Embrapa.....	52

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	54
5.1 Análise Orçamentária.....	54
5.2 Análise do Desempenho Operacional.....	57
5.3 Análise dos Demonstrativos de Resultados.....	58
5.4 Análise do PAC Embrapa.....	60
5. CONCLUSÕES.....	62
REFERÊNCIAS	67
Anexo A - Lei Orçamentária 2004 - V. IV – 22202 - Embrapa	73
Anexo B - Demonstração de Resultado 2004.....	83
Anexo C - Demonstração de Resultado 2005.....	84
Anexo D - Demonstração de Resultado 2006.....	85
Anexo E - Demonstração de Resultado 2007.....	86
Anexo F - Demonstração de Resultado 2008.....	87
Anexo G - Demonstração de Resultado 2009.....	88
Anexo H - Demonstração de Resultado 2010.....	89
Anexo I - Demonstração de Resultado 2011.....	90
Anexo J - Execução PAC Embrapa 2008.....	91
Anexo K- Execução PAC Embrapa 2009.....	93
Anexo L - Execução PAC Embrapa 2010.....	95
Anexo M - Execução PAC Embrapa 2011.....	97
Apêndice A – Nomenclatura e código das ações	99
Apêndice B – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	100

1. INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 1980 a economia mundial vem atravessando um período de grande desenvolvimento tecnológico e aumento da concorrência, de forma que a técnica e a competição entre os países elevaram abruptamente os investimentos em ciência, tecnologia e inovação (C,T &I) (BRASIL, 2010). Tal motivação perpassa pelo interesse em C,T&I como pressuposto de que esses elementos são chave para o crescimento, a competitividade e o desenvolvimento de empresas, indústrias, regiões e países (VIOTTI, 2003, Cap.1, p.45). Também em consequência, essas atividades tornaram-se instrumentos de políticas públicas para a geração de emprego qualificado e renda, e democratização de oportunidades (BRASIL, 2010).

Em decorrência existem fortes justificativas para concentrar o interesse no fluxo das novas ideias científicas, invenções e inovações, sendo que esforços para a criação de descobertas e invenções têm sido crescentemente focadas em instituições especializadas como as entidades de pesquisa e desenvolvimento experimental, geralmente conhecida pelas iniciais “P&D” (FREEMAN; SOETE, 2008). Dosi (1988), no mesmo sentido, afirma que os países industriais modernos dedicam uma importante parcela de seus recursos e força de trabalho à atividade formalizada de pesquisa pura e aplicada e ao desenvolvimento tecnológico em instituições sem fins lucrativos (universidades, laboratórios governamentais, etc.) e empresas privadas.

No Brasil, igualmente, as políticas de C,T&I, que ocupavam âmbito restrito em determinados setores do governo e na academia, vêm cada vez mais sendo apresentadas como parte fundamental e complementar das outras políticas industrial e de comércio exterior. Em nosso país, nas últimas décadas, foram desenvolvidos um competente sistema universitário de produção de conhecimento e de formação de recursos humanos, o que forjou um novo desafio de desenvolver condições para que as atividades inovadoras satisfaçam as demandas da sociedade e, mais especificamente, fortaleçam as condições de competitividade empresarial (GOMES; OLIVEIRA, 2012).

Cabe lembrar que os modelos de inovação e aprendizado percorreram uma trajetória histórica que partiu do pioneiro modelo linear de inovação, após a Segunda Guerra Mundial, o qual, resumidamente, enxergava o processo como um fenômeno sequencial e, no caso, a pesquisa básica levaria naturalmente ao processo de inovação.

Como crítica a esse modelo, surgiu o modelo elo de cadeia para o qual a inovação seria resultante de uma interação entre oportunidades oriundas do mercado e os conhecimentos existentes nas empresas as quais deixam de ser vistas como meras usuárias das tecnologias criadas. Nesse caso, as empresas partem para a pesquisa quando não conseguem resolução do problema com o estoque de conhecimento que detêm. Finalmente, segundo Viotti (2003), chega-se a um terceiro modelo, de origem mais recente, o qual é denominado de modelo sistêmico. Nessa ideia o processo de inovação está condicionado às ações conjuntas de um amplo grupo de instituições, públicas ou privadas, incluindo empresas; centros de pesquisa; instituições de ensino; instituições normativas, culturais e, ainda, o ambiente econômico.

Trazendo a questão novamente para o Brasil, Cavalcante (2009) ressalta que na década de oitenta a prioridade era para o controle inflacionário, o que desviou as atenções em detrimento às políticas industriais e políticas de CT&I. Segundo esse autor, as discussões acadêmicas partiram para as análises neoschumpeterianas, nas quais há uma estreita relação entre crescimento econômico e as alterações devidas à introdução e difusão de inovações tecnológicas (LEMOS, 1999).

Começou-se então a disseminar a percepção quanto às limitações do modelo linear e a ressaltar o caráter sistêmico dos processos de inovação. Nessa linha, ao longo da década de noventa, com exposição da economia nacional aos concorrentes externos, houve estímulo para os formuladores de política a preconizar ações para incrementar a competitividade na forma empresarial, estrutural e sistêmica por meio de políticas de ampliação do conteúdo tecnológico da economia brasileira (FERRAZ; KUPFER E HAGUENAUER, 1996). Foi quando em 1993 foi publicada a Lei nº 8.661/93 (BRASIL,1993) para concessão de incentivos fiscais à capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária a qual, segundo Salerno e Kubota (2008), envolvia a necessidade de superação de uma grande burocracia e acabou sendo revogada pela chamada Lei do Bem, Lei nº 11.196/05 (BRASIL, 2005). Antes disso outras iniciativas foram tomadas com a edição da lei que criou o fundo CT-Petro em 1997 e, entre 2000 e 2001, leis que criaram outros 12 fundos setoriais demonstrando a ênfase dada pelo Governo Federal às políticas de incentivo à inovação (PACHECO, 2007).

Em 2003, o governo lançou as Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PTICE) (BRASIL, 2003) a qual, segundo Salerno e Daher (2006),

buscava incentivar a mudança do patamar competitivo da indústria brasileira rumo à diferenciação e inovação de produtos, estratégia competitiva que tende a gerar mais renda com o objetivo de aumentar a eficiência econômica e de desenvolver e difundir tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e competição no comércio exterior. O foco dessa política, de acordo com Luna, Moreira e Gonçalves (2008), está centrado no adensamento da estrutura produtiva, na capacidade de inovação das empresas brasileiras e nas exportações, mostrando que a tendência era a de formular parcerias com setor privado para aumentar as possibilidades de investimento.

Para ratificar os estímulos desempenhados pelo Governo Federal em dotar a legislação de aparato mais adequado à participação privada, a partir de meados da década passada, foram editados marcos regulatórios importantes. O primeiro foi a Lei 10.973/04 (BRASIL, 2004), a chamada Lei da Inovação a qual tinha por objetivo, entre outros, estimular que as inovações concebidas nas universidades e nas instituições científicas públicas pudessem ser transformadas em tecnologias implementadas no setor produtivo e, ainda, buscava estimular que entidades públicas pudessem atuar num ambiente de cooperação nas etapas existentes do processo de inovação e produção.

Outra lei publicada na sequência foi a Lei do Bem, nº 11.196/2005 (BRASIL, 2005) conforme o previsto no artigo 28 da Lei da Inovação, instituiu benefícios tributários buscando o mesmo objetivo de cooperação por meio do usufruto da concessão de incentivos fiscais por parte das empresas privadas para a obtenção de inovação tecnológica.

A Lei Rouanet, nº 11.487/2007 (BRASIL, 2007), veio complementar a Lei do Bem com a tentativa de aproximar as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) das grandes empresas. Seu foco é relativo ao imposto de renda das pessoas jurídicas, consistindo na possibilidade das empresas privadas poderem excluir do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de metade até duas vezes e meia o valor dos dispêndios efetivados em cada ano fiscal com o financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) executados por ICTs. Ainda, segundo a mesma Lei, os recursos recebidos da empresa privada beneficiária do incentivo fiscal seriam considerados como receita da própria ICT.

No contexto da implementação dessas estratégias para incentivar a atuação privada em um sistema de desenvolvimento tecnológico para o país, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), empresa pública de direito privado vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), pode desempenhar um importante papel de indução para o alcance desse objetivo. Criada em 26 de abril de 1973, a Embrapa atua em quase todos os Estados da Federação por intermédio de Unidades de Pesquisa e de Serviços e de Unidades Administrativas ajudando a construir a liderança do país na agricultura tropical. Dispõe neste ano de 2012 de um orçamento de R\$ 2,10 bilhões aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA), possui 9.660 empregados, dos quais 2.392 são pesquisadores sendo 18% com mestrado, 74% com doutorado e 7% com pós-doutorado (BRASIL, 2012). A empresa também coordena o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) constituída por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e diferentes campos do conhecimento (BRASIL, 2012).

Sua missão institucional é viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura em benefício da sociedade brasileira (BRASIL, 2012).

Em suma, a Embrapa trata-se de empresa estatal dependente de recursos financeiros do ente controlador, incluídos no orçamento fiscal e da seguridade social do Governo Federal (BRASIL, 2000). Está submetida à estratégia política tecnológica mais ampla do país, a partir dos esforços explícitos do Governo Federal de favorecer um ambiente que permita uma abordagem mais sistêmica dos agentes para aumentar seus dispêndios em P&D e, ainda, de proporcionar à empresa fontes alternativas de receitas. Dessa forma, será objeto do presente estudo as consignações orçamentárias nas diversas ações da empresa, bem como as suas Demonstrações Contábeis, no período de 2004 até 2011, conforme descrito adiante.

1.1 Formulação do Problema

A Embrapa, além do reconhecido papel como ICT, apresenta destacado caráter social de atuação, porém, o que se deseja aqui é o enfoque de caráter econômico e

financeiro partindo de motivação exposta pela própria empresa, como àquela citada em seu Relatório de Gestão de 2003:

[...] não pode estar dissociada da preocupação constante de buscar uma relação de equilíbrio entre a missão social da empresa, como instituição pública, e a adesão a uma lógica de apropriação privada dos frutos da pesquisa, na forma de resultados financeiros e altos padrões de competitividade no mercado de tecnologia (BRASIL, 2004, p. 44).

Também, pela leitura do seu IV Plano Diretor 2004-2007, nota-se haver consonância do conteúdo existente nas leis citadas anteriormente com objetivos da empresa relacionados à busca por parcerias que pudessem favorecer outras formas de financiamento. Dessa forma, nas Diretrizes Estratégicas apresentadas nesse Plano, nas atividades relativas aos recursos financeiros, está expresso:

Adotar atitude proativa e indutora na captação dos recursos financeiros, mediante a articulação e coordenação entre as Unidades Descentralizadas da Empresa, organizações do terceiro setor, o Tesouro Nacional e outras instituições públicas.

Criar e aprimorar mecanismos de captação de recursos junto à iniciativa privada, por meio do uso inovador de todos os instrumentos financeiros disponíveis tais como, fundos de participação, de investimento de risco, fundos setoriais, entre outros. (BRASIL, 2004, p.32).

No tópico “Projetos Estruturantes e Integrativos”, ainda do mesmo Plano, ratificava a mesma preocupação no “Projeto 5: Orçamento e Finanças” no qual as ações estratégicas seriam para, entre outras: “Definir política e desenvolver processos para ampliar a capacidade de captação de recursos de parceiros públicos e privados” (BRASIL, 2004, p. 38).

Na mesma linha, o V Plano Diretor da Embrapa 2008-2011-2023, aprovado em 1º de abril de 2008, elencava entre as principais ameaças:

Continuidade do contingenciamento de recursos públicos para a Embrapa e para as demais instituições públicas integrantes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA. (BRASIL, 2008, p. 24).

Nesse Plano apresenta como um dos Desafios Organizacionais e Institucionais: “Ampliar e diversificar as fontes de financiamento para PD&I” (BRASIL, 2008, p. 55) e, para tanto, estipula como objetivos de médio prazo, de 2008 até 2011:

Intensificar a articulação interinstitucional viabilizando a formulação de políticas públicas que fortaleçam PD&I, com foco na expansão da alocação de recursos e na flexibilização de formas de aplicação.

Multiplicar, diversificar e articular as fontes e as formas de financiamento dos projetos de PD&I, garantindo o seu alinhamento com a estratégia institucional e ação integrada. (BRASIL, 2008, p. 55).

Portanto, há intenções expressas da Embrapa acerca da necessidade de novas alternativas de financiamento, conjugada com os aspectos supostamente facilitadores para esse objetivo contidos nos normativos legais citados anteriormente. As questões que se depreendem ligam-se na análise da efetividade¹ dos marcos legais para modificar seu perfil de financiamento e na análise da dotação orçamentária pública como um instrumento de estratégia alocativa.

A hipótese que se coloca nesse último caso, é que, baseando-se nos estudos desenvolvidos por True, Jones e Baumgartner (2006), as alterações orçamentárias anuais tenham uma tendência a sofrerem alterações apenas incrementais, com variações pontuais denotando alguma ruptura em relação a esse padrão. Dessa forma, ao se representar graficamente as variações percentuais anuais dos valores alocados em cada uma das ações da empresa, deverá ser verificada uma distribuição com formato leptocúrtico, ou seja, uma distribuição de frequências concentrada no centro da distribuição, o que representaria uma lógica de estabilidade, e “ombros” fracos denotando a dificuldade na ocorrência de mudanças moderadas e, por fim, longa cauda, resultado de episódicas pontuações. De outra forma, se as decisões alocativas primárias fossem tomadas por meio de um contínuo ajuste dinâmico, o que seria de se esperar é que a curva resultasse em uma distribuição aproximando-se de uma normal (TRUE; JONES E BAUMGARTNER, 2006).

Sob outro ângulo, de modo complementar, pretende-se avaliar seus demonstrativos contábeis para analisar a resposta da empresa ao ambiente propenso para a formação de parcerias que possam favorecer outras fontes de captação de recursos.

A questão ensejada diante dessas colocações, é tentar identificar a possibilidade da existência de um comportamento padrão na alocação orçamentária de uma instituição pública e, ainda, saber se houve uma redefinição no rumo da ICT em termos de um posicionamento mais estratégico com a finalidade de conseguir modificar seu perfil de financiamento o qual, conforme o entendimento das leis publicadas, encontra ambiente presumivelmente favorável para isso e, portanto, diminuir sua dependência pública orçamentária.

¹Ao longo do texto será empregado o termo efetividade para designar a característica daquilo que produz efeito ou causa impacto.

A análise irá recair sobre o perfil de financiamento da Embrapa de 2004 até o ano de 2011, quando ocorreram as principais alterações na legislação e, também, por permitir o levantamento de série histórica das consignações orçamentárias nas suas diversas ações que foram criadas a partir do Plano Plurianual 2004-2007. Mais especificamente, a questão suscitada nessa análise deve responder: serviram as edições, na última década, dos dispositivos legais com a finalidade de promover a CT&I, para tornar a atuação da Embrapa mais sistêmica e, portanto, para modificar o seu perfil de financiamento?

1.2 Objetivos da Pesquisa

O propósito deste trabalho é identificar, a partir de um estudo de caso, se o modelo incremental de orçamentação pode ser uma estratégia na área pública. O objetivo geral é analisar aspectos sobre a adequação dos dispositivos legais relacionados à CT&I, instituídos na última década, os quais pressupõem a promoção da inovação em larga escala por meio do incentivo à cooperação das Instituições Científicas e Tecnológicas com os outros agentes constituintes do sistema de inovação. Como objetivos específicos; vis à vis os pressupostos de estímulo a um comportamento mais sistêmico presente naqueles dispositivos legais, com incentivos para alcance de novas fontes de financiamento, conjugado com o forte discurso expressado pela Embrapa no mesmo sentido, o que se pretende é: (1) evidenciar a variação das receitas não-orçamentárias da Empresa por meio das suas Demonstrações Contábeis e outros indicadores, para verificar alterações no seu perfil de financiamento, o que pode confirmar, ou não, se está conseguindo alcançar aqueles objetivos e; (2) analisar o comportamento da alocação orçamentária da empresa no período de 2004/2011 e, dessa forma, observar se há a existência de um comportamento que possa implicar em situação favorável, ou não, a um posicionamento mais sistêmico que propicie condições para que ela consiga seus objetivos.

O interesse no tema justifica-se em razão do assunto “orçamento público” estar na pauta com diversas proposituras no sentido de conferir ao instrumento maior transparência e eficiência na sua execução. Também pela possibilidade de se ter uma avaliação do marco legal que respalda a agenda baseada no desenvolvimento

tecnológico como base para, em linhas gerais, a criação de um ambiente de cooperação entre os agentes e para a elevação da competitividade e crescimento do país. Ainda, pela necessidade de criar novas alternativas de cooperação, que possibilitem outras fontes de financiamento, que sejam sinérgicas com o desenvolvimento tecnológico.

1.3 Metodologia

1.3.1 Delineamento da Pesquisa

Para identificar a existência de um possível padrão na definição orçamentária de uma instituição pública, o trabalho utilizou-se de um estudo de caso, classificado como exploratório descritivo. A abordagem desenvolvida aqui segue a linha de pesquisa de análise e avaliação de política de C,T&I, desenvolvida por Dagnino (2007, 2010). Assim, busca-se uma integração entre a abordagem sobre formulação de política, em especial o institucionalismo e incrementalismo, e a abordagem sobre desenvolvimento tecnológico, característica da escola neoshumpeteriana.

Na definição da unidade caso optou-se pela Embrapa em vista de ser instituição pública de ciência e tecnologia inserida, portanto, no contexto das políticas públicas da área tecnológica, as quais se mostraram na última década expostas a uma dinâmica de mudanças com a edição de marcos regulatórios importantes, como a Lei da Inovação e a Lei do Bem, entre outras, que foram criadas no sentido mais amplo de condicionar um comportamento mais sistêmico dos agentes que participam do setor e, por isso, favorecendo um ambiente de mudança. Ainda, porque trata-se de uma empresa pública dependente de recursos públicos consignados anualmente na Lei Orçamentária Anual o que em tese poderia permitir algum tipo de correlação.

Conceitua-se como estudo de caso intrínseco aquele cujo propósito é o de permitir facilitar a compreensão de algo mais amplo pois pode servir para apresentar percepções sobre um determinado assunto.

Podem ser consideradas pesquisas observacionais em vista de serem baseadas em observações sistemáticas da realidade e quantitativas pois parte do conjunto de representações numéricas para buscar compreender a realidade. No acompanhamento

orçamentário e contábil a dimensão temporal será longitudinal pois sua observação será extensiva de 2004 até 2011.

1.3.2 Método Adotado na Pesquisa

A Embrapa é empresa pública dependente de recursos consignados no orçamento fiscal e da seguridade social estando, portanto, submetida aos critérios de repartição desses recursos definidos por estratégias de prioridades estabelecidas pelo Governo Federal e, conforme será visto, diferentes mecanismos podem interferir nesse processo até a definição final da escolha a ser feita.

Outra observação refere-se aos esforços explícitos feitos pela administração pública no sentido de estimular o fortalecimento dos sistemas de inovação através da criação e modificação dos regulamentos que regem esse tema. Dessa forma, pretende-se, a partir das análises orçamentárias dos últimos oito anos (2004/2011), e de modo complementar, em conjunto com as análises das Demonstrações Contábeis (Demonstrativo de Resultados e outros) responder se a Embrapa fixou seu posicionamento alinhado com as políticas definidas pelo Governo Federal.

Conforme disposto no Relatório de Gestão da Embrapa, ano base 2010 (BRASIL, 2011), a empresa como meio de alcançar os objetivos e metas institucionais, participa do Plano Plurianual (PPA) gerenciando dois programas e contribui com outras ações em programas gerenciados por outros órgãos. Para coleta das informações foram utilizados os dados obtidos da página eletrônica do Ministério do Planejamento (BRASIL, 2012b) na qual constam as LOAs aprovadas de 2004 até 2011. Mais especificamente os dados foram extraídos do Volume IV, Tomo I, Detalhamento das Ações, Órgão 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Unidade 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

As informações obtidas diretamente da LOA, como descrito acima, são demasiadamente analíticas de modo que, para fins demonstrativos, está anexado ao final deste trabalho como se apresentam essas informações somente na LOA/2004 (Anexo A). Para os outros anos as informações poderão ser obtidas da mesma forma, sempre consultando o Volume IV da LOA de cada ano.

As informações contábeis de 2008 até 2011 estão disponíveis no site da Embrapa, no link “Processos de Contas Anuais” (BRASIL, 2012c). As informações de 2004 até 2007 foram obtidas por meio de solicitação ao Serviço de Informação ao Cidadão da Embrapa (BRASIL, 2012d), as quais foram enviadas por email.

Essa análise das sucessivas Demonstrações Contábeis (Demonstrativo de Resultados e outros – Anexo B) publicadas poderá adicionar informações relevantes se a Embrapa está conseguindo, alternativamente aos recursos oficiais, mudar o perfil de financiamento, possivelmente estimulada pelas regras de incentivos definidas pela Lei de Inovação e pela Lei do Bem.

Outras análises comparativas considerando o próprio órgão ao qual a Embrapa se encontra vinculada, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), poderão subsidiar o estudo conforme se deseja confirmar a hipótese de que se caminha para um posicionamento mais incremental na definição orçamentária daqueles órgãos.

Para averiguar a possibilidade de ser identificado um comportamento padrão na política de orçamentação da Embrapa, foi tentada a realização da experiência relatada por True, Jones e Baumgartner (2006) adaptada ao formato em que são executadas as ações do Governo Federal brasileiro. Conforme os autores, a Teoria do Equilíbrio Pontuado procura explicar uma observação simples; a de que o processo político é constantemente dirigido por uma lógica de estabilidade e de incrementalismos, no entanto, ocasionalmente eles podem sofrer rupturas fazendo distanciarem-se daquela tendência.

Para execução do experimento foram feitas algumas considerações a começar pelo período de estudo que inicia-se em 2004 e termina em 2011, englobando dois Planos Plurianuais (PPA), o de 2004/2007 e de 2008/2011. Foi com a edição do Decreto 2.829 de 1988 (BRASIL, 1998) que toda ação finalística governamental foi estruturada em programas fazendo valer seus efeitos já no PPA 2000/2003, porém, o período escolhido iniciou-se em 2004 devido ter ocorrido muitas descontinuidades nas ações e programas da Embrapa na transição de 2003 para 2004 o que dificultou o levantamento anterior da série histórica. Outra consideração ocorreu na escolha das ações que entraram no estudo, ou seja, somente foram levantadas informações daquelas ações que contribuem finalisticamente com os objetivos da empresa e, dessa forma, foram

excluídas as ações de caráter administrativo como aquelas relacionadas a sentenças judiciais; encargos de financiamento; administração da unidade entre outras, cujos valores não são dependentes de escolha. Os valores utilizados foram aqueles aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os resultados encontrados sugerem que a Embrapa não mudou substancialmente seu perfil de financiamento não sendo identificado, porém, relação de causalidade estrita para esse comportamento. A pesquisa, apoiando-se nas teorias do equilíbrio pontuado e da institucionalista, permitiu identificar padrões de comportamento incremental nos períodos intermediários a cada PPA e mudanças abruptas de um PPA para o outro como, por exemplo, a instituição de novas ações pertencentes ao Programa de Fortalecimento da Embrapa, o PAC Embrapa.

1.4 Organização

A estrutura do trabalho terá na sequência a seção 2, com uma breve abordagem sobre os instrumentos da gestão orçamentária pública; a demonstração de modelos teóricos que norteiam decisões de modo mais geral e, em seguida, mais especificamente sobre os orçamentos públicos as quais irão envolver aspectos da Teoria da Racionalidade Limitada, da Teoria Institucional, os modelos incrementais de orçamento e outra variante decorrente de variações pontuais que podem alterar esse incrementalismo. A seguir, na seção 3, a abordagem será complementada pelo enfoque voltado às políticas públicas no desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação de forma mais geral e às aplicadas no universo brasileiro. Irá tratar dos modelos Ofertista-Linear, Elo de Cadeia e o modelo Sistêmico. A seção 4 trará os resultados da coleta de informações e sua organização. Na seção 5 as análises dos resultados da seção anterior e, finalmente, na seção 6 as conclusões do estudo.

2. A DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento, mais especificamente o público, pode ser interpretado como um modo para concretizar decisões tomadas estrategicamente pois, por meio dos valores nele alocados, os diversos programas que o compõem passam a ter uma dimensão mais concreta, refletido em ações e responsáveis específicos pela sua execução.

O tema decisão, nas variadas áreas da ciência, vem alimentando debates sobre quais fatores interferem no processo de escolha realizado por indivíduos e organizações, assim, mesmo partindo do pressuposto de serem os orçamentos instrumentos racionalmente idealizados e utilizados de forma mecanicista, eles estão sujeitos a outras variáveis envolvidas. Nesta seção serão abordadas teorias e modelos que buscam entender como são estipulados os critérios para a definição da alocação orçamentária pública partindo do pressuposto inicial da escassez de recursos os quais devem ser, de alguma forma, repartidos entre os diversos setores da atuação governamental.

Ao tomar-se como ponto de partida a hipótese de que as decisões orçamentárias são o resultado de pressões, compromissos, coalizões e negociações entre uma pluralidade de atores que se encontram em situação de interdependência, portanto, com necessidades recíprocas, apesar de que estruturalmente seus interesses podem estar em contraste, a busca pela explicação de como ocorre a definição da alocação orçamentária, diante dos diversos atores envolvidos, poderia ser enquadrada na situação em que seja excluída do esquema de análise qualquer intento de explicação estritamente racional.

Nessa condição pode ser adequado enfatizar o modelo II de Allison (1999), o qual considera como unidade de análise a ação governamental como um resultado organizacional e, nessa circunstância, o governo consistindo de um grupo de organizações e cada uma delas agindo de forma fracionada seguindo padrões específicos delineados por rotinas estabelecidas previamente. Como as ações são desenvolvidas dentro de um cenário padrão e não para situações específicas, caberia aos órgãos centrais da administração pública a percepção dessa fragmentação e a promoção da sua intermediação evitando a prática da adoção de regras de decisão simples como incrementalismos, por exemplo.

Contrapondo uma pressuposta racionalidade que supõe um domínio quase integral da situação de decisão, March (2009) apregoa que os indivíduos responsáveis

por decisões apresentam limitações básicas tais como: problemas de atenção; problemas de memória; de compreensão e de comunicação. No embate contra essas limitações os indivíduos modificam a estrutura daquilo que seria a escolha racional para uma condição de maior conforto, acomodando essas dificuldades escolhendo não a alternativa ótima, mas aquela que combine satisfação com eficiência.

Em linhas gerais, outras variáveis podem intervir no processo tornando pertinente, por exemplo, a compreensão dos aspectos norteadores da Teoria Institucionalista da qual DiMaggio e Powell (2005) levam a entender que as organizações são moldadas pelo meio institucional que as envolve. Segundo esses autores, as organizações acabam similarizando-se sem que haja uma contrapartida de elevação de eficiência e, tal fenômeno, creditam à atuação do Estado; à formação de campos organizacionais os quais seus integrantes possuem relações comuns e; pelas categorias profissionais que também assumem um comportamento similar em seus variados setores de atuação dentro de cada organização. Sob outra perspectiva, North (1990) aborda o conceito de *path dependence* cuja idealização tem por base soluções sub ótimas que são fixadas ao longo do tempo, sendo modificadas por pequenas variações periódicas.

Subjacentes a essas teorias, serão examinados os mecanismos baseados no incrementalismo da alocação orçamentária, o qual toma por base valores históricos para estipulação dos valores futuros. Outra vertente leva em consideração as oscilações pontuais decorrentes de outros fatores dando origem ao denominado modelo do equilíbrio pontuado.

Essas diferentes abordagens relacionadas à teoria da decisão serão especificamente detalhadas e discutidas tendo a Embrapa como objeto de estudo, restringindo o escopo para o seu âmbito organizacional.

Nesta seção serão apresentadas, na sequência, uma breve explanação sobre dois dos principais instrumentos norteadores do processo orçamentário nacional. Em seguida alguns modelos teóricos recentes de como se dá o processo de formulação e implementação das políticas públicas de forma mais geral e, mais especificamente, os modelos de processo decisório relacionados à escolha orçamentária que irão subsidiar a obtenção dos resultados deste trabalho.

2.1 O Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual

Os três principais instrumentos condicionadores da execução orçamentária pública, na forma em ela ocorre atualmente, surgiram a partir da Constituição de 1988, mais precisamente em seu artigo 165 (BRASIL, 1988): o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e; a Lei Orçamentária Anual (LOA). Para efeito desse estudo o interesse recai sobre o PPA, o qual exerce a função de programador das atividades do Governo Federal e como instrumento de planejamento de médio prazo, e sobre a LOA, na qual são consignados os valores autorizados anualmente para cada programa de governo.

Mais recente em relação à Constituição de 1988, foi a edição do Decreto 2.829, de outubro de 1998 (BRASIL, 1998), que estabeleceu que regras comuns devessem ser aplicadas à elaboração e à gestão dos PPAs e dos orçamentos da União e determinou a revisão da classificação funcional programática com o objetivo da adoção de um gerenciamento por programas (RESENDE, 2011). Dessa forma, aquele Decreto estipulou que, já a partir do PPA de 2000/2003 e dos Orçamentos da União a partir do ano de 2000, toda ação finalística, ou seja, que promova bens ou serviços para a sociedade, devesse ser estruturada em programas orientados para consecução dos objetivos de 4 anos, o período de vigência do PPA, que inicia a fazer efeitos no ano seguinte ao do primeiro ano de cada novo mandato presidencial.

Desse modo, o PPA 2000/2003, que foi denominado de Avança Brasil, iniciava o novo formato em que se dava a gestão da execução orçamentária pública, mantida até o PPA 2008/2011 sem grandes mudanças na sua concepção. Conforme Resende (2011), o PPA 2008/2011 foi confeccionado com a mesma lógica do PPA 2004/2007, ambos contemplados neste estudo, porém, o último, com um maior rigor em sua formulação, fez com que houvesse uma redução numérica dos programas de cerca de 20% em relação ao plano anterior, passando de 374 para 306 programas.

Outra mudança importante ocorrida no PPA 2008/2011 foi a incorporação, como um componente prioritário ao processo de desenvolvimento do país, da expansão dos investimentos em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (CARDOSO e GIMENEZ, 2011). Esse programa, como será visto, irá trazer impacto importante no orçamento da Embrapa.

2.2 Processos de Formulação e Implementação de Políticas Públicas

Nesta subseção serão abordados alguns modelos que enfocam os processos de formulação e implementação de políticas públicas de maneira mais abrangente para, em seguida, tratar dos modelos mais específicos relacionados à escolha orçamentária e às hipóteses que se quer testar.

2.2.1 O Modelo “Lata de Lixo”

Cohen, March e Olsen (1972) idealizaram o modelo *garbage can*, em síntese, como uma espécie de fluxo ocorrendo no sentido inverso, ou seja, as organizações possuem soluções que buscam por problemas. No caso, as definições das políticas públicas aplicáveis são realizadas pela procura de alternativas que foram anteriormente descartadas, isto é, encontram-se na lata de lixo. Conforme a lata é vasculhada, em seu conteúdo podem ser encontradas soluções para problemas existentes, em um ambiente de limitado entendimento do problema e da sua solução, fazendo predominar a resolução na forma de tentativas e erros.

Os autores descrevem a tomada de decisão ocorrendo em um ambiente de elevada ambiguidade, ao qual chamaram de anarquia organizacional.

2.2.2 Múltiplos Fluxos

Tomando por base o modelo anterior da lata de lixo, Kingdon (2011) procurou entender como determinadas questões passam a fazer parte da agenda do governo transformando-se em uma prioridade com o conseqüente surgimento de um programa governamental. Sua denominação de “múltiplos fluxos” deriva da existência de três fluxos que ao se convergirem pode favorecer o surgimento da oportunidade para destacar o problema levando-o para outro nível no grau de atenção. São eles: o fluxo dos problemas; das soluções e alternativas e; das políticas.

Para entender o fluxo dos problemas, Kingdon sugere que as organizações teriam um comportamento similar ao apresentado no modelo *garbage can* cujo ambiente é de limitada compreensão do problema e de sua solução, implicando em que os fluxos percorreriam cursos independentes e transformariam-se em itens da agenda

quando houvesse uma convergência entre eles. Kingdon estabeleceu que uma questão surge de uma percepção da sociedade sobre uma determinada situação que ainda não exigiu que soluções fossem aplicadas. Haveria uma transição de questão para problema em um momento posterior, quando aquela percepção atingisse um determinado grau no qual algum tipo de ação urgiria para solucionar a questão.

Haveria, portanto, três mecanismos capazes de transformar uma questão em problema. O primeiro seria a existência de indicadores que ratificariam a existência de uma questão e em que grau seria exigida uma interveniência. O segundo mecanismo seria despertado por crises e símbolos que passam a perturbar o ambiente de modo frequente, fazendo com que a atenção seja exacerbada podendo tornar-se um problema. Finalmente, o terceiro mecanismo decorre de avaliações sobre os programas do governo já existentes. O *feedback* municiaria os tomadores de decisão para que mudanças de rumo fossem tomadas caso, por exemplo, das metas estarem distantes de seu atingimento.

No fluxo das soluções e alternativas, sua resolução irá depender de especialistas que participam com diferentes ideias que poderão ser aceitas, ou não, a depender de variáveis como, por exemplo, aceitação pública; política; viabilidade técnica e financeira.

O terceiro fluxo, o das políticas, apresenta-se como o mais independente sendo, no entanto, fundamental para que o problema entre na agenda. Algumas situações podem favorecer esse aspecto político como uma mudança de governo ou então o resultado de atuação de forças organizadas da sociedade.

No modelo dos Múltiplos Fluxos seria a convergência desses fluxos que poderia promover a abertura de uma “janela” configurada como uma oportunidade política que favoreceria a passagem de uma, até então, questão para o nível de agenda de decisão. Kingdon acrescenta a necessidade da existência de “empreendedores políticos” que serviriam como catalizadores para impulsionar o processo: dirigentes; servidores de carreira; lobistas e; jornalistas, entre outros.

Capella (2006) pontua que existem críticas a esse modelo, mas que não alteram sua lógica fundamental a qual não compreende o desenvolvimento das políticas como uma sequência ordenada, que se inicia na percepção do problema e sua consequente

solução. Assim, o desenvolvimento das políticas é considerado como uma disputa sobre definições de problemas e geração de alternativas.

2.2.3 Coalizões de Advocacia

Esta abordagem foi idealizada originalmente por Sabatier e Jenkins-Smith (1993) e basicamente estabelece que uma coalizão de defesa, *advocacy coalition*, é formada por uma diversidade de instituições públicas em várias esferas de governo e também na área privada, as quais defendem as mesmas crenças e, para atingir seus objetivos, procuram intervir nas regras; pessoas e; instituições.

Esse modelo, portanto, diverge do modelo lata de lixo o qual parte de ideia básica de uma certa desorganização para se chegar a uma solução. Para Sabatier e Jenkins-Smith, existem subsistemas organizados que interagem com atores em diversas instâncias para alcance dos seus objetivos.

Em trabalho mais recente, Sabatier e Weible (2007) estabeleceram que mudanças nas políticas públicas advém tanto da competição existente no interior de cada subsistema, como decorrentes de eventos externos e há necessidade de que os participantes sejam especialistas no meio em que atuam para poder terem alguma influência, pois a maior parte das decisões ocorre no âmbito desses subsistemas envolvendo a negociação entre eles.

Assim, os atores agregados em torno de suas crenças e interesses compartilham o mesmo conhecimento sobre uma determinada política, havendo uma estabilidade nessa conformação, o que mantém unida a coalizão. Suas habilidades para o alcance dos objetivos são condicionados por diversos fatores, entre os quais: recursos financeiros; nível de conhecimento técnico e; número de integrantes no subsistema. Existem fatores externos que podem, ou não, facilitar o êxito da coalizão, como valores socioculturais recursos naturais e a opinião pública.

2.2.4 Redes de Políticas Públicas

Na perspectiva idealizada por Bonafont (2004), a qual estabelece que o governo mostra-se ator fundamental dado que as políticas não ocorrem dentro de uma forma linear, ou seja, as ações não são perfeitamente delineadas sequencialmente, a autora

entende que as políticas definem-se e remodelam-se de modo continuado por meio de um processo de integração e em função das alterações ocorridas decorrentes do próprio processo.

Do contexto subentende-se que as políticas, ao invés de serem desenvolvidas por um único ator, elas surgem devido à interveniência de múltiplos interessados por meio de acordos e negociações, dentro de uma estrutura não hierárquica, para atingir objetivos comuns. Dessa conjunção de atores surge um foro no qual as informações e recursos são mobilizados e propostas são elaboradas e discutidas na formulação de construtos que possam conformar a busca de uma ação, por exemplo. O caráter da rede constituída, portanto, assume forma de governança sobre os assuntos a ela condizentes ou seja, nessa questão, assumida na forma de gestão de sistemas nacionais e regionais de inovação, por exemplo.

Desse entendimento o governo não surge como uma entidade superior ou acima das demais, mas sim na condição de ator importante agindo coletivamente junto com outros atores independentes buscando um mesmo fim.

No conceito de redes, particularmente as relacionadas à inovação, outro aspecto importante é derivado dos estudos de Granovetter (1973), a Teoria da Força dos Laços Fracos, o qual reforça a relevância das forças fracas das ligações existentes entre os diversos agentes, em detrimento das forças fortes, pois são aquelas que podem proporcionar melhores resultados nas interações. A força da ligação pode ser entendida, segundo Granovetter, como uma combinação de intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos. Desse conceito derivam outros como a densidade das ligações, distância e frequência. Assim, se todos que compartilham uma determinada rede possuem os mesmos valores, haverá poucas chances de inovação, no caso a diversidade traz vantagens. Portanto, Granovetter (1973) conclui que atores com várias ligações fracas possuem maiores condições para difundir inovação e, portanto, podem estimular o seu surgimento.

As análises desenvolvidas anteriormente permitem sugerir que a atuação na forma de redes no campo da inovação parece favorecer o atingimento de resultados que possam ativar o desenvolvimento tecnológico inovativo e, portanto, ao governo caberia, além do papel de mediador, principalmente o de promotor mantendo uma agenda

permanentemente voltada para facilitar a formação de redes na área de tecnologia e adensar aquelas já existentes.

2.3 Abordagens Teóricas Potencialmente Relacionadas às Hipóteses da Pesquisa

2.3.1 A Teoria Pura da Escolha Racional e a Racionalidade Limitada

Segundo March (2009) na teoria da escolha racional, em linhas gerais, os indivíduos têm o conhecimento perfeito das alternativas de escolha e de suas consequências. Tais considerações poriam esse modelo em situação de incredulidade no modo como as decisões realmente ocorrem e, portanto, outros esforços têm sido realizados no sentido de estabelecer premissas mais condizentes com os comportamentos observados no mundo real. Dessa forma, como os ambientes não proporcionam situações de certeza absoluta ou, ainda, de total controle sobre suas variadas dimensões, dessas imponderabilidades surgiram as maiores críticas ao modelo, ensejando a Simon (1965) a formulação das bases da Teoria da Racionalidade Limitada que irá contrapor defendendo a ideia de que os indivíduos intencionam agir racionalmente porém sofrem limitações de caráter cognitivos e informacionais.

Para March (2009), as limitações estariam relacionadas a problemas de atenção, pois o tempo e a capacidade de atenção são limitados; a problemas de memória, devido à limitação da capacidade de armazenamento das informações pelos indivíduos e pelas organizações; a problemas de compreensão, relacionados à dificuldade em organizar, resumir e usar informações para formar inferências e; a problemas de comunicação, pela limitada capacidade para comunicar e compartilhar informações mais complexas. Com esse conjunto de restrições não é possível ao decisores terem comando sobre todas as alternativas de ação e, também, como não têm a totalidade das informações possíveis para a resolução do problema, são levados para, apenas às soluções satisfatórias e aceitáveis ao invés da solução ótima.

Jones (2003) pontua quatro princípios da racionalidade limitada: o princípio da racionalidade pretendida; princípio da adaptação; princípio da incerteza e; o princípio do dilema. No primeiro princípio, estabelece a noção de que as pessoas são orientadas por objetivos mas, frequentemente falham para cumpri-los devido às interações entre os

aspectos das suas arquiteturas cognitivas e as complexidades do meio em que estão envolvidos e conclui que a racionalidade não determina o comportamento e sim o comportamento é determinado pelos elementos irracionais que permeiam a área da racionalidade. O princípio da adaptação determina que quanto mais tempo houver para a tomada de decisão sobre um problema, mais o pensamento humano se adaptará a ele e maior será o seu entendimento. Do princípio da incerteza deriva que as pessoas têm grande dificuldade em trabalhar com probabilidades, assumir riscos e fazer inferências quando a imponderabilidade condiciona uma determinada situação. Finalmente, o princípio do dilema está relacionado ao conceito de *satisficiência*, termo derivado por Simon – citado por March (2009) - das palavras satisfazer e bastar. Jones (2003) cita que a noção de *satisficiência* está conectada a ideia de que uma pessoa ou uma organização escolhe alternativas que são apenas boas o suficiente.

Conforme será visto mais adiante, Padgett (1980) sugere que uma importante aplicação do paradigma da racionalidade limitada na área orçamentária tem sido a ideia do incrementalismo dos orçamentos futuros ou seja, os tomadores de decisão simplificam os problemas complexos, decidindo pela aplicação do método da regressão linear.

2.3.2 A Teoria Institucional

Meyer e Rowan (1977) estabelecem que as organizações são direcionadas a incorporarem as práticas e procedimentos definidos por conceitos racionalizados predominantes do trabalho organizacional e institucionalizados na sociedade. As organizações conformam-se, desse modo, para aumentar sua legitimidade e, portanto, suas perspectivas de sobrevivência, independentemente da eficácia imediata das práticas e procedimentos assumidos.

Sob outra visão, porém em uma lógica similar, North (1990) pontua sobre a incerteza originada pelas dificuldades que os decisores se defrontam, diante de várias possibilidades, para fazer uma determinada escolha, o que os leva a não conseguirem obter a resolução que seja a melhor delas, a ótima. Derivada dessa situação estabelece o conceito de custos de transação os quais, de forma simplificada, relacionam-se às dificuldades dos tomadores de decisão terem o completo conhecimento acerca do objeto

transacionado, decorrentes de problemas de assimetria informacional e, também, devido a questões sobre a legitimidade da transação.

North (1990) introduz, na sequência, o conceito de instituições que surgem atenuando essas dificuldades, reduzindo esses custos. North (1991) descreve que as instituições ao longo da história foram criadas como um meio para estruturar a interação humana no sentido de reduzir as incertezas decorrentes das mudanças ambientais. Nesse sentido, desenvolvem incrementalismos, conectando passado com o presente e futuro e conformam a direção das mudanças econômicas durante crescimento, momentos de estagnação ou de declínio.

Chega-se ao ponto importante para este trabalho e também utilizado por North (1990) no desenvolvimento do seu arcabouço teórico, o conceito de *path dependence*. Nessa idealização as soluções sub ótimas são mantidas no transcorrer do tempo, havendo apenas mudanças incrementais o que impõem elevados custos na adaptação dos atores com uma tendência, portanto, para a constância das instituições, mesmo que permaneçam ineficientes.

A dependência da trajetória (*path dependence*) pode ajudar a justificar situações como aquelas que se quer abordar nesse estudo, relacionadas ao ambiente legal constituído e alterações subsequentes como a imposição de novas normas ou uma mudança governamental. Desse modo, em uma situação de mudança de regras, segundo o exposto, pode ser que os impactos esperados não sejam imediatos em função, por exemplo, da inércia institucional, resultado de resistência dos agentes conforme relatado. Em tese, para nosso caso, a situação conformada pela ideia da dependência de trajetória poderia ser adequada para justificar eventual resistência das organizações para adaptarem-se aos marcos legais instituídos e ainda, por outro lado, a sua orçamentação suscetível a uma condição similar pelos órgãos centrais de planejamento e orçamento que, também em tese, poderiam diante das incertezas optar por uma orçamentação incremental que conformaria uma situação de maior comodidade para os decisores, mantendo ao longo do tempo uma posição de certa estabilidade.

Avançando um pouco mais no embasamento teórico na busca para compreender o comportamento dos decisores na definição da alocação orçamentária, mais precisamente, tomando por base os trabalhos de DiMaggio e Powell (2005) os quais apregoam a tendência das organizações tornarem-se crescentemente mais homogêneas,

surgindo a burocracia como a configuração organizacional mais comum, resultando que os administradores têm de ocupar-se de um conjunto de racionalidades cada vez menos orientadas pela competição e pelo aumento da eficiência.

Nessa ideia, as organizações modificam-se procurando compatibilizar-se com o seu ambiente (cidadãos, governo, fornecedores, clientes, etc.) e buscando a legitimidade institucional. DiMaggio e Powell (2005) defendem que o melhor conceito que explica esse processo de homogeneização é o isomorfismo o qual força um conjunto populacional a tornar-se similar a outro conjunto por estarem sujeitos às mesmas variáveis ambientais. Dessa forma, aquelas populações de organizações que não sujeitam-se ao ambiente são eliminadas, potencializando a tendência ao isomorfismo.

Os autores sustentam a existência do isomorfismo competitivo e o institucional. O primeiro mais adequado para os setores que competem de forma livre e aberta não se conformando, portanto, ao moderno mundo das organizações. Já, no isomorfismo institucional as condições apresentam-se mais adequadas ao mundo real no qual as organizações além de competirem por recursos e clientes, também o fazem por poder político; adequação social; adequação econômica e; legitimação institucional. Nessa linha, DiMaggio e Powell (2005), identificaram três processos na ocorrência do isomorfismo institucional: o isomorfismo coercitivo originado por pressões do meio que frequentam tais como os regulamentos do governo e o comportamento cultural; o isomorfismo mimético, resultado da busca pela imitação para acomodar incertezas e; o isomorfismo normativo resultante de atores da organização que pactuam com os mesmos ideais decorrentes de terem a mesma origem ou fazerem parte da mesma categoria profissional.

Nesse contexto do isomorfismo institucional, o processo de elaboração de políticas públicas pode ser estimulado à cópia de programas ou estratégias que obtiveram sucesso no exterior conforme estabelece Dagnino e Thomas (2001) ao criticarem aspectos das políticas de inovação na América Latina. Pelos autores, é normal que haja a tentativa de adoção de resultados positivos em determinadas políticas de ciência e tecnologia, o que levaria a estratégia de transferência de um modelo institucional por meio de cópia ou imitação.

Trazendo essas ideias para o contexto da Embrapa, poder-se-ia fazer um exercício na tentativa de adequá-las ao nosso objeto de estudo. Assim o isomorfismo

coercitivo pode manifestar-se por forças oriundas de outras instituições da qual a Embrapa dependa, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no sentido de aceitar o volume orçamentário por ele definido ou então para que adote técnicas e/ou processos comuns.

A Embrapa, como descrito anteriormente, depende de recursos do orçamento federal e não apresenta-se como uma empresa competidora no mercado daí que os parâmetros normalmente utilizados para comparação de performance podem não ser adequados. Dessa condição podem originar incertezas que serão acomodadas pelo mimetismo, por meio da escolha de práticas bem sucedidas como as advindas dos sistemas de P&D verificados no exterior ou então pela escolha, mais confortável, do modelo incremental.

O terceiro mecanismo, o normativo, pode manifestar-se por motivações devidas à profissionalização de seus funcionários que emerge pelo embate na tentativa de impor padrões e métodos de trabalho para, conforme DiMaggio e Powell (2005), estabelecer uma base cognitiva e legitimação para autonomia da profissão.

2.3.3 O Modelo de Orçamento Incremental

Será visto como a Teoria da Racionalidade Limitada, contextualizada sobre os agentes pelos quais percorre a decisão, é compatível com o Modelo Incremental na escolha orçamentária.

Davis, Dempster e Wildavsky (1966) concluem, após pesquisa realizada sobre o processo orçamentário americano entre os anos de 1947 e 1963, que o comportamento do orçamento resulta de decisões agregadas produzindo um conjunto de regras simples traduzidas por um perfil linear e, ao mesmo tempo, relativamente estáveis. Conforme os autores, os agentes que elaboram orçamento em suas áreas tomam por base algumas referências para o cálculo orçamentário porém, de modo acentuado, o cálculo mais importante advém do método incremental. Salientam que o orçamento raramente é revisado por inteiro com o sentido de verificar os valores comparados de todos os programas para avaliar todas as combinações possíveis e, ao invés disso, o orçamento de um ano é baseado no orçamento do ano anterior com estreito ajuste para cima ou para baixo.

Jones e Baumgartner (2005), citando os mesmos autores em outro artigo, diz que o comportamento incremental sobre os orçamentos baseia-se nos modelos de decisão característicos da Teoria da Racionalidade Limitada, em razão das complexidades e incertezas do ambiente. Nesse modelo, os resultados são governados por procedimentos padronizados os quais são incrementais por natureza. Os decisores tendem a adoção do incrementalismo por três razões. A primeira envolve a relativa facilidade de rever erros seguindo alterações incrementais. A segunda relaciona o desejo dos participantes estabelecerem expectativas estáveis dentro de um ambiente complexo e incerto. O terceiro está relacionado à natureza conflitante de instituições que se interagem na política e pressionam os decisores na assunção de compromissos.

Dessa forma, sintetizando, os orçamentos tendem a seguir um comportamento previsível pois sua consolidação se dá a partir das unidades setoriais que estipulam suas necessidades tomando por base os valores anteriores, adicionados ou subtraídos de uma variação que segue um padrão estabelecido. Esse comportamento tende a provocar uma rigidez orçamentária e irá refletir na execução das políticas públicas.

2.3.4 O Equilíbrio Pontuado

Equilíbrio pontuado é um termo derivado da teoria evolucionária o qual parte da ideia de que a evolução dos seres ocorre de modo gradual, porém, em determinados períodos, haveria mudanças abruptas com a extinção e surgimento de novas espécies (CAPELLA, 2006). Na concepção original o modelo foi desenvolvido no sentido de compreender como funciona a dinâmica da formulação das políticas públicas governamentais, ou seja, por que após longos períodos de estabilidade e incrementalismos, ocorrem grandes mudanças na agenda governamental (TRUE; JONES E BAUMGARTNER, 2006).

O modelo do equilíbrio pontuado foi criado por Frank R. Baumgartner e Bryan D. Jones em 1993, indica que o processo de mudança decorre da combinação de forças exógenas e endógenas, ou seja, alguns temas ficam nos subsistemas constituídos por especialistas e outros fazem parte do macrossistema, ou da macropolítica, os quais dentro do contexto institucional pode favorecer a predominância de um em detrimento do outro. Os subsistemas, nessa concepção, têm a característica de mudanças graduais e

incrementais já que os dilemas normalmente não extrapolam seus limites. Situações de exceção podem ocorrer no sentido de modificar esse padrão incremental de comportamento com a ruptura do subsistema atingindo o macrossistema político e pontuando aquele equilíbrio, alterando a agenda governamental.

Conduzindo o raciocínio para a formulação orçamentária, Jones e Baumgartner (2005) estabelecem que, embora sua definição seguir um padrão determinado pelo comportamento incremental da decisão, é possível que em determinadas circunstâncias haja um descolamento da linha histórica observada. A Teoria do Equilíbrio Pontuado pretende entender como ocorrem essas mudanças que estimulam os decisores governamentais a alterarem as agendas políticas que, em certo ponto, encontravam-se acomodadas em torno de um padrão.

Conforme True, Jones e Baumgartner (2006), o modelo do equilíbrio pontuado aplicado à formulação orçamentária leva a esperar que as variações orçamentárias anuais dentro de uma determinada categoria de gasto não sejam distribuídas em uma curva normal, ou em forma de sino. Em vez disso ser verificado, o modelo antecipa muitas mudanças pequenas, poucas mudanças moderadas e muitas mudanças grandes.

No estudo elaborado por True, Jones e Baumgartner, foram analisadas variações orçamentárias que ocorreram em sub funções orçamentárias. No processo americano existem 20 funções governamentais centrais divididas em 76 sub funções, das quais foram eliminadas da análise 16 sub funções de caráter primariamente financeiras. Os valores foram corrigidos pela inflação e suas variações anuais, desde 1947 até 2003, colocadas graficamente conforme apresentado na Figura 1.

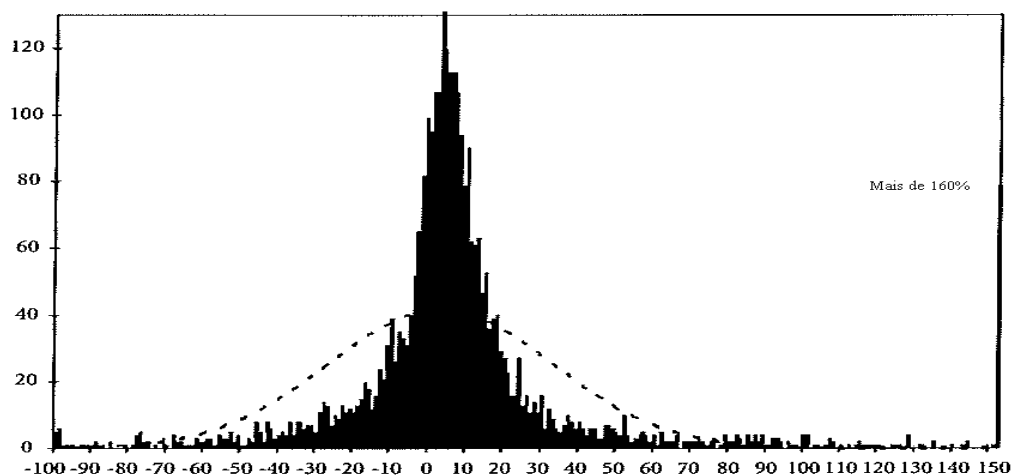


Figura 1 – Variação % anual orçamento americano, 1948 – 2003

Fonte: Adaptado de True, Jones e Baumgartner, 2006, p.55

A Figura 1 mostra a representação típica do equilíbrio pontuado na qual pode-se observar a distribuição de frequências das variações anuais na alocação orçamentária.

O que se verifica é uma distribuição claramente leptocúrtica, com um pico central muito acentuado, indicando um grande número de pequenas variações, os ombros fracos indicando menos do que as variações da normal, e grandes caudas indicando rupturas em relação ao comportamento apresentado pela curva normal.

Anteriormente foi visto que, segundo March (2009), alguns fatores dificultam o completo entendimento para que a decisão seja tomada, como os problemas de atenção; de falta de tempo; gerenciamento de informações. Também Simon (1965) diz que os seres humanos têm capacidade limitada para processar informação e daí porque os problemas e as alternativas se processam em série e isso traz limitações ao entendimento global do problema, podendo nessas situações haver favorecimento a escolhas incrementais as quais, conforme já visto, trazem maior conforto aos decisores.

A conclusão é que quando um determinado problema ultrapassa o monopólio da política caracterizado pelo bloqueio de um certo tema entre os grupos do poder, mudanças pontuais resultantes dessa situação podem ocorrer provocando alteração daquele equilíbrio incremental, surgindo daí as modificações localizadas que se configuram exceções do comportamento padrão.

Os modelos incrementalistas, portanto, não podem ser descartados; o pico central da distribuição das variações orçamentárias indica que elas tendem a uma invariabilidade, ou seja, pode serem tomadas por incrementais. True et al (2006) afirmam no mesmo trabalho, que a mesma configuração pôde ser verificada em estudos similares em outros países.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Conforme Salerno e Kubota (2008) a inovação, que deve ser objetivo alcançado com boas práticas no desenvolvimento de C&T, é assunto normalmente tratado diretamente pelo gabinete do maior mandatário é, portanto, política de Estado direcionada ao crescimento do país para manter, ou aumentar, sua hegemonia em segmentos importantes da economia mundial.

Desse modo, foram criadas algumas expressões como a “economia do conhecimento” ou a “sociedade do conhecimento” caracterizadas por algo fortemente apoiadas nas atividades intensivas em conhecimento as quais trazem retornos econômicos em razão da geração de riqueza com produtos de alta tecnologia; trazem retornos sociais decorrentes da sua intrusão na vida social como exemplo da votação eletrônica e internet e, finalmente; trazem implicações políticas devido ao interesse dos governos dos principais países do mundo desenvolverem instrumentos de apoio ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação em empresas (SALERNO , KUBOTA, 2008).

Szmrecsányi (2000) pontua que as atividades de pesquisa têm sua sistematização e institucionalização tornada perceptível a partir do século XIX. Iniciado por um período de desenvolvimento econômico, o progresso técnico, ao que o autor denomina progresso do *know-how*, potencializa o progresso científico, ao que chama de progresso de conhecimento e, dessa interação entre ciência e tecnologia, surgem novos processos de produção e produtos.

Do passado para a atualidade, o Manual de Frascati (OCDE, 2007) estabelece uma definição para a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) a qual englobaria aqueles trabalhos de criação realizados sistematicamente com o objetivo de aumentar os campos dos conhecimentos, os quais consideram: o conhecimento do homem; da cultura e; da sociedade, incluindo a utilização desses conhecimentos para criar novas aplicações. As atividades de P&D, ainda seguindo essa definição, compreenderiam o trabalho criativo com a finalidade de ampliar o estoque de conhecimento em três atividades: a pesquisa básica que é o trabalho experimental ou teórico feito para adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos de fatos ou fenômenos sem o propósito de qualquer utilização; a pesquisa aplicada que é realizada para obtenção de novos conhecimentos mas dirigido a

um objetivo prático e finalmente, o desenvolvimento experimental sistematizado apoiado em conhecimento existente, adquirido por pesquisas ou pela experiência prática, dirigida para a produção de novos materiais, produtos ou equipamentos, para a instalação de novos processos, sistemas ou serviços, ou para melhorar aqueles já produzidos ou instalados.

Para a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE, 2005) as políticas de inovação constituem um amálgama das políticas de ciência, de tecnologia e industrial, e sua aplicação assume grande importância no desenvolvimento econômico, pois parte da premissa da existência de uma base produtiva, as empresas, que devem utilizar as descobertas científicas para a geração de produto, assim, as políticas de inovação necessariamente envolvem a relação entre a ciência e a sua produção, a tecnologia e a sua geração e as inovações realizadas pelas empresas.

Schumpeter (1982) já no início do século passado realçava o desenvolvimento definido pela introdução de inovações. Em seu esquema, o fluxo circular sofre interrupções inerentes ao capitalismo caracterizado pela realização de inovações como motor dos processos de mudança. Ao seguir essa ideia, na abordagem evolucionista, Nelson e Winter (1982) pontuavam que a inovação é vista como um processo dependente da trajetória, ou seja, o conhecimento e a tecnologia sofrem influência de vários atores e fatores que se interagem afetando o percurso do desenvolvimento econômico. Desse modo, as demandas e as oportunidades de mercado irão determinar quais produtos devem ser desenvolvidos e as tecnologias de sucesso.

Para efeito de melhor entendimento sobre as diferentes abordagens sobre os processos de inovação, serão descritos a seguir, de forma mais detalhada, os modelos que esses processos podem assumir e, em seguida, uma análise sobre o posicionamento brasileiro nas políticas públicas voltadas para o setor de C,T&I.

3.1. Modelo Ofertista-Linear

Nas últimas décadas algumas tentativas de organizar os processos identificados de inovação têm sido realizado com a finalidade de entendê-los melhor e permitir maior controle na formulação de políticas (KLINE, ROSENBERG, 1986).

Dagnino (2002) aponta que o modelo ofertista-linear surge primordialmente nos Estados Unidos, logo após a Segunda Guerra Mundial, e em decorrência dela. Sua

concepção está associada ao Relatório Vannevar Bush, o qual ditou a política de C&T naquele período. Nessa lógica, Freeman e Soete (2008) confirmam que desde a Segunda Guerra, e durante a Guerra Fria, havia um foco intenso no lado da oferta em ciência e tecnologia e, especialmente, de forte capacitação em P&D, os quais por meio de maciços financiamentos em pesquisas nas universidades permitiam o desenvolvimento de vultosos projetos como o *Manhattan Project* para armas nucleares.

Vê-se, a partir desses comentários, que as políticas de C&T no modelo linear têm por base a concessão de financiamentos para pesquisadores ou instituições de pesquisa e, dessa forma, caminharia para a evolução técnica e desenvolvimento econômico (VIOTTI, 2003). Esse processo, segundo Viotti (2003), seguiria da pesquisa básica para a pesquisa aplicada, seguindo o desenvolvimento experimental, a produção e, finalmente, a comercialização, configurando-se, assim, uma sequencia natural.

Pacheco (2007) ressalta uma crítica a esse modelo pois subentende-se que, no caso, a pesquisa, per si, funcionaria como catalizadora de uma reação em cadeia a qual levaria naturalmente à inovação e, nessa linha, Viotti (2003) reforça que a empresa, nesse modelo, seria uma simples usuária de tecnologia.

3.2. Modelo Elo de Cadeia

No desenvolvimento de novas abordagens, Kline e Rosenberg (1986) idealizaram o modelo Elo de Cadeia (*Chain-Linked Model*), no qual a firma situa-se no meio do processo de criação pois participa do seu desenvolvimento e não restritamente dentro da esfera da pesquisa. Seu estímulo à busca da pesquisa ocorre quando esgotam seus conhecimentos na resolução do problema e, como consequência, amplia a base de conhecimentos e capacitações por meio de fortalecimento de capacitação tecnológica interna e aumento das suas relações com as instituições de pesquisa (VIOTTI, 2003). A empresa nesse processo não participa dele como um adquirente externo de tecnologia, mas sim, por meio de muitas interações que são realizadas visando à solução de problemas.

O modelo supõe a existência de uma cadeia central de interações na qual parte da criação do protótipo, produção e venda executando o caminho linear verificado no modelo convencional. A diferença aparece na forma em que o fluxo de informação

percorre entre as fases, pois leva o desenvolvimento de P&D por toda a cadeia principal de inovação, promovendo a disseminação das tecnologias.

3.3 Sistemas de Inovação

Desde o início da década de 1990 os sistemas de inovação têm emergido como um novo modelo na agenda de pesquisas sobre estudos de inovação e têm aberto um promissor caminho para estudo no qual o escopo das análises são expandidos das organizações individuais para as redes de organizações (GEELS, 2004).

Lundvall (2007) considera os sistemas sob diferentes pontos de vista e, dessa forma eles poderiam ser analisados como sistemas regionais de inovação; como sistemas setoriais; na forma de *clusters industriais* e outros como o sistema *Triple Helix*, o qual adiciona a importância da união das universidades com o setor empresarial, aliados na produção e comercialização dos resultados obtidos (SALERNO E KUBOTA, 2008).

Malerba (2004) estabelece que um setor é um rol de atividades unidas por alguns grupos de produtos e por uma determinada demanda e caracterizado por uma base comum de conhecimentos. Firms em um dado setor podem apresentar algumas coisas em comum ao mesmo tempo em que são heterogêneas. Dessa forma, um sistema setorial de inovação e produção é composto por um conjunto de novos e consolidados produtos para usos específicos e um rol de agentes realizando atividades de mercado e interações extra-mercado para a criação, produção e venda daqueles produtos. Para Malerba (2004) essa abordagem sistêmica setorial permite a possibilidade de um conhecimento ampliado acerca da estrutura como um todo e, também, dos seus limites, das interações entre os diversos agentes favorecendo o resultado global, das empresas e dos países, residindo nessas circunstâncias a maior vantagem do modelo.

De modo mais específico, Viotti (2003) enfoca os sistemas nacionais de inovação nos quais a análise dos processos de produção, difusão e uso de CT&I mostraram resultados mais eficientes em determinados países do que outros. A questão aflorou na transição entre as décadas de oitenta e noventa na busca de uma explicação para as diferenças observadas entre os países. Deriva dessa análise a conclusão de que nos países com melhores resultados as empresas não promovem inovações de forma

isolada, mas sim, por que participam de redes de relações com outras instituições: empresas; infra-estrutura de pesquisa pública e privada; instituições de ensino e pesquisa; governos e outras organizações (VIOTTI, 2003).

Lastres e Cassiolato (2003) definem sistema de inovação como um conjunto de diferentes instituições que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de inovação e aprendizado de um país, região ou localidade e, ainda, afirmam que o desempenho inovativo de uma economia depende não somente do desempenho de organizações isoladas, como empresas e organizações de pesquisa, mas também da forma em que ocorrem as interações entre elas e com o governo.

Também, como reforçam Esser et al (1996), as empresas dos países desenvolvidos, e dos em desenvolvimento, têm uma necessidade imperiosa de incrementar sua competitividade devido a uma competição cada vez mais acirrada, adotando modelos de produção inovadores com uma mudança tecnológica acelerada. Nessa disputa entram empresas de todas as categorias e, até mesmo, aquelas que ocupam posições hegemônicas no mercado se tornam vulneráveis. Conforme os autores, os esforços mais importantes para elevar a competitividade devem ocorrer ao nível da empresa as quais devem cumprir dois requisitos fundamentais. Primeiro, estarem submetidas a uma pressão de competição que as obrigue a mostrarem esforços contínuos para melhorar seus produtos e sua eficiência produtiva e, segundo, e mais importante para os propósitos dessa argumentação, estarem inseridas em redes articuladas dentro das quais os esforços de cada empresa se vêm apoiadas por toda uma série de externalidades, serviços e instituições, condicionados por fatores situados no nível macro (macroeconômico e político administrativo).

Cada vez mais os processos de inovação apoiam-se em interações dentro de redes de firmas e organizações baseadas em conhecimento, de tal forma que as políticas de tecnologia e inovação não deveriam focar as firmas em isolamento, mas sim em suas habilidades de interagirem com outras empresas e organizações (OCDE, 1999).

3.4. Políticas Públicas de CT&I. Estruturação do Arcabouço Legal na Última Década.

No Brasil, conforme Marques e Oliveira (2009), desde o final dos anos noventa as políticas do governo têm oferecido incentivos para o fortalecimento da união entre as

firmas, a ciência e as instituições de pesquisa para a inovação e, conseqüentemente, para a melhoria da competitividade do país. Pouco tempo antes disso, Cavalcante (2009) salienta terem começado as discussões acadêmicas repercutindo as análises schumpeterianas e as limitações do modelo linear, com destaque para a abordagem sistêmica da inovação. Conforme o autor, no início desse novo pensamento, as mudanças esperadas esbarravam nas dificuldades de integração das instituições que operavam com lógicas distintas e, em que pese a política tentasse estimular a formação de um sistema nacional de CT&I, a realidade apresentava ainda uma postura individualizada dos agentes.

No início da década de noventa ocorreu a política de flexibilização econômica como estratégia para inclusão de forma competitiva da economia brasileira no mercado internacional (BRASIL, 2001). Com essa atitude, viu-se a exposição da economia nacional à concorrência dos produtos importados o que conduziu o tema inovação para o centro das discussões e, nessa conjuntura, para elevar a capacidade de competir, políticas voltadas para a questão tecnológica da economia, relacionada às empresas e ao seu arcabouço institucional, passaram a fazer parte da agenda dos formuladores de políticas (FERRAZ, KUPFER E HAGUENAUER, 1996).

Nessa linha, em 1993 foi editada a Lei nº 8.661 a qual apoiava-se nos mecanismos para incentivos como estímulo à capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária (BRASIL, 1993). Os objetivos previstos por essa lei foram frustrados, em parte, devido às restrições fiscais observadas naquele período e, também, devido a algumas inadequações da própria lei que impunha a transposição de uma série de exigências burocráticas (CAVALCANTI, 2009).

Pacheco (2007), em documento elaborado no final de ano de 1999 com a finalidade de subsidiar a criação dos fundos setoriais, frisava que os problemas da Política Nacional de C&T não eram apenas de recursos e indicava outros desafios, entre os quais: a base instalada de C&T ser insuficiente; a dissociação entre a capacidade instalada ser muito acadêmica com relação ao setor produtivo; inexistência de um marco legal e tributário favorável à inovação nas empresas; baixa capacidade de articulação das ações setoriais. O mesmo documento estabelecia os esforços necessários para contornar aqueles desafios os quais, em síntese, propunham: ter uma política

nacional de C&T de longo prazo; criar um sistema de incentivo ao desenvolvimento tecnológico empresarial e; criar um novo padrão de financiamento (PACHECO, 2007).

Evoluindo dessas iniciativas, foram criados a partir de 1999 os fundos setoriais de ciência e tecnologia fundamentados pela inconstância dos fluxos financeiros destinados ao Sistema Nacional de Inovação (GOMES; OLIVEIRA, 2012). Nesse sentido também foi editada a Lei nº 10.973/2004 (BRASIL, 2004), a Lei da Inovação, a qual, segundo Moraes (2008), buscou maior participação das empresas nos recursos disponíveis para CT&I por meio de maior integração com universidades e centros de pesquisa. Na sequência foi publicada a Lei do Bem, Lei nº 11.196/2005 (BRASIL, 2005), a qual, segundo Salerno e Daher (2006), estabelecem mecanismos visando à redução dos custos nas empresas com sistema de apuração de lucro real, por meio de incentivos fiscais. Os autores ressaltam que essa lei, da forma em que considera os benefícios, acaba por excluir a maioria das pequenas e médias empresas e, por isso, tem sido criticada. Em que pese essas considerações, por outro lado, na página eletrônica da Embrapa (BRASIL, 2011), são feitas referências tanto à Lei da Inovação como à Lei do Bem no sentido de que o leque de incentivos fiscais destinados às empresas que investem no desenvolvimento científico e tecnológico é crucial para todas as Unidades da Embrapa para que possam captar recursos crescentes para o financiamento da pesquisa agropecuária, complementando os recursos públicos a ela destinados.

Pereira e Kruglianskas (2005) ainda afirmam que a Lei de Inovação está baseada em três eixos: a constituição de ambiente favorável às parcerias entre universidades, institutos tecnológicos e empresas; estímulo à participação de instituições de ciência e tecnologia nos processos de inovação e; incentivo à inovação na empresa.

Sob outro ângulo, Dagnino, Dias e Bagattoli (2006), observam que as políticas de ciência e tecnologia adotadas no sentido de posicionar a empresa como vetor de desenvolvimento tecnológico e econômico e o Estado como agente financiador desse processo não parece mostrar que a dinâmica das inovações venha a ser alterada. Suas argumentações baseiam-se em dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) de 2005 a qual mostra que as empresas não estão interessadas em desenvolver tecnologias novas, mas sim em adquirir tecnologias já existentes, sendo esse comportamento derivado de uma postura estritamente racional por parte das empresas. Em outro artigo, Dagnino e Dias (2006), expressam o caráter ofertista-linear ainda existente nas políticas

de C&T dos países latino-americanos e reforçam que essa visão linear deve ser superada a fim de que as políticas possam estar mais adequadas a esses países.

Assim, tomando por base os esforços relatados para incorporar um caráter mais sistêmico nas Instituições Científicas e Tecnológicas Brasileiras e, particularmente, na Embrapa, o que será investigado adiante é se essas medidas serviram para modificar a configuração em que são alocados os recursos para o desenvolvimento das ações da empresa alinhadas, ou não, com aqueles objetivos.

4. RESULTADOS

4.1 Resultado Orçamentário

Conforme dito anteriormente, as informações sobre as dotações aprovadas na LOA foram obtidas de tabelas apresentadas de modo bastante analítico na Lei, conforme pode ser verificado pelo Anexo A, onde somente está apresentada para efeito demonstrativo a LOA/2004. Para facilitar a visualização e as comparações, assim como o tratamento numérico, aquelas informações foram transportadas para a Tabela 1, onde estão apresentadas as ações representadas por seus códigos e os valores históricos aprovados na Lei Orçamentária Anual de 2004 até 2011. No Apêndice A é possível verificar-se a correspondência do código das ações com o seu respectivo nome.

Uma primeira análise na Tabela 1 irá possibilitar a verificação de que existe um ponto de descontinuidade bastante nítido entre os anos de 2007 e 2008, quando valores numéricos de algumas ações passam a ser representados pelo tracejado, e vice-versa. Uma análise comparativa mais detalhada na LOA de cada ano irá mostrar que, naquele momento, ações deixaram de receber dotações porque foram extintas ao passo que outras ações passaram a existir. Essa descontinuidade coincide com a entrada em vigor do PPA 2008/2011, ou seja, pode representar aquela mudança preconizada por Kingdon (2011) ao referir-se ao fluxo político insurgente devido a uma mudança de governo. Nessa ideia há, portanto, identificada casualidade nas pontuações e alterações advindas de trocas ocorridas no governo central.

Da mesma forma que no trabalho de True et al.(2006) no qual foram isolados do estudo as sub funções de caráter financeiro, aqui as ações pertencentes ao Programa Operação Especial, aquelas referentes ao cumprimento de sentenças judiciais, por exemplo, e as ações que compõem o Programa de Apoio Administrativo que contemplam as despesas de natureza administrativa foram excluídas da avaliação. Somente foram consideradas aquelas pertencentes aos programas de caráter finalístico, ou seja, dos quais resultam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade (BRASIL, 2007).

Observa-se também que no ano de 2009 foram consignados valores relativamente elevados em quatro ações identificadas com pertencentes ao Programa de

Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa, um ano após o início do PPA 2008/2011.

Tabela 1: Valores históricos consignados na LOA por ação - 2004 a 2011.

Côd.	LOA 2004	LOA 2005	LOA 2006	LOA 2007	LOA 2008	LOA 2009	LOA 2010	LOA 2011
4694	220.000	220.000	160.077	160.000	-	-	-	-
4713	300.000	275.000	215.077	202.000	-	-	-	-
2164	190.000	190.000	139.066	138.000	-	-	-	-
4690	300.000	300.000	240.077	465.100	-	-	-	-
4572	2.006.422	2.450.000	2.900.285	3.856.000	3.840.000	3.840.000	3.456.000	3.110.400
4698	6.122.233	6.245.019	6.101.034	6.976.389	-	-	-	-
4704	5.795.000	6.652.000	7.831.348	7.337.014	-	-	-	-
4700	190.000	190.000	139.066	138.000	-	-	-	-
2172	250.000	250.000	302.077	632.421	-	-	-	-
4708	1.195.000	1.256.695	1.308.000	1.415.780	-	-	-	-
4688	200.000	200.000	149.066	146.000	-	-	-	-
4692	240.000	240.000	180.077	1.006.919	-	-	-	-
116Z	-	-	-	-	-	120.467.000	72.346.000	-
117A	-	-	-	-	-	19.920.000	17.360.500	12.169.727
117B	-	-	-	-	-	30.255.000	52.135.966	25.114.081
20BJ	-	-	-	-	-	74.528.275	109.917.751	27.346.022
2D36	-	-	-	36.250.000	-	-	-	-
4641	500.000	450.000	482.600	200.000	560.000	504.000	453.600	600.000
4668	28.322.190	28.539.235	48.058.102	29.867.568	24.854.976	26.060.705	25.376.673	62.449.458
4670	18.251.758	16.715.762	16.144.355	16.043.276	14.222.812	14.461.509	11.730.491	16.808.809
4672	13.415.685	12.620.555	11.806.093	21.567.643	10.700.740	10.819.705	12.309.785	34.601.981
4674	15.248.454	13.858.730	11.005.369	10.796.794	19.201.578	14.664.409	14.664.409	21.949.379
4676	50.627.063	46.493.508	62.950.276	76.007.912	44.502.961	43.647.663	68.796.460	74.395.395
4678	6.400.000	5.670.011	5.147.039	5.121.882	5.827.555	5.778.694	13.894.515	14.915.139
4680	7.150.000	6.139.150	6.031.598	5.859.371	6.662.911	6.593.326	13.389.600	24.648.693
8554	-	-	-	-	4.100.000	4.000.000	4.492.278	5.926.806
8924	-	-	-	-	15.635.255	25.440.395	21.929.778	22.392.603
4682	7.930.228	6.602.774	6.378.089	6.151.382	5.408.438	5.252.744	10.458.606	12.956.145
4684	4.208.136	4.017.022	3.873.083	3.804.747	3.904.747	3.030.314	3.383.573	5.070.615
4686	6.447.186	4.755.317	4.575.268	4.473.045	4.336.413	3.967.741	3.613.566	5.556.994
8926	-	-	-	-	1.611.000	1.139.900	46.050.806	12.451.221
4718	190.000	190.000	639.066	511.000	-	-	-	-
6394	990.000	896.000	900.000	919.000	-	-	-	-
10YM	-	-	-	-	20.310.517	3.600.000	6.698.000	-
2D36	-	-	-	-	32.774.358	29.096.000	52.683.269	40.861.605
8983	-	-	-	-	2.419.000	2.327.100	5.231.563	5.329.652
7H17	-	-	-	-	800.000	-	-	-

Fonte: Lei Orçamentária Anual. Elaborado pelo autor.

Os valores históricos da Tabela 1 foram levados a valores de 2011 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (Apêndice B), que é o índice oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias e, em seguida, a Tabela 2 foi obtida pelo cálculo da variação percentual nos valores orçamentários de cada ação

verificada de um ano para outro. Essa Tabela possui uma coluna a menos da anterior pois representa as variações de um ano para outro, desde 2004 até o ano de 2011.

As descontinuidades verificadas irão proporcionar uma peculiaridade matemática que será a impossibilidade de se avaliar qual a variação percentual do valor alocado na ação no ano de sua criação. De outra forma, uma variação de menos 100% indica que a ação foi extinta ou deixou de receber recursos naquele ano.

Tabela 2: Variações orçamentárias anuais nas ações da Embrapa – base 2011.

Cód.	2005/2004	2006/2005	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010
4694	-7,06%	-31,15%	-3,09%	-100,00%	-	-	-
4713	-14,81%	-26,00%	-8,94%	-100,00%	-	-	-
2164	-7,06%	-30,75%	-3,79%	-100,00%	-	-	-
4690	-7,06%	-24,28%	87,83%	-100,00%	-	-	-
4572	13,49%	12,01%	28,90%	-4,67%	-5,57%	-13,72%	-15,02%
4698	-5,20%	-7,56%	10,86%	-100,00%	-	-	-
4704	6,68%	11,39%	-9,17%	-100,00%	-	-	-
4700	-7,06%	-30,75%	-3,79%	-100,00%	-	-	-
2172	-7,06%	14,33%	102,98%	-100,00%	-	-	-
4708	-2,26%	-1,52%	4,94%	-100,00%	-	-	-
4688	-7,06%	-29,48%	-5,04%	-100,00%	-	-	-
4692	-7,06%	-29,01%	442,13%	-100,00%	-	-	-
116Z	-	-	-	-	-	-42,42%	-100,00%
117A	-	-	-	-	-	-16,45%	-33,81%
117B	-	-	-	-	-	65,21%	-54,52%
20BJ	-	-	-	-	-	41,40%	-76,51%
2D36	-	-	-	-100,00%	-	-	-
4641	-16,35%	1,47%	-59,82%	168,04%	-15,02%	-13,72%	24,89%
4668	-6,35%	59,33%	-39,74%	-20,34%	-0,99%	-6,64%	132,36%
4670	-14,88%	-8,62%	-3,65%	-15,13%	-3,99%	-22,23%	35,30%
4672	-12,57%	-11,49%	77,12%	-52,50%	-4,52%	9,08%	165,41%
4674	-15,53%	-24,86%	-4,88%	70,25%	-27,89%	-4,13%	41,33%
4676	-14,65%	28,11%	17,06%	-43,95%	-7,39%	51,11%	2,10%
4678	-17,66%	-14,11%	-3,52%	8,92%	-6,36%	130,52%	1,36%
4680	-20,20%	-7,04%	-5,81%	8,86%	-6,56%	94,70%	73,82%
8554	-	-	-	-	-7,88%	7,67%	24,57%
8924	-	-	-	-	53,64%	-17,36%	-3,59%
4682	-22,62%	-8,60%	-6,49%	-15,83%	-8,29%	90,89%	16,97%
4684	-11,28%	-8,77%	-4,76%	-1,76%	-26,72%	7,05%	41,50%
4686	-31,45%	-8,96%	-5,21%	-7,20%	-13,60%	-12,69%	45,20%
8926	-	-	-	-	-33,19%	3773,14%	-74,47%
4718	-7,06%	218,25%	-22,48%	-100,00%	-	-	-
6394	-15,88%	-4,96%	-1,00%	-100,00%	-	-	-
10YM	-	-	-	-	-83,26%	78,38%	-100,00%
2D36	-	-	-	-	-16,17%	73,59%	-26,77%
8983	-	-	-	-	-9,16%	115,53%	-3,81%
7H17	-	-	-	-	-100,00%	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Na Tabela 3 são apresentados os valores históricos globais consignados anualmente para a Embrapa, comparativamente aos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-Mapa desde 2004.

Tabela 3: Valores históricos globais Mapa X Embrapa (R\$ mil)

ÓRGÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
MAPA	1.544.467	2.055.732	2.108.911	2.623.502	2.998.657	3.406.996	4.289.408	4.599.492
EMBRAPA	822.597	877.249	1.006.865	1.079.412	1.117.687	1.406.269	1.855.783	1.879.182

Fonte: Lei Orçamentária Anual. Elaborado pelo autor.

4.2 Desempenho Operacional

A empresa, preocupada com o atingimento dos seus objetivos de buscar novas fontes de recursos, conforme expressado na introdução deste estudo, criou alguns indicadores de gestão e os divulga em seu Relatório de Gestão Anual (BRASIL, 2011), denominando de indicadores de Desempenho Operacional. Conforme expõe no Relatório de Gestão, o PPA é uma ferramenta de planejamento e monitoramento das ações do governo, no entanto utiliza-se de outros indicadores para avaliação de desempenho das Unidades Centrais e Descentralizadas.

Dentre esses indicadores interessa um em particular; o denominado de Captação de Recursos, o qual avalia a evolução da capacidade de captação de recursos dos centros de pesquisa. Seu método de aferição é bastante simples pois considera o valor das receitas captadas diretamente por meio de contratos, venda de produtos e serviços, alienação de bens, etc. que são registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi. O outro tipo de receita é a indireta, a qual corresponde às despesas pagas por terceiros para financiar atividades de pesquisa.

Avila, Gomes e Souza (2008) afirmam que a avaliação de desempenho das unidades é realizada relacionando-se o valor total captado com o volume de recursos do Tesouro Nacional recebido pela unidade, sendo que a hipótese é de que este indicador, com o passar do tempo, evidencie a redução de dependência da unidade em relação aos recursos recebidos do Tesouro Nacional.

No Tabela 4 estão retratados os valores históricos dessas receitas somente a partir de 2006, pois foi a partir desse ano que essas informações passaram a ser registradas no Relatório de Gestão.

Tabela 4: Receitas Diretas e Receitas Indiretas – Valores históricos

Tipo de Receita	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1-Receita Direta	12.715.390	13.666.196	14.797.822	14.829.144	14.879.621	47.148.852
2-Receita Indireta (Terceiros)	64.853.324	73.396.653	74.014.957	58.360.950	61.959.811	87.286.427

Fonte Relatórios de Gestão. Elaborado pelo autor.

4.3 Demonstrativos Contábeis

Uma análise simples, porém bastante útil, para se avaliar como a Embrapa tem se portado em relação às suas necessidades de captar recursos que não sejam de fontes oficiais, pode ser obtida pela verificação dos seus demonstrativos contábeis, mais precisamente pela série histórica das suas Demonstrações de Resultados. Do Anexo B ao I, estão apresentados os Demonstrativos de Resultados de 2004 até 2011.

A Demonstração de Resultados inclui diversas seções, porém, nessa avaliação importa a verificação do item “Receita com Vendas e Serviços” o qual, segundo as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, inclui as receitas provenientes da atividade fim da empresa, comparado com o item “Repasse Recebido”, o qual refere-se às transferências correspondentes ao orçamento anual.

Na Tabela 5 estão apresentados os valores históricos extraídos dos Demonstrativos de Resultado da Embrapa e o valor percentual calculado, representativo das Receitas com Vendas e Serviços sobre os Repasses Recebidos (A/B).

Tabela 5: Receita de Vendas e Serviços X Repasse Recebido (R\$ mil).

Receitas (R\$ mil)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
A-Vendas e Serviços	26.988	28.175	25.894	27.315	34.674	35.577	34.751	27.106
B-Repasse recebido	844.421	909.472	979.406	1.071.558	1.192.921	1.562.340	1.575.781	1.801.321
A/B (%)	3,20	3,10	2,64	2,55	2,91	2,28	2,21	1,50

Fonte: Demonstrativos Contábeis. Elaborado pelo autor.

4.4 Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa

O Decreto nº 6.025/07 (BRASIL, 2007) instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), constituído de medidas para estímulo ao investimento privado e, ampliação dos investimentos públicos em infra-estrutura, entre outras. No ano seguinte foi feito o anúncio oficial do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa, o PAC Embrapa, também relativo a investimentos em infra-estrutura.

Na Tabela 1 é possível verificar que quatro ações iniciaram-se no ano de 2009. No Relatório de Gestão de 2009, essas ações são apresentadas como integrantes do programa 1156 – Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio e compõem o PAC Embrapa, o qual visa promover investimentos em infraestrutura, implantação de novas unidades e desenvolvimento de novas linhas de pesquisa.

O surgimento dessas ações parece estar em concordância com a abertura de janela de oportunidade para a ruptura com os momentos mais estáveis, configurando-se similarmente com as pontuações identificadas no estudo de True et al.

Abaixo estão apresentadas essas ações, com o código; o nome; sua finalidade e a descrição.

Quadro 1: Ação 117B do PAC Embrapa

Ação: 117B - Ampliação e Revitalização da Infra-Estrutura Física das Unidades da Embrapa	
Tipo de ação	Projeto
Finalidade	Promover a ampliação e a revitalização da estrutura física das Unidades da Embrapa com vistas à adequação ambiental de forma a viabilizar a dinamização das pesquisas em andamento e a implementação de novas linhas.
Descrição	Ampliação do edifício sede da Embrapa para abrigar o Centro de Estudos Avançados em Estratégias e Áreas de Inovação Tecnológica; Ampliação e revitalização de instalações físicas das unidades descentralizadas, por meio de reformas e adequações das instalações existentes e da infraestrutura laboratorial; e adequação ambiental de campos experimentais e de laboratórios para atender as normas BPL e ISO 17.025.
Unidades executoras	Secretaria Executiva do PAC Embrapa

Fonte: Relatório de Gestão Embrapa – Ano Base 2009

Quadro 2: Ação 116Z do PAC Embrapa

Ação: 116Z - Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infra-Estrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS	
Tipo de ação	Projeto
Finalidade	Dotar as Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS, de infraestrutura física adequada e de equipamentos necessários ao desenvolvimento de pesquisas agropecuárias.
Descrição	Conjugação de esforços com as Unidades da Federação com vistas à ampliação, à revitalização e à modernização de instalações físicas e de equipamentos das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS.
Unidades executoras	Secretaria Executiva do PAC Embrapa

Fonte: Relatório de Gestão Embrapa – Ano Base 2009

Quadro 3: Ação 117A do PAC Embrapa

Ação: 117A - Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa	
Tipo de ação	Projeto
Finalidade	Ampliar a estrutura física da rede de pesquisa agropecuária de forma a atender demandas por tecnologias adaptadas às realidades locais.
Descrição	Construção de 3 (três) centros de pesquisa agropecuária vinculados à estrutura da Embrapa para atender a demandas por tecnologia nos Estados de Tocantins, Maranhão e Mato Grosso.
Unidades executoras	Secretaria Executiva do PAC Embrapa

Fonte: Relatório de Gestão Embrapa – Ano Base 2009

Quadro 4: Ação 20BJ do PAC Embrapa

Ação: 20BJ - Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa Agropecuária	
Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Incrementar a carteira de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), com vistas a encontrar soluções aos gargalos tecnológicos como condição essencial para enfrentar, com chances reais de sucesso, os desafios postados para a evolução da produção agropecuária e para o avanço da fronteira do conhecimento.
Descrição	Organização e implementação de nova carteira de projetos de pesquisa em agropecuária e outras enfatizando os seguintes temas: 1. agricultura amazônica sustentável, 2. segurança alimentar e alimento seguro, 3. aproveitamento dos recursos naturais e produção agrícola sustentável, 4. competitividade e sustentabilidade da agricultura familiar, 5. avanço na fronteira do conhecimento, 6. competitividade em agroenergia, 7. inovação institucional e governança devem ser priorizadas dentro deste contexto.
Unidades executoras	Secretaria Executiva do PAC Embrapa

Fonte: Relatório de Gestão Embrapa – Ano Base 2009

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Análise Orçamentária

Partindo-se dos percentuais calculados das variações do valor orçamentário, ano a ano, das ações na Tabela 2, os quais mostram-se aparentemente desarticulados de qualquer lógica específica, os valores serão organizados na forma de um histograma no qual as frequências das variações estarão retratadas no eixo das ordenadas e as variações percentuais anuais, dispostas na forma de intervalos, no eixo das abcissas. Similarmente ao estudo relatado anteriormente de True et al.

Foram encontradas 164 variações percentuais calculadas, das quais somente uma configurou-se como um valor atípico, ou seja; um valor bastante diferente dos demais, e por conveniência teve de ser isolado da amostra dado que sua extrema distância da média distorce o próprio valor médio e inflaciona o desvio padrão e, conseqüentemente, provoca distorção no resultado gráfico, limitando a análise (FIELD, 2009).

O resultado gráfico pode ser verificado na Figura 1, a qual foi obtida diretamente do aplicativo estatístico SPSS, permitindo a inserção da curva normal equivalente para fins de comparação.

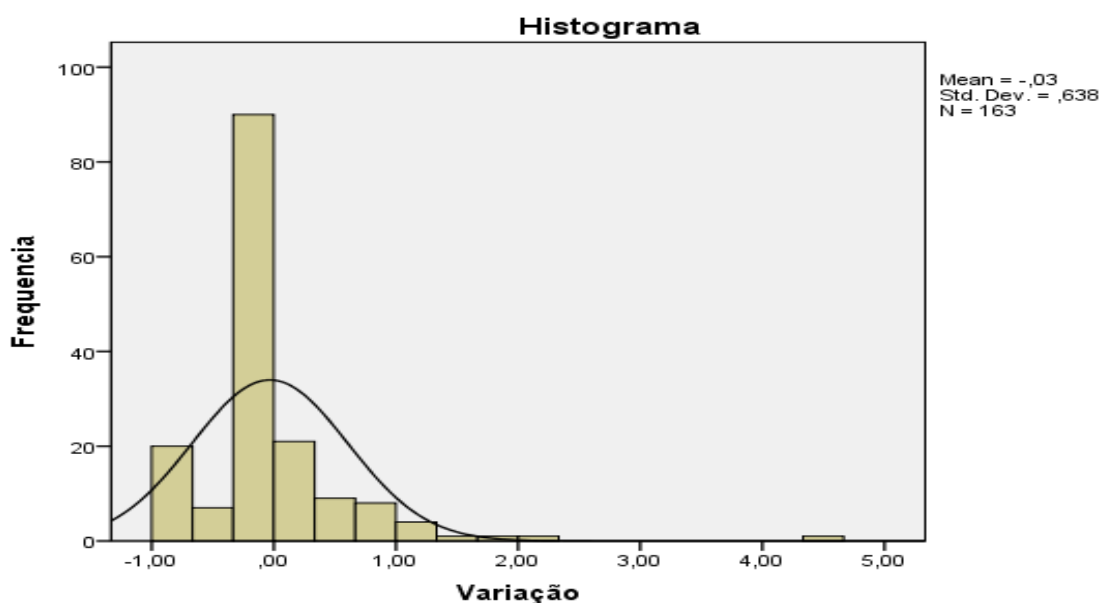


Figura1-Distribuição de frequência – variações anuais

Fonte : Elaborado pelo autor

O gráfico evidencia uma concentração central, com mais de 80 medidas ocorrendo entre zero e menos 33% (ou entre zero e -0,33). Field (2009) conceitua curtose como o grau em que os escores se amontoam nas caudas de uma distribuição de frequências e, no caso, há visualmente essa concentração na porção central, forjando uma estrutura afilada a qual a aproxima da distribuição denominada “leptocúrtica”. Para confirmar essa impressão visual o SPSS calculou o valor da curtose em 14,991. Valores positivos para a curtose indicam uma distribuição pontiaguda e quanto mais distante de zero, maior a probabilidade de afastamento da curva normal, o que pode ser visto no gráfico da Figura 1 (FIELD, 2009, pg. 94).

Os dados caminham do lado negativo da curva até o valor mínimo igual a -1 que indica quando a ação deixou de receber dotações podendo indicar descontinuidade e, ao voltar-se para análise da Tabela 1, isso pode ser comprovado. Vê-se na transição de 2007 para 2008, justamente na mudança de PPAs, um significativo número de ações deixando de receber dotações orçamentárias e, pela mesma razão, outras sendo iniciadas.

Em 2009 aparece um grupo de ações iniciando com volumes relativamente elevados de recursos as quais, ao serem investigadas individualmente, foram identificadas como pertencentes ao Plano de Fortalecimento da Embrapa (PFE-Embrapa) mais conhecido como “PAC-Embrapa” e serão analisadas mais adiante.

O que se pretendeu com o experimento foi repetir em escala reduzida a análise elaborada por True, Jones e Baumgartner (2006) no desenvolvimento do modelo do Equilíbrio Pontuado, conforme exposto no referencial teórico deste trabalho.

O resultado gráfico, de certa forma, parece confirmar a tendência à ocorrência de variações incrementais de menor valor localizadas próximo ao ponto de variação nula. Também podem ser verificados os pontos de mudanças mais radicais nas quais as ações deixaram de existir e outros pontos mais distantes os quais evidenciam variações superiores a 200%.

A análise gráfica deve ser feita com certa margem de reserva dado que sofre de limitações devido ao, relativo, pequeno número da amostra; por estar delimitada temporalmente a somente 8 anos e; somente à uma instituição analisada, porém, de forma complementar é conveniente voltar-se para as Tabelas 1 e 2 a fim de confirmar

em grande medida que a maioria das variações incrementais ocorre dentro do período de cada PPA e as rupturas, na transição de um PPA para outro, quando existe maior possibilidade da ocorrência de mudança na agenda governamental motivada por eventuais alterações nas prioridades.

A comparação dos valores globais consignados aos orçamentos do Mapa e da Embrapa, após terem seus valores corrigidos pelo IPCA até o ano de 2011, procura verificar a existência de correlação que implique algum grau de dependência, visto que a Embrapa é um órgão vinculado à estrutura do Mapa.

Visualiza-se pela Figura 2 como se deram as evoluções, ano a ano, sendo possível traçar as respectivas performances.

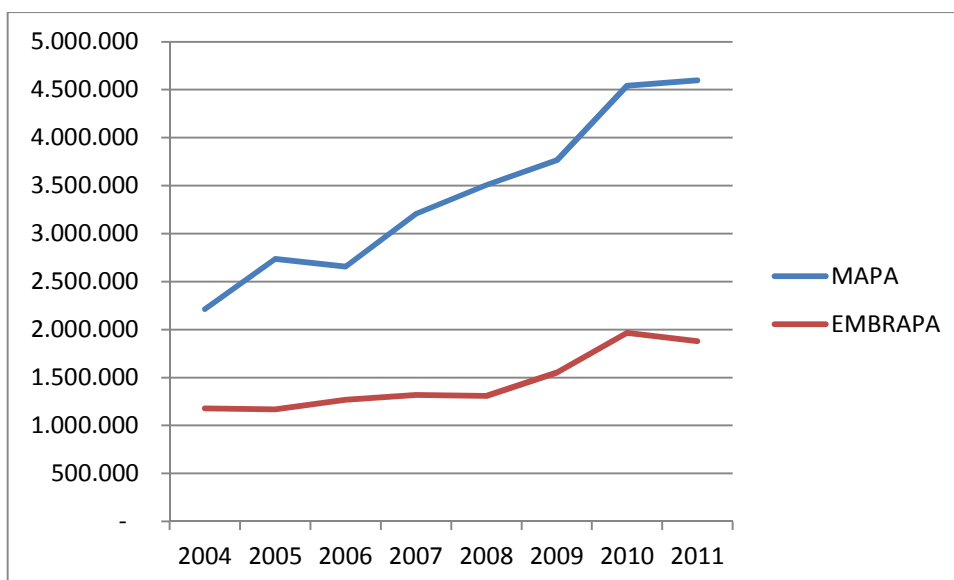


Figura 2 - Evolução orçamentária global Mapa X Embrapa (R\$ mil)

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais. Elaborado pelo autor.

Visualmente é perceptível a existência de correlação entre as duas curvas, no entanto, utilizando-se do SPSS, é possível obter o índice de correlação de Pearson igual a 0,94, ou seja, bem próximo de 1, o que indicaria alto nível de correlação. O coeficiente de correlação ao quadrado, conhecido como coeficiente de determinação R^2 , oferece a medida da quantidade de variação em uma variável que é explicada pela outra e, no caso, esse valor representa 88%, confirmando a forte correlação.

O resultado dessa análise, parece sugerir que o Mapa segue regra similar à Embrapa na definição dos valores orçamentários ou seja, com o mesmo predomínio da

decisão incremental, no qual os tomadores de decisão apoiam-se em informações passadas para a definição orçamentária mais adequada. As pontuações verificadas complementam os momentos de estabilidade fazendo aproximar-se do modelo do Equilíbrio Pontuado.

Os resultados das variações orçamentárias anuais da Embrapa, embora não apresentarem-se de modo conclusivo, parecem confirmar matematicamente que no nível das ações existe uma tendência das variações ocorrerem concentradamente indicando um maior número de pequenas variações. As pontuações foram também verificadas mostrando uma configuração assemelhada ao padrão descrito pelo modelo do Equilíbrio Pontuado. Nítida são as descontinuidades verificadas na transição governamental refletida na elaboração do PPA e trazendo consequências nos valores orçamentários.

5.2 Análise do Desempenho Operacional

Os dados da Tabela 4, Indicador de Captação de Recursos, que irão subsidiar esta análise parecem ser mais adequados para se chegar a uma posição sobre a resposta da empresa ao ambiente institucional moldado pelas leis que foram publicadas a partir de 2004.

Conforme expressado nos diversos planos da Embrapa, existe um forte discurso na busca por parceiros que favoreçam a captação de recursos de outras fontes que não a governamental. Dado que a empresa assume uma destacada atuação de caráter tecnológico, os resultados aqui apresentados podem servir de proxy sobre como ela vem se posicionando em relação aos seus parceiros.

Na Figura 3 é representada a evolução das receitas diretas e indiretas, em valores de 2011, bem como o seu total.

Este indicador de Captação de Recursos apresenta-se como uma forma particular da empresa em aferir a capacidade dos centros de pesquisa obter receitas decorrentes das suas atividades de pesquisa.

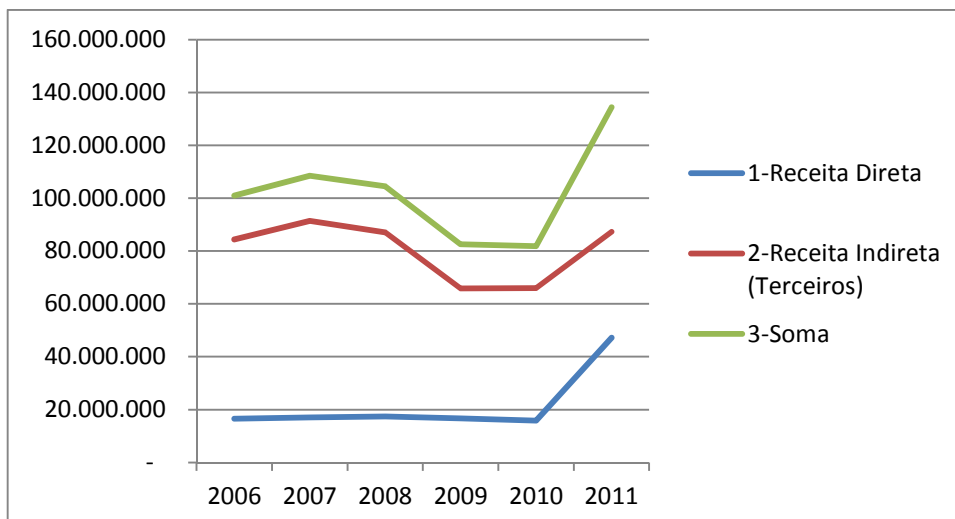


Figura 3 - Indicador: Captação de Recursos a valores de 2011.

Fonte: Relatórios de Gestão Embrapa.

Ao verificar-se o comportamento histórico dessas receitas na Figura 3 e confrontá-las com o momento em que ocorreram as edições da Lei de Inovação, em 2004; da Lei do Bem em 2005, e com a Lei Rouanet em 2007 e tomá-las como variáveis que pudessem influenciar o comportamento dessas receitas, será verificado que as mesmas comportaram-se de modo aparentemente independentes até 2010 quando então parecem dar um salto elevando-se, na soma das duas receitas, a valores bem superiores à média histórica iniciada em 2006.

Desde já evidencia-se uma limitação importante dessa avaliação, ou seja, embora ser difícil inferir os efeitos legais sobre essas receitas baseando-se exclusivamente nos dados apresentados, em vista de que outras variáveis ocultas podem estar interferindo nessa performance; o exercício realizado pode ser apresentado como parte complementar de estudos mais aprofundados os quais, por meio de investigações qualitativas, possam permitir chegar a resultados mais conclusivos.

5.3 Análise dos Demonstrativos de Resultados

Diferente da base de informações utilizadas na análise anterior, criada dentro da própria empresa, aqui pensou-se em desenvolver um indicador partindo das informações oficiais dos Demonstrativo Contábeis, publicados em conformidade com os dispositivos constantes na Lei das S/A, Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976). Dessa forma, variações

poderão ocorrer em virtude, por exemplo, dos valores serem apropriados sob o regime de competência.

A verificação baseou-se na representatividade das receitas advindas da atividade fim da Embrapa, ou seja, as obtidas pelas vendas e serviços prestados, diante do valor dos repasses federais com origem em seu orçamento fiscal.

O indicador constitui-se de valor percentual obtido pela divisão da receita de vendas e serviços com o repasse governamental recebido. Os valores foram dispostos em uma serie histórica conforme apresentado na Figura 4.

Evidencia-se pela Figura 4, uma queda quase que sucessiva do indicador, de 3,2% em 2004 para 1,5% em 2011, o que permite uma conclusão: a participação relativa das receitas privadas não vem conseguindo substituir as receitas oficiais do orçamento federal.

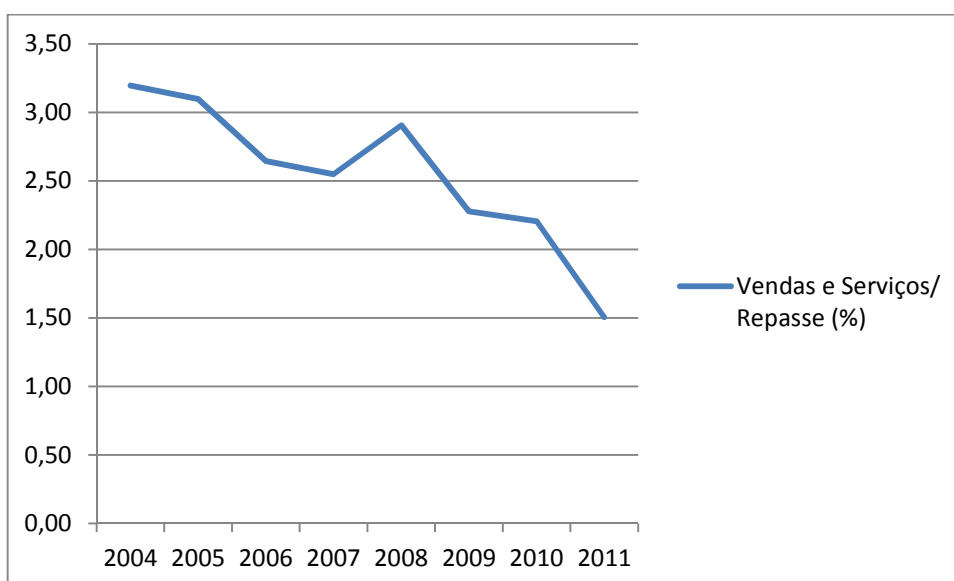


Figura 4 - Receita de Vendas e Serviços X Repasses Recebidos.

Fonte: Demonstrativos Contábeis – Embrapa. Elaborado pelo autor.

No ano de 2008, e nos subsequentes, a Embrapa passou a receber receita extra para fazer frente aos gastos previstos no PAC Embrapa, o que pode ter enviesado o resultado anterior. Para uma avaliação isenta desse efeito foram buscados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) (Anexos de J a M), os valores correspondentes às ações do PAC Embrapa e excluídos do valor de repasse para se

chegar a uma posição aparente conforme apresentado na Figura 5. Ressalta-se que o valor a ser excluído dos Repasses Recebidos deve ser correspondente aos empenhos liquidados, pois são estes que se configuram como fato gerador para apropriação no Demonstrativo de Resultado e por isso a recorrência ao Sigplan.

Como se vê, o resultado não se mostrou muito diferente do obtido anteriormente, somente com uma participação relativa um pouco maior das Vendas e Serviços, mas com a mesma tendência anterior.

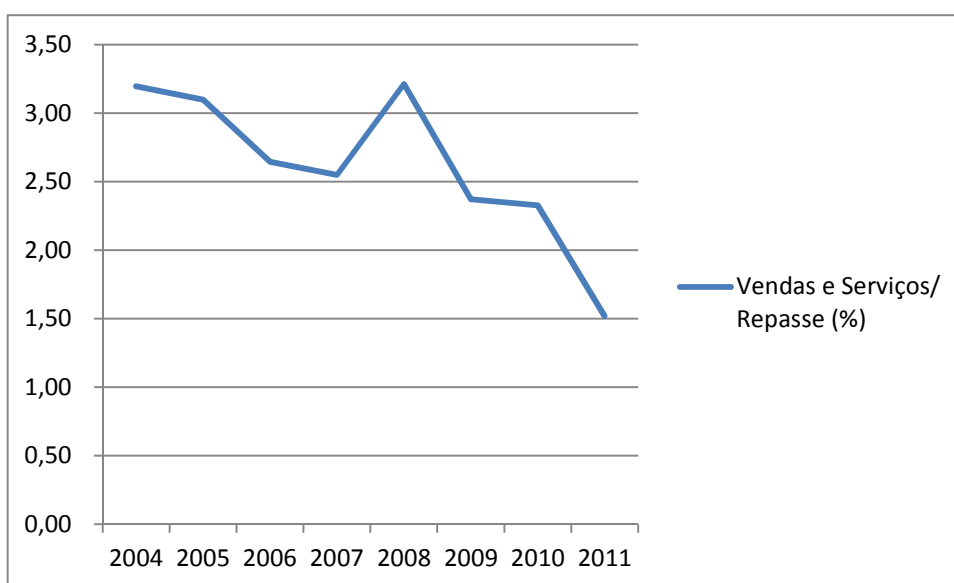


Figura 5 - Vendas e Serviços/Repasses (excluído PAC Embrapa).

Fonte: Demonstrativos Contábeis – Embrapa - Sigplan. Elaborado pelo autor.

5.4 Análise do PAC Embrapa

As ações iniciadas em 2009 decorrentes do “PAC-Embrapa” foram idealizadas do programa governamental de investimento em infra-estrutura denominado Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e podem estar enquadradas no que True, Jones e Baumgartner (2006) chamam de questões de alto nível decorrentes das instituições macropolíticas as quais surgem em um ambiente de mudança de definição de questão e de prioridade do mais alto nível do governo. Já as mudanças incrementais persistem no ambiente dos subsistemas com variações graduais.

Realmente, nas descrições daquelas ações e suas finalidades apresentadas nos quadros anteriores, há referência expressa a recursos destinados à consecução de projetos de investimentos o que os distingue dos recursos das atividades desenvolvidas de forma permanente na empresa.

Suas insurgências, portanto, parecem compor os momentos de mudanças de rumo verificadas como as pontuações do modelo do equilíbrio pontuado verificadas nos trabalhos de True et al.

6. CONCLUSÕES

Uma das vertentes da análise recaiu sobre o comportamento da empresa no ambiente institucional formado pelas regras legais as quais, aliadas às expressas intenções da Embrapa em obter novas fontes de financiamentos, poderiam proporcionar mudanças no seu perfil de financiamento. Nesse aspecto foi analisado um indicador de desempenho operacional, internamente criado pela empresa, denominado Indicador de Captação de Recursos o qual avalia a capacidade de captação de recursos dos centros de pesquisa num dado período. Essas receitas são constituídas pela receita captada diretamente por meio de contratos e pela venda de produtos e; pelas receitas indiretas correspondentes às despesas pagas por terceiros para financiar atividades de pesquisa.

Receitas como essas parecem estar alinhadas com os incentivos decorrentes da Lei da Inovação, da Lei do Bem e da Lei Rouanet que foram elaboradas no sentido de favorecer uma atuação mais sistêmica e cooperativa entre os agentes interessados no desenvolvimento da pesquisa no país. Ao descrever-se graficamente o comportamento dessas receitas em uma série histórica desde o ano de 2006, quando o indicador foi criado, a resposta parece incompatível com a existência de uma correlação temporal com as publicações dos normativos.

Como visualizado, tanto as receitas diretas como as indiretas tiveram um grande salto em 2011, comparativamente aos anos anteriores, o que por si só não permite muitas conclusões. Outras análises poderiam complementar essas constatações para tornar as avaliações mais conclusivas, dado que outras variáveis podem estar interferindo para uma resposta mais efetiva da empresa ao ambiente presumivelmente favorável à formação de parcerias e, conseqüentemente, ao acesso a novas fontes de recursos.

Para complementar as análises anteriores, foi buscada nos Demonstrativos de Resultados da Embrapa a construção de um indicador que pudesse evidenciar sua performance na obtenção de recursos privados, vis à vis os repasses recebidos orçamentariamente do Governo Federal. Essa pesquisa tomou por base as Notas Explicativas, documento formal dos seus Demonstrativos Contábeis publicados, as quais permitiram identificar as receitas obtidas pela atividade fim da empresa, ou seja, aquelas oriundas das vendas e serviços prestados, comparados com os valores dos

repasse recebidos com origem no orçamento fiscal, ambas informações disponíveis nos seus Demonstrativos de Resultados. Nesse aspecto foi possível verificar pelo levantamento das séries históricas que, tanto em valores nominais, quanto na análise comparativa, não tem ocorrido mudança favorável ao ingresso de recursos privados. Assim a Embrapa não vem conseguindo, no período analisado, modificar seu perfil de financiamento, mantendo elevada sua dependência dos recursos oficiais.

Utilizando-se dos resultados anteriores como uma proxy sobre como a Embrapa vem se posicionando em relação aos parceiros atuantes no ambiente de CT&I, ou seja, de que há entre esse comportamento e os resultados das receitas privadas uma correlação, a conclusão a que se chega é a de que a empresa não modificou o seu caráter de atuação no período estudado para uma participação mais sistêmica, conforme seria esperado após a mudança do marco legal.

Deve ser ratificado que a Embrapa é empresa do setor agropecuário de referência internacional, haja vista o enorme contingente de trabalhos científicos que ressaltam esse posicionamento no seu âmbito de atuação. A justificativa desse trabalho atrelou-se a uma preocupação cada vez mais aparente qual seja; a crescente necessidade de recursos privados para fazer frente à totalidade das demandas em investimentos que possam se traduzir em desenvolvimento para o país, vis à vis a escassez de recursos fiscais disponíveis.

Considerando-se as limitações do estudo de caso, a pesquisa, no âmbito restrito da Embrapa, possibilitou verificar que não estão havendo alterações significativas na forma em que a empresa vem se financiando. Essa posição ocorre mesmo havendo um persistente discurso em diversos relatórios da empresa de que ela tem por prioridade a busca por outras fontes de recursos. Também deve ser apontado que, embora a edição de um marco regulatório propenso a contribuir para a efetividade do trabalho cooperativo entre os agentes da área tecnológica, não foi possível a constatação da correlação de respostas a esse ambiente nas fontes de captação de recursos da Embrapa, no período analisado.

O objetivo do trabalho, portanto, além de avaliar a dimensão de causalidade entre as políticas de C,T&I e a mudança no perfil de financiamento do caso analisado, tinha também a intenção de analisar a adequação dos dispositivos legais relacionados à CT&I de forma geral. Nesse aspecto o trabalho mostrou-se inconclusivo dada a

impossibilidade de ampliar os resultados de um único estudo de caso para o universo das instituições que podem submeter-se ao alcance daquelas leis configurando-se, dessa forma, em uma limitação importante que poderá ser transposta a partir de avaliações em outras instituições e, também, de estudos de caráter qualitativos complementares.

Por fim, também, tomando por base o estudo de caso, buscou-se evidenciar a existência de padrões incrementais no comportamento relacionado às decisões públicas e, ainda, identificar momentos de descolamento desse padrão em situações de ruptura como as decorrentes da mudança de governo.

Nesse aspecto, das situações descritas foi verificada a coincidência com o modelo do equilíbrio pontuado no qual são observados períodos de estabilidade onde há predominância do comportamento incremental e outros momentos onde são verificadas rupturas com esse padrão, como as observadas na mudança do PPA 2004/2007 para o PPA 2008/2011. Nessas mudanças verificaram-se que ações foram extintas enquanto outras foram criadas como, por exemplo, as relacionadas ao PAC Embrapa.

Foi repetida a experiência realizada por True, Jones e Baumgartner no âmbito de uma organização, delimitado em um prazo relativamente curto de análise a fim de se constatar aquilo que já foi apontado em outros estudos, ou seja, a evidenciação de mudança nos rumos das políticas públicas nos momentos de transição de governo e a existência de períodos nos quais as mudanças são incrementais.

O resultado gráfico das variações nos valores consignados às ações finalísticas da Embrapa apresentou-se tipicamente dentro do padrão obtido no estudo realizado por True et al, ou seja, um histograma com características leptocúrticas, com pontuações que se afastam desse comportamento. Assim, as variações apresentadas no histograma aproximam-se do modelo de equilíbrio pontuado; apresenta um pico afilado posicionado próximo do centro, onde as variações positivas e negativas estão em torno da variação 0%, e outras variações distantes desse ponto, com variações elevadas denotando descolamentos em relação a um comportamento mais estável.

Embora a visualização gráfica se mostrar coincidente com a dos estudos sobre equilíbrio pontuado, ela limita maiores avaliações. Mais evidentes e conclusivas são as observações na Tabela 1, onde são possíveis as verificações das descontinuidades das ações e criação de novas ações no momento de transição do programa de governo e também a criação em 2009 das ações do PAC-Embrapa.

A comparação das dotações globais com as do Mapa, parecem mostrar um comportamento vinculado o que pode sugerir que as decisões sigam o mesmo padrão, a grosso modo, sem grandes variações nos momentos intermediários, e entre um PPA e outro, pois são momentos de redefinição onde janelas podem ser abertas para mudanças nas políticas.

Aqui também, outra pesquisa de caráter qualitativa poderia complementar as informações anteriores no sentido de serem investigadas como emergiram as motivações para as mudanças verificadas, ou seja, como foram processadas as questões nos subsistemas alterando o quadro orçamentário da empresa. Outras variáveis importantes podem condicionar um dado padrão de comportamento como, por exemplo, a conhecida rigidez do orçamento brasileiro o qual impõe uma série de vinculações e investigar como elas poderiam indiretamente constranger a decisão orçamentária para determinados limites.

Importante reforçar que o estudo centrou-se na alocação orçamentária, a qual poderia sinalizar as intenções dos tomadores de decisão. Dessa forma, a real execução pode ser maior ou menor a partir de outras motivações como a existência de contingenciamentos ou a abertura de créditos especiais no transcorrer do ano.

Na busca de respostas foram trabalhadas as bases explicativas com apoio na teoria incremental e do equilíbrio pontuando as quais poderiam justificar os comportamentos verificados nas consignações orçamentárias. No plano da teoria institucional poderiam ser encontradas justificativas para eventual resistência organizacional à adaptação às novas normas concebidas para propiciar um ambiente sistêmico sinérgico à obtenção de outras fontes de financiamento.

Dessa forma, se no plano das hipóteses colocadas no início do trabalho as avaliações não se mostraram consistentes para uma conclusão definitiva, foi possível apresentar uma sistemática que pode ser ampliada, em conjunto com estudos qualitativos, no sentido de serem aprimorados os processos de alocação orçamentária. Da mesma forma, esses estudos complementares poderiam identificar eventuais deficiências na lei que podem não estar adequadas às finalidades últimas que se desejam, ou seja, a instituição de ambiente favorável às associações organizacionais para o desenvolvimento sustentável da ciência.

Também, pesquisas qualitativas poderiam dar prosseguimento ao presente trabalho para investigar junto aos gestores, quais dificuldades a empresa vêm se defrontando para assumir a posição de aparente invariabilidade comparativa entre os repasses oficiais recebidos e as receitas advindas da sua atividade empresarial, mesmo com o forte discurso propalado pela empresa da necessidade de fontes alternativas de recursos.

Por fim, do resultado conjunto de pesquisas com enfoque econômico, financeiro e orçamentário acerca da efetividade do ambiente legal para transformar a atuação das instituições, poderia ser identificado os pontos fracos para uma melhor adequação das normas tornando-as alavanca para a formação do sistema que atue de modo sinérgico, desenvolvendo a ciência de forma produtiva e, ao mesmo tempo, favorecendo o surgimento de fontes alternativas de recursos.

REFERÊNCIAS

ALLISON, G.; ZELIKOW, P. **Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis**. New York: Longman, 1999.

AVILA, A.F.D.; GOMES, E.G.; SOUZA, G. da S. **Evolução dos indicadores de desempenho dos Centros de Pesquisa da Embrapa no período 1996-2006**. In: Congresso da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, 2008, Campina Grande. Disponível em:
<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/661479>. Acesso em jun. 2012.

BONAFONT, L. C. **Redes de Políticas Públicas**. Madrid: Siglo Vientiuno de Espana Editores, 2004.

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Página principal do site da EMBRAPA. **Descreve informações gerais sobre a empresa**. Disponível em:
http://www.embrapa.br/a_embrapa/missao_e_atuacao. Acesso em jun. 2012. 2012a

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Lei Orçamentária 2004. Volume IV**. Disponível em:
<http://sidonet.planejamento.gov.br/docs/lei2004/index.htm>. Acesso em: 16 jun. 2012. 2012b.

_____. Embrapa. **Processos de Contas Anuais**. Disponível em:
<http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/processos-de-contas-anuais/>. Acesso em: 04 jul. 2012. 2012c.

_____. Embrapa. **Acesso à Informação**. Disponível em:
<http://hotsites.sct.embrapa.br/acessoainformacao>. Acesso em 09 jun. 2012. 2012d

_____. Embrapa. **Relatório de Gestão da Embrapa. Exercício 2010**. Secretaria de Gestão Estratégica. Brasília, março de 2011.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. 2010

_____. Embrapa **V Plano Diretor da Embrapa 2008 – 2023**. Aprovado pelo CONSAD em 01 de Abril de 2008.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. **Monitoramento em números do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2007- ano base 2006**. Brasília: MP, 2007.

_____. Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de jan. 2007

_____. Lei nº 11.487, de 15 de junho de 2007. Altera a Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir novo incentivo à inovação tecnológica e modificar as regras relativas à amortização acelerada para investimentos vinculados a pesquisa e ao desenvolvimento. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de jun. 2007.

_____. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera [diversas legislações]; e dá outras providências. Vide texto compilado. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 nov. 2005.

_____. Embrapa. Secretaria de Gestão e Estratégia. **Relatório de Gestão Embrapa 2003** / Embrapa, Secretaria de Gestão e Estratégia. — Brasília, DF : Embrapa-SGE, 2004. 113 p.

_____. Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de dez. 2004.

_____. Embrapa. Secretaria de Administração e Estratégia. **IV Plano Diretor da Embrapa: 2004-2007**. / Embrapa. – Brasília, DF, 2004. 48 p.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Diretrizes de política industrial, tecnológica e de comércio exterior**. Brasília: Casa Civil, 2003. 23p.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira (Livro verde)**. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia / Academia Brasileira de Ciências, jul. 2001.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de maio 2000.

_____. Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998. Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 de out.1998.

_____. Lei Ordinária Nº 8.661, de 02 de junho de 1993. Dispõe Sobre os Incentivos Fiscais para a Capacitação Tecnológica da Indústria e da Agropecuária e da Outras Providencias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de jun.1993.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: **XXIX encontro anual da ANPOCS**. 2006.

CARDOSO, J.C.; GIMENEZ, D.M. Crescimento Econômico e Planejamento no Brasil (2003-2010): Evidências e Possibilidades do Ciclo Recente. In: **A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil** / organizador: José Celso Cardoso Jr.. Brasília: IPEA. 2011. V.4 (517 p.): Tabs.(Diálogos para o Desenvolvimento).

CAVALCANTE, L. R. M. T. **Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil: uma análise com base nos indicadores agregados**. Texto para discussão nº 1458. Brasília: IPEA, 2009.

COHEN, M.D.; MARCH, J.G.; OLSEN, J. P. **A Garbage Can Modelo of Organizational Choice**. Administrative Science Quarterly, vol. 17, nº 1 (Mar., 1972), pp1-25.

DAGNINO, R. (2002). **A relação pesquisa-produção: em busca de um enfoque alternativo**. Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología e Innovación. Madri: OEI, 2002.

_____. **A indústria de Defesa no Governo Lula**. Ed. Expressão popular/ FAPESP, 2010.

_____. **Ciência e tecnologia no Brasil. O processo decisório e a comunidade de pesquisa**. Ed. Unicamp, 2007.

DAGNINO, R.; DIAS, R.; BAGATTOLLI, C.. **Pesquisadores comentam artigo sobre inovação e crescimento industrial**. JC e-mail 31533, de 30 de Novembro de 2006. Disponível em: < <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=58123> >. Consulta em 10 de nov. de 2011.

DAGNINO, R.; DIAS, R.; **Políticas de Ciência e Tecnologia: Sessenta anos do Relatório Science: the Endless Frontier**. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. 2006.

DAGNINO, R.; THOMAS, H. **Planejamento e políticas públicas de inovação: em direção a um marco de referência latino-americano**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 23, p. 205-232, 2001.

DAVIS, O.; DEMPSTER, M.; WILDAVSKY, A. **A theory of the budgetary process**. The American Political Science Review, v. 60, n.3, p. 529-547, set. 1966.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais**. Revista de Administração de Empresas, v.45, nº2, p.74-89, 2005.

DOSI, G. **Fontes, Procedimentos e Efeitos Microeconômicos da Inovação** (tradução de Sources, Procedures and Microeconomic Effects of Innovation. Journal of Economic Literature, v. 36, n. 3, pp. 1120-1171); 1988.

ESSER, K.; HILLEBRAND, W.; MESSNER, D. & MEYER-STAMER, J. **Competitividad sistémica: nuevo desafío a las empresas y a la política**. Revista de La CEPAL, Santiago, n° 59, p. 39-52. 1996.

FERRAZ, J.C., KUPFER, D. e HAGUENAUER, L. **Made in Brazil, Desafios Competitivos para a Indústria**. Rio de Janeiro: Campus. 1996.

FIELD, A. **Descobrimos a estatística usando SPSS / Andy Field; tradução Lorí Vialli**. 2 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 688p.

FREEMAN, C.; SOETE, L.c ([1997] 2008) **A economia da inovação industrial**. Campinas: Editora da Unicamp. 2008.

GEELS, F.W.; **From sectoral systems of innovation to sócio-technical systems. Insights about dynamics and change from sociology and institutional theory**. Research Policy, 33. p.897-920. 2004.

GOMES. V.C; OLIVEIRA, L.G. C,T&I: uma análise da trajetória brasileira para promoção de competitividade e desenvolvimento. Em: KON, A. ; BORELLI, E. (ed) **Indústria, tecnologia e trabalho: desafios da economia brasileira**. EITT/PUCSP, 2012.

GRANOVETTER, M.S. The Strength of Weak Ties. In: **American Journal of Sociology**, vol. 78, n° 6, 1360-1380, 1973.

JONES, B.D. **Bounded rationality and political science: lessons from public administration and public policy**. Journal of Public Administration Research and Theory; Oct 2003; vol. 13, n 4, pp.395-412.

JONES, B. D.; BAUMGARTNER, F.R. **A model of choice for public policy**. Journal of Public Administration Research and theory, vol.15, n° 3. 2005.

KINGDON, J.W. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. Boston: Longman, 2011.

KLINE, S.; ROSENBERG, N. An overview of innovation. In: LANDAU, R.; ROSENBERG, N. (Org.). **The positive sum strategy**. Washington: National Academy of Press, 1986.

LASTRES, H.M.M., CASSIOLATO J.E. (Coord). **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: IE, 2003.

LEMOES, C. Inovação na era do conhecimento. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus,1999. Cap. 5, p.122.

- LUNA, F.; MOREIRA, S.; GONÇALVES, A. Financiamento à inovação. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Org.). **Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil**. Cap. 5, p. 229-262. Brasília: IPEA, 2008.
- LUNDVALL, B. A. **National innovation systems – analytical concept and development tool**. Industry and innovation, v.14, n.1, p.95-119, fev 2007.
- MALERBA, F. Sectoral systems of innovation: basic concepts. In: MALERBA, F. (Ed.). **Sectoral Systems of Innovation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 9-41.
- MARCH, J. G. **Como as decisões realmente acontecem: princípios da tomada de decisões nas organizações**. São Paulo: Leopardo, 2009.
- MARQUES, R. A.; OLIVEIRA, L. G. Sectoral system of innovation in Brazil: reflections about the accumulation in the aeronautic sector (1990-2002). In: MALERBA, F.; MANI, S. (orgs) **Sectoral Systems of Innovation and Production in Developing Countries**. Edward Elgar Publishing Limited. London/UK.2009.
- MEYER, J. W. e B. ROWAN. **Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony**. The American Journal of Sociology, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- MORAIS, J. M. Uma avaliação dos programas de apoio financeiro à inovação tecnológica com base nos fundos setoriais e na lei de Inovação. In DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Org.) . **Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil**. Brasília: Ipea, 2008.
- NELSON, R.; WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982.
- NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.
- _____. **Institutions**. The Journal of Economic Perspectives, v.5, nº1, p. 97-112, 1991.
- ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3. ed. Tradução: Finep, Rio de Janeiro, 2005.
- _____, **Manual de Frascati: proposta de práticas exemplares para inquéritos sobre investigação e desenvolvimento experimental** - 2002. OECD: F- Iniciativas, Portugal, 2007.
- _____, **Managing National Innovation Systems. Policy implications**. OCDE, Paris, 1999.
- PACHECO, C. A. **A criação dos “Fundos Setoriais” de Ciência e Tecnologia**. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro, 6 (1), p.191-223, janeiro/junho 2007.

PADGETT, J. **Bounded Rationality in Budgetary Research**. American Political Science Review. v. 74, p. 354-372, 1980.

PEREIRA, J. M.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão de inovação: A lei de inovação tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil**. ERA-eletrônica, v.4, n.2, Art. 18, jul./dez. 2005.

RESENDE, F. Planejamento no Brasil: Auge, Declínio e Caminhos para a Reconstrução. In: **A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil** / organizador: José Celso Cardoso Jr.. Brasília: IPEA. 2011. V.4 (517 p.): Tabs.(Diálogos para o Desenvolvimento).

SABATIER, P.; WEIBLE, C. The Advocacy Coalition Framework: Innovations and Clarifications. In: **Theories of the Policy Process**, Edited by Paul Sabatier. Boulder: Westview Press, 2007.

SALERNO, M. S.; DAHER, T. **Política industrial, tecnológica e de comércio exterior do Governo Federal (PITCE): balanço e perspectivas**. 2006. Disponível em: <<http://investimentos.desenvolvimento.gov.br/conteudo/index/item/67>>. Acesso em: out. 2011.

SALERNO, M. S.; KUBOTA, L. C. Estado e inovação. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Org.). **Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil**. Cap. 1, p. 13-64. Brasília: IPEA, 2008.

SCHUMPETER, J. A. (1911). **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SIMON, H. A. **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. Tradução do prof. Aluizio Loureiro Pinto. 2 ed. 311 p. Rio de Janeiro : USAID, 1965.

SZMRECSÁNYI, T. Esboços de História Econômica da Ciência e da Tecnologia. In: **Da Revolução Científica à Big (Business) Science**. Ed. Hucitec, SP/SP, 2000.

TRUE, J. L.; JONES, B. D.; BAUMGARTNER, F. R. Punctuated-Equilibrium Theory: explaining stability and change in public policy. In: SABATIER, P. A. (ed.) **Theories of Policies Process**. 2nd edition. 2006.

VIOTTI, E.B. Fundamentos e evolução dos indicadores de CT&I. In: VIOTTI, E.B.; MACEDO, M. M. (Org.). **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2003.

ANEXO A – Lei Orçamentária 2004 – Volume IV – 22202 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Unidade: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

R\$ 1,00

Código / Especificação	Recursos de Todas as Fontes			
	Exec 2002	LOA 2003	PLOA 2004	LOA 2004
Total	693.281.491	733.313.462	812.697.099	822.597.099
Programa				
0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira			220.000	220.000
0351 Agricultura Familiar - PRONAF	9.022.670	11.291.720		
0354 Desenvolvimento da Fruticultura - PROFRUTA	12.199.093	13.558.300	300.000	300.000
0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	6.695.363	9.933.100	190.000	190.000
0359 Desenvolvimento da Bovideocultura	8.761.294	8.282.400	300.000	300.000
0360 Gestão da Política Agropecuária			2.006.422	2.006.422
0361 Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais	10.958.683	10.083.600	6.122.233	6.122.233
0363 Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas	3.461.387	3.459.500	5.795.000	5.795.000
0364 Agricultura de Precisão	6.596.400	9.796.100		
0367 Desenvolvimento da Suídeocultura	527.127	550.000	190.000	190.000
0368 Manejo e Conservação de Sotos na Agricultura	5.277.834	6.892.300	250.000	250.000
0369 Desenvolvimento da Horticultura	5.559.739	5.406.150	1.195.000	1.195.000
0371 Desenvolvimento da Avicultura	1.209.277	1.175.000	200.000	200.000
0372 Desenvolvimento da Aquicultura	351.467	380.000		
0374 Produtividade do Algodão e de Outras Fibras	1.076.618	1.170.000		
0377 Desenvolvimento da Caprinocultura, da Equídeocultura e da Ovinocultura	1.323.212	1.585.000	240.000	240.000
0466 Biotecnologia	19.337.630	35.936.468		
0470 Ciência e Tecnologia para o Agronegócio	128.348	200.000		
0497 Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	507.848	400.000		
0499 Áreas Protegidas do Brasil	405.905	400.000		
0505 Florestar	5.224.836	6.358.000		
0750 Apoio Administrativo	497.901.551	494.320.795	554.802.343	554.802.343
0752 Gestão da Política de Comunicação de Governo	74.998			
0791 Valorização do Servidor Público	31.907.038	27.054.722		
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	1.107.270	4.680.707	6.622.510	6.622.510
0906 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (juros e Amortizações)	61.300.722	77.551.600	84.482.891	84.482.891
1156 Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio			135.915.150	139.915.150
1161 Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social			12.685.550	18.585.550
1225 Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico			190.000	190.000
1270 Proambiente			990.000	990.000
8008 Desenvolvimento da Floricultura e Plantas Ornamentais - PROFLORES	2.365.181	2.848.000		
Função				
20 Agricultura	630.873.499	651.081.155	721.591.698	731.491.698
28 Encargos Especiais	62.407.992	82.232.307	91.105.401	91.105.401
Subfunção				
121 Planejamento e Orçamento	128.348			
122 Administração Geral	470.483.406	200.000	485.685.335	485.685.335
126 Tecnologia da Informação	243.082			
128 Formação de Recursos Humanos	969.717	1.150.000	2.006.422	2.006.422
131 Comunicação Social	74.998	70.000	500.000	500.000
273 Previdência Complementar	27.175.063	29.301.076	32.538.582	32.538.582
301 Atenção Básica	8.316.709	8.318.000	12.415.000	12.415.000
306 Alimentação e Nutrição	22.244.149	17.138.722	23.274.734	23.274.734
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	205.463	258.000	571.892	571.892
365 Educação Infantil	171.000	190.000	316.800	316.800
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	100.861.564	594.455.357	149.090.700	158.990.700
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico			15.192.233	15.192.233
844 Serviço da Dívida Externa	61.300.722	77.551.600	84.482.891	84.482.891
846 Outros Encargos Especiais	1.107.270	4.680.707	6.622.510	6.622.510

ANEXO A – Lei Orçamentária 2004 – Volume IV – 22202 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Unidade: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

R\$ 1,00

Quadro Síntese

Recursos de Todas as Fontes

Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTOS	5 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6 - AMT	9 - RES	Total
1 Pessoal e Encargos Sociais	491.014.398							491.014.398
2 Juros e Encargos da Dívida	17.961.172	24.691.693						42.652.865
3 Outras Despesas Correntes	125.102.828	136.028.857	179.661.036					440.792.721
4 Investimentos	15.863.543	28.567.980	33.724.269					78.155.792
6 Amortização da Dívida	43.339.550	52.859.907	59.408.343					155.607.800
Total	723.281.491	342.140.437	184.661.036	38.624.269		59.408.343		1.308.115.576

Fonte (2003)	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
100	141.959.987	25.074.548	100.732.160	26.175.257		59.408.343		353.350.295
148			19.000.000	3.000.000				22.000.000
250			29.906.000	3.288.625				33.194.625
280			1.063.537					1.063.537
281			939.257	185.012				1.124.269
295			780.000	2.220.000				3.000.000
296			120.000					120.000
900	372.868.916		32.120.082	3.755.375				408.744.373
Total	514.828.903	25.074.548	184.661.036	38.624.269		59.408.343		822.597.099

ANEXO A – Lei Orçamentária 2004 – Volume IV – 22202 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Unidade: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

R\$ 1,00

Quadro dos Créditos Orçamentários										Recursos de Todas as Fontes
Programática	Programa/Ação/Produto/Locização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
0350	Desenvolvimento da Economia Cafeeira								220.000	
	Atividades								220.000	
0350 4694	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Economia Cafeeira	20	573						220.000	
0350 4694 0001	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Economia Cafeeira - Nacional								220.000	
	- Tecnologia transferida (unidade) 20			F	3-ODC	2	90	0 100	200.000	
				F	4-INV	2	90	0 100	20.000	
0354	Desenvolvimento da Fruticultura - PROFRUTA								300.000	
	Atividades								300.000	
0354 4713	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Fruticultura	20	573						300.000	
0354 4713 0001	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Fruticultura - Nacional								300.000	
	- Tecnologia transferida (unidade) 30			F	3-ODC	2	90	0 100	200.000	
				F	4-INV	2	90	0 100	100.000	
0356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas								190.000	
	Atividades								190.000	
0356 2164	Transferência de Tecnologia para Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	20	573						190.000	
0356 2164 0001	Transferência de Tecnologia para Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas - Nacional								190.000	
	- Tecnologia transferida (unidade) 12			F	3-ODC	2	90	0 100	170.000	
				F	4-INV	2	90	0 100	20.000	
0359	Desenvolvimento da Bovideocultura								300.000	
	Atividades								300.000	
0359 4690	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Bovideocultura	20	573						300.000	
0359 4690 0001	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Bovideocultura - Nacional								300.000	
	- Tecnologia transferida (unidade) 25			F	3-ODC	2	90	0 100	200.000	
				F	4-INV	2	90	0 100	100.000	
0360	Gestão da Política Agropecuária								2.006.422	
	Atividades								2.006.422	
0360 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	20	128						2.006.422	
0360 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional								2.006.422	
	- Servidor capacitado (unidade) 352			F	3-ODC	2	90	0 100	2.006.422	
0361	Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais								6.122.233	
	Atividades								6.122.233	
0361 4698	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e outras Espécies Vegetais	20	573						6.122.233	
0361 4698 0001	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e outras Espécies Vegetais - Nacional								6.122.233	
	- Tecnologia transferida (unidade) 20			F	3-ODC	2	30	0 100	5.000	
				F	3-ODC	2	30	0 250	5.000	
				F	3-ODC	2	40	0 281	3.000	
				F	3-ODC	2	90	0 100	3.000	
				F	3-ODC	2	90	0 250	2.931.427	
				F	3-ODC	2	90	0 280	1.063.537	

ANEXO A – Lei Orçamentária 2004 – Volume IV – 22202 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Unidade: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

R\$ 1,00

Quadro dos Créditos Orçamentários										Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Produto/Locafização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor		
			F	3-ODC	2	90	0	281	391.269		
			F	3-ODC	2	90	0	295	390.000		
			F	3-ODC	2	90	0	296	120.000		
			F	4-INV	2	90	0	100	100.000		
			F	4-INV	2	90	0	295	1.110.000		
0363	Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas								5.795.000		
	Atividades								5.795.000		
0363 4704	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas	20 573							5.795.000		
0363 4704 0001	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas - Nacional								5.795.000		
	- Tecnologia transferida (unidade) 25		F	3-ODC	2	30	0	100	10.000		
			F	3-ODC	2	90	0	100	5.000		
			F	3-ODC	2	90	0	250	4.000.000		
			F	3-ODC	2	90	0	281	250.000		
			F	3-ODC	2	90	0	295	390.000		
			F	4-INV	2	90	0	100	30.000		
			F	4-INV	2	90	0	295	1.110.000		
0367	Desenvolvimento da Suídeocultura								190.000		
	Atividades								190.000		
0367 4700	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Suídeocultura	20 573							190.000		
0367 4700 0001	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Suídeocultura - Nacional								190.000		
	- Tecnologia transferida (unidade) 14		F	3-ODC	2	90	0	100	170.000		
			F	4-INV	2	90	0	100	20.000		
0368	Manejo e Conservação de Solos na Agricultura								250.000		
	Atividades								250.000		
0368 2172	Transferência de Tecnologia para o Manejo e Conservação de Solos	20 573							250.000		
0368 2172 0001	Transferência de Tecnologia para o Manejo e Conservação de Solos - Nacional								250.000		
	- Tecnologia transferida (unidade) 16		F	3-ODC	2	90	0	100	200.000		
			F	4-INV	2	90	0	100	50.000		
0369	Desenvolvimento da Horticultura								1.195.000		
	Atividades								1.195.000		
0369 4708	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Horticultura	20 573							1.195.000		
0369 4708 0001	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Horticultura - Nacional								1.195.000		
	- Tecnologia transferida (unidade) 12		F	3-ODC	2	30	0	100	5.000		
			F	3-ODC	2	90	0	100	70.000		
			F	3-ODC	2	90	0	250	1.000.000		
			F	3-ODC	2	90	0	281	100.000		
			F	4-INV	2	90	0	100	20.000		
0371	Desenvolvimento da Avicultura								200.000		
	Atividades								200.000		
0371 4688	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Avicultura	20 573							200.000		
0371 4688 0001	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Avicultura - Nacional								200.000		
	- Tecnologia transferida (unidade) 13		F	3-ODC	2	90	0	100	170.000		

ANEXO A – Lei Orçamentária 2004 – Volume IV – 22202 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Unidade: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

R\$ 1,00

Quadro dos Créditos Orçamentários		Recursos de Todas as Fontes							
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fls	Valor
	Mista - Nacional		F	3-ODC	1	90	0	100	239.600
0901 0022	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	28 846							6.382.910
0901 0022 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista - Nacional		F	1-PES	1	90	0	100	6.241.874
			F	3-ODC	1	90	0	100	141.036
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								84.482.891
	Operações Especiais								84.482.891
0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	28 844							84.482.891
0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional		F	2-JUR	0	90	0	100	25.074.548
			F	6-AMT	0	90	0	100	59.408.343
1156	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio								139.915.150
	Atividades								139.915.150
1156 4641	Publicidade de Utilidade Pública	20 131							500.000
1156 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional		F	3-ODC	2	90	0	100	500.000
1156 4668	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Vegetal	20 572							28.322.190
1156 4668 0001	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Vegetal - Nacional								28.322.190
	- Pesquisa desenvolvida (unidade) 15		F	3-ODC	2	30	0	100	220.000
			F	3-ODC	2	30	0	148	305.000
			F	3-ODC	2	30	1	100	180.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	7.566.190
			F	3-ODC	2	90	0	148	3.385.000
			F	3-ODC	2	90	0	250	5.456.000
			F	3-ODC	2	90	0	900	4.050.000
			F	3-ODC	2	90	1	100	2.010.000
			F	4-INV	2	90	0	100	2.386.000
			F	4-INV	2	90	0	148	810.000
			F	4-INV	2	90	0	250	1.144.000
			F	4-INV	2	90	1	100	810.000
1156 4670	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Animal	20 572							18.251.758
1156 4670 0001	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Animal - Nacional								18.251.758
	- Pesquisa desenvolvida (unidade) 8		F	3-ODC	2	30	0	148	10.000
			F	3-ODC	2	50	0	100	20.000
			F	3-ODC	2	50	0	148	270.000
			F	3-ODC	2	50	1	100	220.000

ANEXO A – Lei Orçamentária 2004 – Volume IV – 22202 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Unidade: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

R\$ 1,00

Quadro dos Créditos Orçamentários		Recursos de Todas as Fontes							
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			F	3-ODC	2	90	0	100	5.406.758
			F	3-ODC	2	90	0	148	2.160.000
			F	3-ODC	2	90	0	250	2.900.000
			F	3-ODC	2	90	0	900	1.995.000
			F	3-ODC	2	90	1	100	1.720.000
			F	4-INV	2	90	0	100	2.830.000
			F	4-INV	2	90	0	148	360.000
			F	4-INV	2	90	1	100	360.000
1156 4672	Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Inovadores de Produção para o Agronegócio	20 572							13.415.685
1156 4672 0001	Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Inovadores de Produção para o Agronegócio - Nacional - Pesquisa desenvolvida (unidade) 8								13.415.685
			F	3-ODC	2	30	0	148	5.000
			F	3-ODC	2	50	0	100	10.000
			F	3-ODC	2	50	0	148	170.000
			F	3-ODC	2	50	1	100	120.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.905.685
			F	3-ODC	2	90	0	148	1.875.000
			F	3-ODC	2	90	0	250	3.050.000
			F	3-ODC	2	90	0	900	1.000.000
			F	3-ODC	2	90	1	100	1.530.000
			F	4-INV	2	20	0	250	330.000
			F	4-INV	2	90	0	100	2.600.000
			F	4-INV	2	90	0	148	350.000
			F	4-INV	2	90	0	250	120.000
			F	4-INV	2	90	1	100	350.000
1156 4674	Pesquisa e Desenvolvimento para Caracterização e Manejo de Agroecossistemas	20 572							15.248.454
1156 4674 0001	Pesquisa e Desenvolvimento para Caracterização e Manejo de Agroecossistemas - Nacional - Pesquisa desenvolvida (unidade) 5								15.248.454
			F	3-ODC	2	30	0	148	30.000
			F	3-ODC	2	30	1	100	25.000
			F	3-ODC	2	50	0	100	10.000
			F	3-ODC	2	50	0	148	190.000
			F	3-ODC	2	50	1	100	130.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.999.185
			F	3-ODC	2	90	0	148	2.540.000
			F	3-ODC	2	90	0	250	2.400.000
			F	3-ODC	2	90	0	281	69.988
			F	3-ODC	2	90	0	900	1.330.000
			F	3-ODC	2	90	1	100	2.005.000
			F	4-INV	2	90	0	100	2.359.269
			F	4-INV	2	90	0	148	340.000
			F	4-INV	2	90	0	250	400.000
			F	4-INV	2	90	0	281	80.012
			F	4-INV	2	90	1	100	340.000
1156 4676	Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e Suas Aplicações no Agronegócio	20 572							50.627.063
1156 4676 0001	Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e Suas Aplicações no Agronegócio - Nacional - Pesquisa desenvolvida (unidade) 7								50.627.063
			F	3-ODC	2	30	0	100	5.000
			F	3-ODC	2	30	0	148	20.000
			F	3-ODC	2	50	0	100	320.000

ANEXO A – Lei Orçamentária 2004 – Volume IV – 22202 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Unidade: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

R\$ 1,00

Quadro dos Créditos Orçamentários										Recursos de Todas as Fontes
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
	- Pesquisa desenvolvida (unidade) 10		F	3-ODC	2	50	0	100	5.000	
			F	3-ODC	2	50	0	148	15.000	
			F	3-ODC	2	50	1	100	10.000	
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.435.228	
			F	3-ODC	2	90	0	148	155.000	
			F	3-ODC	2	90	0	250	950.000	
			F	3-ODC	2	90	0	900	1.000.000	
			F	3-ODC	2	90	1	100	110.000	
			F	4-INV	2	90	0	100	1.740.000	
			F	4-INV	2	90	0	148	130.000	
			F	4-INV	2	90	0	250	250.000	
			F	4-INV	2	90	0	900	1.000.000	
			F	4-INV	2	90	1	100	130.000	
1161 4684	Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Integrados de Produção Aplicáveis a Processos Produtivos em Pequena Escala	20 572							4.208.136	
1161 4684 0001	Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Integrados de Produção Aplicáveis a Processos Produtivos em Pequena Escala - Nacional								4.008.136	
	- Pesquisa desenvolvida (unidade) 5		F	3-ODC	2	50	0	100	5.000	
			F	3-ODC	2	50	0	148	10.000	
			F	3-ODC	2	50	1	100	2.000	
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.603.136	
			F	3-ODC	2	90	0	148	50.000	
			F	3-ODC	2	90	0	250	1.080.000	
			F	3-ODC	2	90	1	100	8.000	
			F	4-INV	2	90	0	100	750.000	
			F	4-INV	2	90	0	148	140.000	
			F	4-INV	2	90	0	250	220.000	
			F	4-INV	2	90	1	100	140.000	
1161 4684 0004	Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Integrados de Produção Aplicáveis a Processos Produtivos em Pequena Escala - Pesquisa em melhoramento genético de sementes e grãos - Estado de Roraima								100.000	
	- Pesquisa desenvolvida (unidade) 2		F	3-ODC	2	30	0	100	100.000	
1161 4684 0006	Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Integrados de Produção Aplicáveis a Processos Produtivos em Pequena Escala - Pesquisa e Experimentação com Milho e Feijão na Micro-Região de Simão Dias - Estado do Sergipe								100.000	
	- Pesquisa desenvolvida (unidade) 1		F	3-ODC	2	90	0	100	50.000	
			F	4-INV	2	90	0	100	50.000	
1161 4686	Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade de Comunidades	20 572							6.447.186	
1161 4686 0001	Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade de Comunidades - Nacional								4.747.186	
	- Pesquisa desenvolvida (unidade) 5		F	3-ODC	2	50	0	100	5.000	
			F	3-ODC	2	50	0	148	10.000	
			F	3-ODC	2	50	1	100	5.000	
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.017.186	
			F	3-ODC	2	90	0	148	130.000	
			F	3-ODC	2	90	0	250	1.220.000	
			F	3-ODC	2	90	0	281	75.000	
			F	3-ODC	2	90	1	100	35.000	

ANEXO A – Lei Orçamentária 2004 – Volume IV – 22202 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Unidade: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

R\$ 1,00

Quadro dos Créditos Orçamentários										Recursos de Todas as Fontes
Programática	Programa/Ação/Produto/Locação	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Vabr	
			F	4-INV	2	90	0	100	625.000	
			F	4-INV	2	90	0	148	160.000	
			F	4-INV	2	90	0	250	230.000	
			F	4-INV	2	90	0	281	75.000	
			F	4-INV	2	90	1	100	160.000	
1161 4686 0004	Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade de Comunidades - Nacional - Pesquisa desenvolvida (unidade) 10								1.700.000	
			F	3-ODC	2	90	0	100	650.000	
			F	4-INV	2	90	0	100	850.000	
1225	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico Atividades								190.000	
1225 4718	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Produção Orgânica de Alimentos	20 573							190.000	
1225 4718 0001	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Produção Orgânica de Alimentos - Nacional - Tecnologia transferida (unidade) 13								190.000	
			F	3-ODC	2	90	0	100	170.000	
			F	4-INV	2	90	0	100	20.000	
1270	Proambiente Atividades								990.000	
1270 6394	Avaliação e Validação Científica das Iniciativas Inovadoras de Produção Rural	20 572							990.000	
1270 6394 0001	Avaliação e Validação Científica das Iniciativas Inovadoras de Produção Rural - Nacional - Pesquisa desenvolvida (unidade) 1								990.000	
			F	3-ODC	2	90	0	100	940.000	
			F	4-INV	2	90	0	100	50.000	
Total									822.597.099	

ANEXO B – Demonstração do Resultado 2004





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA
C.G.C.00.348.003/0001-10

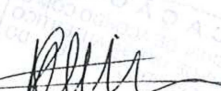
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

	EXERCÍCIO/2004 R\$	EXERCÍCIO/2003 R\$
(+) Receitas com Vendas e Serviços	26.987.630,82	26.040.840,85
(-) Vendas Canceladas e Descontos Incondicionais	7.875,42	14.119,41
(-) Imposto s/ Vendas e Serviços e Outras Deduções	1.758.745,55	2.886.060,94
(=) Receita Líquida	25.221.009,85	23.140.660,50
(-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	5.217.513,52	5.972.131,56
(=) Lucro Bruto	20.003.496,33	17.168.528,94
(+) Receitas Operacionais	852.224.028,60	759.970.258,04
Receitas Correntes	850.958.648,70	758.976.789,68
Repasse Recebido	844.420.536,63	746.726.071,35
Outras Receitas Correntes	6.538.112,07	12.250.718,33
Receitas de Capital	1.265.379,90	993.468,36
Convênios	1.265.379,90	993.468,36
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
(-) Despesas Operacionais	892.298.298,70	753.864.004,03
Despesas Correntes	808.406.875,85	683.304.683,83
Despesas com Vendas	32.715,51	33.620,21
Despesas Administrativas	795.231.924,53	665.700.154,29
Despesas Financeiras	14.428.603,52	17.990.454,78
(-) Receitas Financeiras	1.286.367,71	419.545,45
Despesas de Capital	83.891.422,85	70.559.320,20
(+) Resultado das Receitas (-) Despesas Orçamentárias e Extra Orçamentárias	40.872.524,94	(23.136.776,64)
(=) Lucro ou Prejuízo Operacional	20.801.751,17	138.006,31
(+) Receitas Não Operacionais	2.355.925,33	3.098.000,25
(-) Despesas Não Operacionais	1.263.909,99	4.014.831,78
(=) Resultado do Período de Apuração	21.893.766,51	(778.825,22)
(-) Contribuição para Assistência ou Previdência de Empregados	38.328.428,33	34.674.483,23
(=) Lucro Líquido Antes da Contribuição Social e do IRPJ	(16.434.661,82)	(35.453.308,45)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro	0,00	0,00
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ	(16.434.661,82)	(35.453.308,45)
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica	0,00	0,00
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(16.434.661,82)	(35.453.308,45)


CLAYTON CAMPANHOLA
Diretor-Presidente
CPF: 002.079.058-94


HERBERT CAVALCANTE DE LIMA
Diretor
CPF: 128.930.562,53


MARIZA MARILENA T. LUZ BARBOSA
Diretor
CPF: 331.913.286-53


GUSTAVO KAUKARK CHIANKA
Diretor
CPF: 745.219.937-53


JOSÉ JOÃO REIS
Chefe do Dept. de Administração Financeira - DAF
CPF: 179.074.541-15


FRANCISCO GELSON H. CAVALCANTE
Contador - CRC/DF 003742/O-1
CPF: 054.826.401-59

ANEXO C – Demonstração do Resultado 2005



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA
C.G.C.00.348.003/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

	EXERCÍCIO/2005 R\$	EXERCÍCIO/2004 R\$
(+) Receitas com Vendas e Serviços	26.175.439,40	26.987.630,82
(-) Vendas Canceladas e Descontos Incondicionais	2.375,62	7.875,42
(-) Imposto s/ Vendas e Serviços e Outras Deduções	1.057.526,16	1.758.745,55
(=) Receita Líquida	27.115.537,62	25.221.009,85
(-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	6.898.814,79	5.217.513,52
(=) Lucro Bruto	20.216.722,83	20.003.496,33
(+) Receitas Operacionais	922.707.921,87	852.224.028,60
Receitas Correntes	921.095.165,77	850.958.648,70
Repasse Recebido.....	909.471.743,95	844.420.536,63
Outras Receitas Correntes.....	11.623.421,82	6.538.112,07
Receitas de Capital	1.612.756,10	1.265.379,90
Convênios.....	1.612.756,10	1.265.379,90
(-) Despesas Operacionais	907.672.180,01	892.298.298,70
Despesas Correntes.....	827.592.156,51	808.406.875,85
Despesas com Vendas.....	23.508,34	32.715,51
Despesas Administrativas	820.033.649,43	795.231.924,53
Despesas Financeiras	9.818.291,69	14.428.603,52
(-) Receitas Financeiras	2.283.292,95	1.286.367,71
Despesas de Capital.....	80.080.023,50	83.891.422,85
(+/-) (Resultado das Receitas (-) Despesas Orçamentárias e Extra Orçamentárias)	(24.949.159,56)	40.872.524,94
(=) Lucro ou Prejuízo Operacional	10.303.305,13	20.801.751,17
(+) Receitas Não Operacionais	4.492.928,65	2.355.925,33
(-) Despesas Não Operacionais	1.540.391,79	1.263.909,99
(=) Resultado do Período de Apuração	13.255.841,99	21.893.766,51
(-) Contribuição para Assistência ou Previdência de Empregados.....	45.435.742,96	38.328.428,33
(=) Lucro Líquido Antes da Contribuição Social e do IRPJ	(32.179.900,97)	(16.434.661,82)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro.....	0,00	0,00
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ.....	(32.179.900,97)	(16.434.661,82)
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica.....	0,00	0,00
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício.....	(32.179.900,97)	(16.434.661,82)

SILVANO CRESTANA
Diretor-Presidente
CPF: 932.363.288-00

JOSÉ GERALDO EUGÊNIO DE FRANÇA
Diretor
CPF: 098.848.824-87

TATIANA DEANE DE ABREU SA
Diretora
CPF: 019.362.472-91

KEPLER EUCLIDES FILHO
Diretor
CPF: 158.087.266-20

JOSÉ JOÃO REIS
Chefe do Depto. de Administração Financeira - DAF
CPF: 179.074.541-15

FRANCISCO GELSON H. CAVALCANTE
Contador - CRC/DF 003742/O-1
CPF: 054.826.401-59

ANEXO D – Demonstração do Resultado 2006





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA
C.G.C.00.348.003/0001-10


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

	EXERCÍCIO/2006 R\$	EXERCÍCIO/2005 R\$
(+) Receitas com Vendas e Serviços	25.893.563,31	28.175.439,40
(-) Vendas Canceladas e Descontos Incondicionais	3.039,20	2.375,62
(-) Imposto s/ Vendas e Serviços e Outras Deduções	1.038.236,87	1.057.526,16
(=) Receita Líquida	24.852.287,24	27.115.537,62
(-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	6.390.585,62	6.898.814,79
(=) Lucro Bruto	18.461.701,62	20.216.722,83
(+) Receitas Operacionais	993.135.042,72	922.707.921,87
Receitas Correntes	991.383.495,32	921.095.165,77
Repasso Recebido.....	979.405.626,08	909.471.743,95
Outras Receitas Correntes.....	11.977.869,24	11.623.421,82
Receitas de Capital	1.751.547,40	1.612.756,10
Convênios.....	1.751.547,40	1.612.756,10
(-) Despesas Operacionais	1.014.241.973,92	907.672.180,01
Despesas Correntes.....	930.648.743,49	827.592.156,51
Despesas com Vendas.....	35.228,62	23.508,34
Despesas Administrativas	923.408.149,06	820.033.649,43
Despesas Financeiras	8.727.023,21	9.818.291,69
(-) Receitas Financeiras	1.521.657,40	2.283.292,95
Despesas de Capital.....	83.593.230,43	80.080.023,50
(+ / -) (Resultado das Receitas (-) Despesas Orçamentárias e Extra Orçamentárias)	28.403.046,77	(24.949.159,56)
(=) Lucro ou Prejuízo Operacional	25.757.817,19	10.303.305,13
(+) Receitas Não Operacionais	2.393.713,86	4.492.928,65
(-) Despesas Não Operacionais	1.737.108,45	1.540.391,79
(=) Resultado do Período de Apuração	26.414.422,60	13.255.841,99
(-) Contribuição para Assistência ou Previdência de Empregados.....	45.055.379,91	45.435.742,96
(=) Lucro Líquido Antes da Contribuição Social e do IRPJ	(18.640.957,31)	(32.179.900,97)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro.....	0,00	0,00
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ.....	(18.640.957,31)	(32.179.900,97)
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica.....	0,00	0,00
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício.....	(18.640.957,31)	(32.179.900,97)


SILVIO CRESTANA
Diretor Presidente
CPF: 932.363.288-00


JOSE GERALDO EUGENIO DE FRANÇA
Diretor
CPF: 098.848.824-87


TATIANA DEANE DE ABREU SA
Diretora
CPF: 019.362.472-91


KEPLER EUCLIDES FILHO
Diretor
CPF: 158.087.266-20


JOSE JOÃO REIS
Chefe do Depto. de Administração Financeira - DAF
CPF: 179.074.541-15


FRANCISCO GELSON H. CAVALCANTE
Contador - CRC/DF 003742/O-1
CPF: 054.826.401-59

ANEXO E – Demonstração do Resultado 2007



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA C.G.C.00.348.003/0001-10		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006		
	EXERCÍCIO/2007 R\$	EXERCÍCIO/2006 R\$
(+) Receitas com Vendas e Serviços	27.314.903,15	25.893.563,31
(-) Vendas Canceladas e Descontos Incondicionais	1.609,90	3.039,20
(-) Imposto s/ Vendas e Serviços e Outras Deduções	1.202.321,76	1.038.236,87
(=) Receita Líquida	26.110.971,49	24.852.287,24
(-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	7.626.740,03	6.390.585,62
(=) Lucro Bruto	18.484.231,46	18.461.701,62
(+) Receitas Operacionais	1.095.409.608,73	993.135.042,72
Receitas Correntes	1.093.780.980,44	991.383.495,32
Repasso Recebido.....	1.071.557.721,97	979.405.626,08
Outras Receitas Correntes.....	22.223.258,47	11.977.869,24
Receitas de Capital	1.628.628,29	1.751.547,40
Convênios.....	1.628.628,29	1.751.547,40
(-) Despesas Operacionais	1.120.511.397,37	1.014.241.973,92
Despesas Correntes.....	1.026.342.087,78	930.648.743,49
Despesas com Vendas.....	38.057,80	35.228,62
Despesas Administrativas	1.023.632.559,32	923.408.149,06
Despesas Financeiras	3.904.961,48	8.727.023,21
(-) Receitas Financeiras	1.233.490,82	1.521.657,40
Despesas de Capital.....	94.169.309,59	83.593.230,43
(+/-) (Resultado das Receitas (-) Despesas Orçamentárias e Extra Orçamentárias)	35.094.906,33	28.403.046,77
(=) Lucro ou Prejuízo Operacional	28.477.349,15	25.757.817,19
(+) Receitas Não Operacionais	3.789.413,82	2.393.713,86
(-) Despesas Não Operacionais	2.351.612,38	1.737.108,45
(=) Resultado do Período de Apuração	29.915.150,59	26.414.422,60
(-) Contribuição para Assistência ou Previdência de Empregados.....	45.207.584,00	45.055.379,91
(=) Lucro Líquido Antes da Contribuição Social e do IRPJ	(15.292.433,41)	(18.640.957,31)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro.....	0,00	0,00
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ.....	(15.292.433,41)	(18.640.957,31)
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica.....	0,00	0,00
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício.....	(15.292.433,41)	(18.640.957,31)



SILVIO CRESTANA
Diretor-Presidente
CPF: 932.363.288-00


JOSÉ GERALDO EUGÊNIO DE FRANÇA
Diretor
CPF: 098.848.824-87


TATIANA DEANE DE ABREU SA
Diretora
CPF: 019.362.472-91


KEPLER EUCLIDES FILHO
Diretor
CPF: 158.087.266-20


JOSÉ JOÃO REIS
Chefe do Depto. de Administração Financeira - DAF
CPF: 179.074.541-15


FRANCISCO GELSON H. CAVALCANTE
Contador - CRC/DF 003742/O-1
CPF: 054.826.401-59

ANEXO F – Demonstração do Resultado 2008



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA
C.G.C.00.348.003/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

	EXERCÍCIO/2008 R\$	EXERCÍCIO/2007 R\$
(+) Receitas com Vendas e Serviços	34.673.900,72	27.314.903,15
(-) Vendas Canceladas e Descontos Incondicionais	3.620,40	1.609,90
(-) Imposto s/ Vendas e Serviços e Outras Deduções	1.608.172,55	1.202.321,76
(=) Receita Líquida	33.062.107,77	26.110.971,49
(-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	6.596.794,19	7.626.740,03
(=) Lucro Bruto	26.465.313,58	18.484.231,46
(+) Receitas Operacionais	1.210.060.266,20	1.095.409.608,73
Receitas Correntes	1.208.443.832,54	1.093.780.980,44
Repasso Recebido.....	1.192.921.111,98	1.071.557.721,97
Outras Receitas Correntes.....	15.522.720,56	22.223.258,47
Receitas de Capital	1.616.433,66	1.628.628,29
Convênios.....	1.616.433,66	1.628.628,29
(-) Despesas Operacionais	1.325.589.944,05	1.120.511.397,37
Despesas Correntes.....	1.199.229.449,03	1.026.342.087,78
Despesas com Vendas.....	3.513.400,25	38.057,80
Despesas Administrativas	1.197.445.948,30	1.023.632.559,32
Despesas Financeiras	348.877,25	3.904.961,48
(-) Receitas Financeiras	2.078.776,77	1.233.490,82
Despesas de Capital.....	126.360.495,02	94.169.309,59
(+/-) (Resultado das Receitas (-) Despesas Orçamentárias e Extra Orçamentárias)	110.462.108,19	35.094.906,33
(=) Lucro ou Prejuízo Operacional	21.397.743,92	28.477.349,15
(+) Receitas Não Operacionais	4.205.910,40	3.789.413,82
(-) Despesas Não Operacionais	1.725.002,09	2.351.612,38
(=) Resultado do Período de Apuração	23.878.652,23	29.915.150,59
(-) Contribuição para Assistência ou Previdência de Empregados.....	48.025.701,83	45.207.584,00
(=) Lucro Líquido Antes da Contribuição Social e do IRPJ	(24.147.049,60)	(15.292.433,41)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro.....	0,00	0,00
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ.....	(24.147.049,60)	(15.292.433,41)
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica.....	0,00	0,00
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício.....	(24.147.049,60)	(15.292.433,41)

SILVIO CRESTANA
Diretor-Presidente
CPF: 932.363.268-00

JOSÉ GERALDO EUGENIO DE FRANÇA
Diretor
CPF: 098.848.824-87

TATIANA DEANE DE ABREU SA
Diretora
CPF: 019.362.472-91

KEPLER EUCLIDES FILHO
Diretor
CPF: 158.087.266-20

JOSÉ JOÃO REIS
Chefe do Depto. de Administração Financeira - DAF
CPF: 179.074.641-15

GERALDO DE SOUZA FAGUNDES
Contador - CRC/DF 008298/O-2
CPF: 457.983.891-20

ANEXO G – Demonstração do Resultado 2009



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA
C.G.C.00.348.003/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

	EXERCÍCIO/2009 R\$	EXERCÍCIO/2008 R\$
(+) Receitas com Vendas e Serviços	35.577.135,69	34.673.900,72
(-) Vendas Canceladas e Descontos Incondicionais	3.895,84	3.620,40
(-) Imposto s/ Vendas e Serviços e Outras Deduções	1.866.144,77	1.608.172,55
(=) Receita Líquida	33.707.095,08	33.062.107,77
(-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	13.777.126,79	6.596.794,19
(=) Lucro Bruto	19.929.968,29	26.465.313,58
(+) Receitas Operacionais	1.570.302.126,40	1.210.060.266,20
Receitas Correntes	1.568.432.119,29	1.208.443.832,54
Repasso Recebido.....	1.562.340.033,33	1.192.921.111,98
Outras Receitas Correntes.....	6.092.085,96	15.522.720,56
Receitas de Capital	1.870.007,11	1.616.433,66
Convênios.....	1.870.007,11	1.616.433,66
(-) Despesas Operacionais	1.791.856.136,40	1.325.747.808,20
Despesas Correntes.....	1.540.609.086,45	1.199.387.313,18
Despesas com Vendas.....	44.567,90	3.513.400,25
Despesas Administrativas	1.540.750.612,09	1.197.445.948,30
Despesas Financeiras	1.266.586,22	506.741,40
(-) Receitas Financeiras	1.452.679,76	2.078.776,77
Despesas de Capital.....	251.247.049,95	126.360.495,02
(+/-) (Resultado das Receitas (-) Despesas Orçamentárias e Extra Orçamentárias)	212.576.634,57	110.619.972,34
(=) Lucro ou Prejuízo Operacional	10.952.592,86	21.397.743,92
(+) Receitas Não Operacionais	4.024.508,23	4.205.910,40
(-) Despesas Não Operacionais	7.261.045,33	1.725.002,09
(=) Resultado do Período de Apuração	7.716.055,76	23.878.652,23
(-) Contribuição para Assistência ou Previdência de Empregados.....	59.427.463,49	48.025.701,83
(=) Lucro Líquido Antes da Contribuição Social e do IRPJ	(51.711.407,73)	(24.147.049,60)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro.....	0,00	0,00
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ.....	(51.711.407,73)	(24.147.049,60)
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica.....	0,00	0,00
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício.....	(51.711.407,73)	(24.147.049,60)

PEDRO ANTÔNIO ARRAES PEREIRA
Diretor-Presidente
CPF: 363.135.727-34

JOSÉ GERALDO EUGENIO DE FRANÇA
Diretor
CPF: 098.848.824-87

TATIANA DEANE DE ABREU SA
Diretora
CPF: 019.362.472-91

KEPLER EUCLIDES FILHO
Diretor
CPF: 158.087.266-20

JOSÉ JOÃO REIS
Chefe do Depto. de Administração Financeira - DA
CPF: 179.074.541-15

SUSY DARLEN BARROS DA PENHA
Contadora - CRC/DF 007472/O-2
CPF: 399.778.381-00

ANEXO H – Demonstração do Resultado 2010




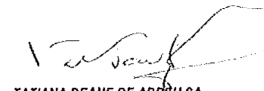
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA
C.G.C.00.348.003/0001-10

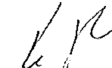
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	EXERCÍCIO/2010 R\$	EXERCÍCIO/2009 R\$
(+) Receitas com Vendas e Serviços ⁵¹	34.751.237,42	35.577.135,69
(-) Vendas Canceladas e Descontos Incondicionais ⁵²	98.540,96	3.695,84
(-) Imposto s/ Vendas e Serviços e Outras Deduções ⁵³	1.675.531,39	1.866.144,77
(=) Receita Líquida	32.777.165,07	33.707.095,08
(-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos ⁵⁴	7.927.022,02	13.777.126,79
(=) Lucro Bruto	24.850.143,05	19.929.968,29
(+) Receitas Operacionais ⁵⁵	1.594.599.376,01	1.570.302.126,40
Repasse Recebido ^a	1.575.781.126,76	1.562.340.033,33
Outras Receitas Operacionais ^b	12.845.988,52	6.092.085,96
Convênios ^c	5.972.260,73	1.870.007,11
(-) Despesas Operacionais ⁵⁶	1.841.967.635,98	1.792.042.229,94
Despesas com Vendas ^a	523.519,13	44.567,90
Despesas Administrativas ^b	1.573.769.638,72	1.540.750.612,09
Despesas com Investimentos ^c	267.674.478,13	251.247.049,95
(=) Resultado Antes das Receltas e Despesas Financeiras	(222.518.116,92)	(201.810.135,25)
Receitas Financeiras ⁵⁷	1.371.726,11	1.452.679,76
(-) Despesas Financeiras ⁵⁸	1.249.065,18	1.266.586,22
(+/-) (Resultado das Receltas (-) Despesas Orçamentárias e Extra Orçamentárias) ⁵⁹	278.457.467,34	208.611.414,80
(+) Receitas Não Operacionais ⁵¹⁰	5.080.104,67	4.024.508,23
(-) Despesas Não Operacionais ⁵¹¹	2.232.996,38	3.295.825,56
(=) Resultado do Período de Apuração	58.909.119,64	7.716.055,76
(-) Contribuição para Assistência ou Previdência de Empregados ⁵¹²	61.014.729,00	59.427.463,49
(=) Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(2.105.609,36)	(51.711.407,73)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro	0,00	0,00
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica	0,00	0,00
(=) Resultado Líquido do Exercício ⁵¹³	(2.105.609,36)	(51.711.407,73)



PEDRO ANTÔNIO ARRAES PEREIRA
Diretor-Presidente
CPF: 363.135.727-34


JOSÉ GENIVALDO EUGENIO DE FRANÇA
Diretor
CPF: 098.448.824-87


TATIANA DEANE DE ABREU SA
Diretora
CPF: 019.362.472-91


KEPLER EUCLIDES FILHO
Diretor
CPF: 158.087.266-20


JOSÉ JOÃO REIS
Chefe do Depto. de Administração Financeira - DAF
CPF: 179.074.541-15


SUSY DARLEN BARROS DA PENHA
Contadora - CRC/DF 007472/O-2
CPF: 399.778.381-00

ANEXO I – Demonstração do Resultado 2011

Relatório de Gestão - Empresa - ano base 2011

Tabela LXV- Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010		
	EXERCÍCIO/2011	EXERCÍCIO/2010
	R\$	R\$
(+) Receitas com Vendas e Serviços	27.106.044,53	34.751.237,42
(-) Vendas Canceladas e Descontos Incondicionais	62.210,94	98.540,96
(-) Imposto s/ Vendas e Serviços e Outras Deduções	1.855.425,10	1.875.531,39
(=) Receita Líquida	25.188.408,49	32.777.165,07
(-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	8.701.276,20	7.927.022,02
(=) Lucro Bruto	16.487.132,29	24.850.143,05
(+) Receitas Operacionais	1.817.936.009,18	1.594.599.376,01
Repasso Recebido	1.801.321.069,69	1.575.781.126,76
Outras Receitas Operacionais	9.703.084,60	12.845.988,52
Convênios	6.911.854,89	5.972.260,73
(-) Despesas Operacionais	2.012.146.162,30	1.841.967.635,98
Despesas com Vendas	274.933,91	523.519,13
Despesas Administrativas	1.836.071.433,62	1.573.769.638,72
Despesas com Investimentos	175.799.794,77	267.674.478,13
(=) Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	(177.723.020,83)	(222.518.116,92)
Receitas Financeiras	2.033.229,39	1.371.726,11
(-) Despesas Financeiras	1.969.177,87	1.249.065,18
(+/-) (Resultado das Receitas (-) Despesas Orçamentárias e Extra Orçamentárias)	218.011.435,39	278.457.467,34
(+) Receitas Não Operacionais	7.198.519,17	5.080.104,67
(-) Despesas Não Operacionais	4.382.967,91	2.232.996,38
(=) Resultado do Período de Apuração	43.168.017,34	58.909.119,64
(-) Contribuição para Assistência ou Previdência de Empregados	63.430.539,00	61.014.729,00
(=) Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(20.262.521,66)	(2.105.609,36)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro	0,00	0,00
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica.	0,00	0,00
(=) Resultado Líquido do Exercício	(20.262.521,66)	(2.105.609,36)

ANEXO J – Execução PAC Embrapa 2008

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/v3/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&AnoDeTrabalho=2008&PRGAno=2008&hAnoTreeview=2008

Dados Físicos e Financeiros 2008

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 116Z - Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infra-Estrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS. Ação marcada para compor a PCPR 2008
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Projeto
 Produto: ENTIDADE APOIADA
 Função: Agricultura

Data de Início: -
 Unidade de Medida: UNIDADE
 Sub-Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

Meta Física Não Cumulativa

Físico			Financeiro					
Região	Nacional	Fonte Tesouro						
	Prev. Inicial	Prev. Corr.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corr.	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Março	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Abril	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Maio	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Junho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Julho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Setembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Outubro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Novembro	0,000	17,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Dezembro	0,000	17,000	14,000	0,000	30,400,000	24,925,610	24,925,610	0,000
Totais	18,000	17,000	14,000	0,000	30,400,000	24,925,610	24,925,610	0,000
LOA	18,000	LOA + Créd.	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução		
	0,000	18,000	77,78	0,000	30,400,000	81,99		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

Janeiro
 Fevereiro
 Março
 Abril
 Maio
 Junho
 Julho

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/v3/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&AnoDeTrabalho=2008&PRGAno=2008&hAnoTreeview=2008

Dados Físicos e Financeiros 2008

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 117B - Ampliação e Revitalização da Infra-Estrutura Física das Unidades da Embrapa Ação marcada para compor a PCPR 2008
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Projeto
 Produto: unidade reformada
 Função: Agricultura

Data de Início: -
 Unidade de Medida: m²
 Sub-Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

Meta Física Não Cumulativa

Físico			Financeiro					
Região	Nacional	Fonte Tesouro						
	Prev. Inicial	Prev. Corr.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corr.	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Março	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Abril	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Maio	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Junho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Julho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,000	17,670,000	0,000	0,000	0,000
Setembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	63,154	0,000	0,000
Outubro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	763,041	53,016	5,508
Novembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	2,840,514	486,627	397,126
Dezembro	0,000	134,716,000	136,684,000	0,000	0,000	14,002,976	17,130,042	2,026,915
Totais	0,000	134,716,000	136,684,000	0,000	17,670,000	17,669,685	17,669,685	2,429,549
LOA	0,000	LOA + Créd.	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução		
	0,000	134,716,000	101,46	0,000	17,670,000	100,00		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

Janeiro
 Fevereiro
 Março
 Abril
 Maio
 Junho
 Julho

ANEXO J – Execução PAC Embrapa 2008

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/v3/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&hAnoDeTrabalho=2008&hPRGAño=2008&hAnoTreeview=2008

Dados Físicos e Financeiros 2008

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 117A - Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa Ação marcada para compor a PCPR 2008
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Projeto Data de Início: - Data de Término: -
 Produto: CENTRO CONSTRUÍDO Unidade de Medida: m2
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

* Valores Mensais Meta Física Não Cumulativa

Orçamento Anual

Região	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Março	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Abril	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mai	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Junho	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Julho	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Setembro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outubro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Novembro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dezembro	0,000	1,700,000	0,000	0,0	0,0	4,078,258	4,078,258	0,0
Totais	0,000	1,700,000	0,000	0,0	0,0	4,078,258	4,078,258	0,0
LOA			LOA + Créd.			% Execução		
0,000			1,700,000			0,00		
LOA			LOA + Créd.			% Execução		
0,000			4,080,000			99,99		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

Janeiro
 Fevereiro
 Março
 Abril
 Maio
 Junho
 Julho

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/v3/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&hAnoDeTrabalho=2008&hPRGAño=2008&hAnoTreeview=2008

Dados Físicos e Financeiros 2008

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 20B3 - Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa Agropecuária Ação marcada para compor a PCPR 2008
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Atividade
 Produto: pesquisa desenvolvida Unidade de Medida: UNIDADE
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

* Valores Mensais Meta Física Não Cumulativa

Orçamento Anual

Região	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Março	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Abril	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mai	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Junho	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Julho	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	2,365	545	545
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	7,245	9,065	6,448
Setembro	0,000	102,000	102,000	0,0	66,475,000	3,360,164	1,147,138	647,541
Outubro	0,000	102,000	102,000	0,0	425,000	8,934,873	5,646,256	4,521,110
Novembro	0,000	102,000	102,000	0,0	0,0	14,389,331	6,189,666	5,171,403
Dezembro	0,000	102,000	102,000	0,0	0,0	40,192,941	53,888,051	18,187,230
Totais	140,000	102,000	102,000	0,0	66,900,000	66,886,919	66,880,721	28,534,277
LOA			LOA + Créd.			% Execução		
0,000			140,000			72,86		
LOA			LOA + Créd.			% Execução		
0,000			66,900,000			99,97		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

Janeiro
 Fevereiro
 Março
 Abril
 Maio
 Junho
 Julho

ANEXO K - Execução PAC Embrapa 2009

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2009/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&AnoDeTrabalho=2009&HPRGAno=2009&HAnoTreeview=2009

Dados Físicos e Financeiros 2009

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 208J - Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa Agropecuária
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Atividade
 Produto: pesquisa desenvolvida Unidade de Medida: UNIDADE
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

* Valores Mensais Meta Física Não Cumulativa

Orçamento Anual RAP 2008

Região	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corr.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corr.	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	102.000	102.000	102.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	37.000	139.000	139.000	0,00	45.681,00	45.681,00	45.681,00	1.414,00
Março	0,000	139.000	139.000	0,00	788.772,00	788.773,00	200.210,00	171.057,00
Abril	7.000	139.000	139.000	0,00	444.393,00	444.392,00	461.856,00	449.483,00
Mai	4.000	139.000	139.000	0,00	1.361.860,00	1.361.860,00	1.143.349,00	924.502,00
Junho	10.000	139.000	139.000	0,00	3.647.930,00	3.647.929,00	1.722.762,00	1.523.756,00
Julho	7.000	139.000	139.000	0,00	7.264.156,00	7.264.155,00	4.937.148,00	4.018.020,00
Agosto	11.000	178.000	139.000	0,00	4.745.594,00	4.745.594,00	3.320.842,00	2.859.792,00
Setembro	0,000	178.000	170.000	0,00	6.361.613,00	6.361.614,00	5.463.635,00	6.211.961,00
Outubro	0,000	178.000	170.000	0,00	9.827.549,00	9.827.545,00	8.663.779,00	7.128.113,00
Novembro	0,000	170.000	170.000	0,00	3.371.321,00	12.505.828,00	9.597.992,00	8.029.972,00
Dezembro	0,000	178.000	189.000	0,00	26.942.210,00	21.702.110,00	12.239.086,00	13.487.824,00
Totais	0,000	178,000	0,000	0,00	64.801,079	68.695,481	47.796,340	44.805,894
LOA	178,000	178,000	0,000	74,328,275	74,328,275	64,30		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

- Janeiro
- Fevereiro
- Março
- Abril
- Maio
- Junho
- Julho

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2009/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&AnoDeTrabalho=2009&HPRGAno=2009&HAnoTreeview=2009

Dados Físicos e Financeiros 2009

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 117A - Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Projeto Data de Início: 05/2008 Data de Término: 12/2010
 Produto: Centro construido Unidade de Medida: m2
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

* Valores Mensais Meta Física Não Cumulativa

Orçamento Anual RAP 2008 Regionalização por UF

Região	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corr.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corr.	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Março	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abril	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mai	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Junho	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Julho	0,000	0,000	0,000	0,00	18.000,00	18.000,00	12.000,00	0,00
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,00	244.816,00	244.816,00	6.000,00	18.000,00
Setembro	0,000	0,000	0,000	0,00	402.732,00	402.732,00	284.158,00	39.342,00
Outubro	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	25.890,00	25.890,00
Novembro	5.000.000,00	5.000.000,00	0,000	0,00	588.542,00	899.916,00	841.367,00	1.011.240,00
Dezembro	3.300.000,00	6.000.000,00	11.080.000,00	0,00	17.378.930,00	15.974.377,00	-383.085,00	-308.142,00
Totais	8.300.000,00	11.000.000,00	11.080.000,00	0,00	18.633,020	17.539,841	786,330	786,330
LOA	8.300,000	8.300,000	133,49	19.920,000	17.540,000	4,48		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

- Janeiro
- Fevereiro
- Março
- Abril
- Maio
- Junho
- Julho

ANEXO K - Execução PAC Embrapa 2009

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sisplan.gov.br/monitoramento/2009/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&AnoDeTrabalho=2009&PRGAno=2009&AnoTreview=2009

Dados Físicos e Financeiros 2009

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 1162 - Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infra-Estrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Projeto Data de Início: 05/2008 Data de Término: 12/2010
 Produto: ENTIDADE APOIADA Unidade de Medida: UNIDADE
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

Valores Mensais Meta Física Não Cumulativa

Orçamento Anual RAP 2008 Regionalização por UF

Região	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corr.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corr.	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	3.000	3.000	0,000	0	5.474.000	5.474.000	0	0
Fevereiro	0,000	3.000	0,000	0	0	0	0	0
Março	0,000	3.000	2.000	0	0	0	3.649.330	1.824.660
Abril	0,000	3.000	1.000	0	0	0	1.824.670	3.649.340
Maio	0,000	3.000	0,000	0	0	0	0	0
Junho	0,000	3.000	0,000	0	0	0	0	0
Julho	0,000	3.000	0,000	0	0	0	0	0
Agosto	0,000	3.000	0,000	0	0	0	0	0
Setembro	7.000	3.000	0,000	0	0	0	0	0
Outubro	0,000	3.000	0,000	0	0	0	0	0
Novembro	7.000	5.000	0,000	17.283.378	75.999.909	91.170	91.170	91.170
Dezembro	0,000	17.000	14.000	93.339.652	38.992.999	707.163	707.163	554.918
Totais	0,000	19.000	17.000	0	116.097.030	120.466.908	6.272.333	6.120.088
	LOA	LOA + Créd.	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução		
	19.000	19.000	89,47	120.467.000	120.467.000	5,21		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

- Janeiro
- Fevereiro
- Março
- Abril
- Maio
- Junho
- Julho

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sisplan.gov.br/monitoramento/2009/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&AnoDeTrabalho=2009&PRGAno=2009&AnoTreview=2009

Dados Físicos e Financeiros 2009

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 1178 - Ampliação e Revitalização da Infra-Estrutura Física das Unidades da Embrapa
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Projeto Data de Início: 05/2008 Data de Término: 12/2010
 Produto: agricultura reformada Unidade de Medida: m²
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

Valores Mensais Meta Física Não Cumulativa

Orçamento Anual RAP 2008 Regionalização por UF

Região	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corr.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corr.	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0	0	0	0	0
Março	0,000	0,000	0,000	0	4.600	4.600	0	0
Abril	0,000	0,000	2.400,000	0	1.000.754	1.000.754	438.211	279.930
Maio	0,000	0,000	1.800,000	0	275.338	275.338	376.092	158.566
Junho	20.000,000	20.000,000	1.005,000	0	27.874.308	237.537	280.001	495.607
Julho	0,000	0,000	1.240,000	0	701.255	701.255	122.812	278.546
Agosto	40.000,000	40.000,000	1.253,000	0	1.464.650	1.464.650	338.880	183.029
Setembro	0,000	0,000	10.758,000	0	2.971.152	2.971.152	815.290	438.753
Outubro	80.000,000	0,000	8.602,000	0	2.366.711	2.227.898	456.461	766.722
Novembro	0,000	0,000	12.455,000	0	3.529.924	3.529.924	612.665	423.829
Dezembro	106.992,000	0,000	105.632,000	0	0	19.107.551	2.807.158	2.952.832
Totais	246.992,000	60.000,000	145.145,000	0	40.188.692	31.520.659	6.247.570	5.977.814
	LOA	LOA + Créd.	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução		
	246.992,000	246.992,000	58,77	29.155,000	31.535,000	19,81		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

- Janeiro
- Fevereiro
- Março
- Abril
- Maio
- Junho
- Julho

ANEXO L – Execução PAC Embrapa 2010

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2010/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&AnoDeTrabalho=2009&PRGAno=2009&AnoTreeview=2010

Dados Físicos e Financeiros 2010

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 1178 - Ampliação e Revitalização da Infra-Estrutura Física das Unidades da Embrapa
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Projeto Data de Início: 05/2008 Data de Término: 12/2010
 Produto: unidade reformada Unidade de Medida: m²
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

* Valores Mensais Meta Física Não Cumulativa

Orçamento Anual RAP 2009 Regionalização por UF

Região	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Março	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Abril	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mai	0,000	10,000,000	12,000,000	0,0	0,0	2,042,044	1,520,028	1,263,448
Junho	0,000	10,000,000	6,000,000	0,0	0,0	584,353	9,856	266,436
Julho	0,000	10,000,000	5,400,000	0,0	0,0	532,970	147,140	29,796
Agosto	0,000	10,000,000	6,500,000	0,0	0,0	1,750,129	571,037	569,268
Setembro	0,000	10,000,000	8,600,000	0,0	0,0	988,101	231,542	246,759
Outubro	0,000	10,000,000	7,500,000	0,0	0,0	4,781,798	562,674	409,934
Novembro	0,000	10,000,000	12,000,000	0,0	0,0	3,739,874	-507,389	-512,159
Dezembro	0,000	174,476,000	155,129,000	0,0	0,0	10,502,481	548,026	685,571
Totais	0,000	244,476,000	213,129,000	0,0	0,0	24,921,750	3,082,914	2,959,053
LOA + Créd.	244,476,000	244,476,000	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução		
			87,18	24.921.750	24.921.750	12,37		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

- Janeiro
- Fevereiro
- Março
- Abril
- Maio
- Junho
- Julho

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2010/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&AnoDeTrabalho=2009&PRGAno=2009&AnoTreeview=2010

Dados Físicos e Financeiros 2010

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 1178 - Ampliação e Revitalização da Infra-Estrutura Física das Unidades da Embrapa
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0076 - Aquisição de Equipamentos para Laboratórios - Fortaleza - CE
 Tipo da Ação: Projeto Data de Início: 05/2008 Data de Término: 12/2010
 Produto: unidade reformada Unidade de Medida: m²
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

* Valores Mensais Meta Física Não Cumulativa

Orçamento Anual

Região	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Março	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Abril	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mai	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	96,905	0,0	0,0
Junho	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	105,931	84,608	84,608
Julho	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	533,543	17,144	16,794
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	11,873,687	8,371,893	743,448
Setembro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	422,941	94,136	7,058,179
Outubro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	1,775,997	895,195	1,134,184
Novembro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	2,130,912	627,191	864,393
Dezembro	0,000	1,000	1,000	0,0	0,0	5,873,597	982,021	1,028,075
Totais	0,000	1,000	1,000	0,0	0,0	22,813,513	11,072,188	10,929,681
LOA + Créd.	1,000	1,000	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução		
			100,00	22.814.216	22.814.216	48,53		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

- Janeiro
- Fevereiro
- Março
- Abril
- Maio
- Junho
- Julho

ANEXO L – Execução PAC Embrapa 2010

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2010/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&AnoDeTrabalho=2009&PRGAno=2009&hAnoTreeview=2010

Dados Físicos e Financeiros

2010

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 117A - Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Projeto Data de Início: 05/2008 Data de Término: 12/2010
 Produto: Centro construído Unidade de Medida: m²
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

* Valores Mensais Meta Física Não Cumulativa

Orçamento Anual RAP 2009

Região	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Março	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Abril	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	21,362	21,100	0,0
Mai	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	21,100
Junho	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Julho	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	3,850	3,850	0,0
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	29,720	0,0	3,850
Setembro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	103,917	0,0	0,0
Outubro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	23,000	23,000	23,000
Novembro	0,000	0,000	0,000	0,0	0,0	69,590	103,917	103,917
Dezembro	0,000	5,000,000	500,000	0,0	0,0	15,509,061	323,999	323,999
Totais	0,000	5,000,000	500,000	0,0	0,0	15,760,500	475,866	475,866
	LOA	LOA + Créd.	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução		
	5.000.000	5.000.000	10,00	15.760.500	15.760.500	3,02		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

Janeiro
 Fevereiro
 Março
 Abril
 Maio
 Junho
 Julho

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2010/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&hAnoDeTrabalho=2009&PRGAno=2009&hAnoTreeview=2010

Dados Físicos e Financeiros

2010

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 20B3 - Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa Agropecuária
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Atividade
 Produto: pesquisa desenvolvida Unidade de Medida: UNIDADE
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

* Valores Mensais Meta Física Não Cumulativa

Orçamento Anual RAP 2009

Região	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
Janeiro	0,000	174,000	174,000	0,0	0,0	1,405,165	1,201,543	714,066
Fevereiro	0,000	174,000	174,000	0,0	0,0	3,133,513	905,152	915,118
Março	0,000	203,000	203,000	0,0	0,0	5,029,838	2,054,084	1,938,582
Abril	0,000	203,000	203,000	0,0	0,0	5,816,662	6,223,346	3,939,115
Mai	0,000	203,000	203,000	0,0	0,0	4,664,128	4,447,233	5,333,900
Junho	0,000	203,000	203,000	0,0	0,0	4,326,955	3,897,967	4,018,037
Julho	0,000	203,000	203,000	0,0	0,0	5,125,922	6,049,788	4,577,985
Agosto	0,000	203,000	203,000	0,0	0,0	8,485,136	6,511,822	7,282,330
Setembro	0,000	203,000	203,000	0,0	0,0	7,820,120	5,952,675	6,776,720
Outubro	0,000	203,000	203,000	0,0	0,0	10,391,487	7,555,720	7,130,499
Novembro	0,000	203,000	203,000	0,0	0,0	14,972,973	9,868,677	7,737,974
Dezembro	0,000	203,000	203,000	0,0	0,0	38,745,600	10,199,468	12,896,675
Totais	0,000	203,000	203,000	0,0	0,0	109,917,499	64,867,475	63,263,001
	LOA	LOA + Créd.	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução		
	203,000	203,000	100,00	109.917.751	109.917.751	59,01		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

Janeiro
 Fevereiro
 Março
 Abril
 Maio
 Junho
 Julho

ANEXO M – Execução PAC Embrapa 2011

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sisplan.gov.br/monitoramento/2011/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&AnoDeTrabalho=2009&HPRGAno=2009&HAnoTreview=2011

Dados Físicos e Financeiros 2011

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 1178 - Ampliação e Revitalização da Infra-Estrutura Física das Unidades da Embrapa
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Projeto Data de Início: 04/2008 Data de Término: 12/2011
 Produto: unidade reformada Unidade de Medida: m²
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

* Valores Mensais

Orçamento Anual RAP 2010 Regionalização por UF

Região	Físico Nacional			Fonte Tesouro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
Janeiro	40.000.000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	40.000.000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Março	40.000.000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Abril	40.000.000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Maio	40.000.000	410.000	410.000	0,0	0,0	354.141	20.881	20.881
Junho	40.000.000	1.400.000	1.400.000	0,0	0,0	196.372	155.376	73.228
Julho	40.000.000	508.000	508.000	0,0	0,0	288.959	27.062	106.485
Agosto	40.000.000	7.641.000	7.641.000	0,0	0,0	421.648	244.104	4.152
Setembro	40.000.000	27.000.000	5.013.000	0,0	0,0	231.853	126.605	144.490
Outubro	40.000.000	20.000.000	12.561.000	0,0	0,0	1.058.240	147.397	219.846
Novembro	40.000.000	41.520.000	2.116.000	0,0	0,0	2.683.934	150.312	284.767
Dezembro	53.379.000	124.575.000	20.017.000	0,0	0,0	19.878.833	2.051.745	1.791.244
Totais	493.379.000	223.054.000	49.666.000	0,0	0,0	25.114.080	2.923.494	2.645.093

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sisplan.gov.br/monitoramento/2011/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&AnoDeTrabalho=2009&HPRGAno=2009&HAnoTreview=2011

Dados Físicos e Financeiros 2011

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 117A - Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Projeto Data de Início: 04/2008 Data de Término: 12/2011
 Produto: Centro construido Unidade de Medida: m²
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

* Valores Mensais

Orçamento Anual RAP 2010

Região	Físico Nacional			Fonte Tesouro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
Janeiro	300.000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	300.000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Março	300.000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Abril	300.000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Maio	300.000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Junho	300.000	0,000	0,000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Julho	350.000	0,000	0,000	0,0	0,0	189.093	165.890	0,0
Agosto	350.000	0,000	0,000	0,0	0,0	12.475	7.386	165.890
Setembro	350.000	500.000	500.000	0,0	0,0	57.286	4.210	7.386
Outubro	350.000	106.000	106.000	0,0	0,0	310.065	108.112	21.510
Novembro	350.000	157.000	157.000	0,0	0,0	3.186.870	159.314	143.899
Dezembro	796.000	3.541.000	3.541.000	0,0	0,0	8.413.836	3.621.401	3.678.194
Totais	4.346.000	4.304.000	4.304.000	0,0	0,0	12.169.727	4.066.313	4.016.879

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

ANEXO M – Execução PAC Embrapa 2011

Monitoramento de Programas e Ações - Microsoft Internet Explorer provided by Ministério do Planejamento

http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2011/acompanhamento/index2.asp?Visao=Filtro&AnoDeTrabalho=2009&PRGAno=2009&AnoTreview=2011

Dados Físicos e Financeiros

2011

Programa: 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
 Ação: 20B3 - Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa Agropecuária
 UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
 Localizador: 0001 - Nacional
 Tipo da Ação: Atividade
 Produto: pesquisa desenvolvida Unidade de Medida: UNIDADE
 Função: Agricultura Sub Função: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia

* Valores Mensais Meta Física Não Cumulativa

Orçamento Anual RAP 2010

Região	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
Janeiro	106.000	113.000	67.000	0	0	55.837	34.249	28.092
Fevereiro	106.000	113.000	67.000	0	0	603.331	602.101	462.242
Março	106.000	113.000	67.000	0	0	882.025	808.101	902.514
Abril	106.000	113.000	79.000	0	0	729.103	710.314	653.866
Mai	106.000	113.000	81.000	0	0	447.302	364.794	302.146
Junho	106.000	113.000	83.000	0	0	1.017.767	872.740	602.689
Julho	106.000	113.000	85.000	0	0	3.675.768	1.090.575	1.072.182
Agosto	106.000	113.000	89.000	0	0	1.226.262	1.726.746	1.648.946
Setembro	106.000	113.000	96.000	0	0	2.384.146	2.834.802	1.444.666
Outubro	106.000	113.000	96.000	0	0	1.892.701	2.246.686	2.966.752
Novembro	106.000	113.000	107.000	0	0	4.085.424	1.536.203	2.342.685
Dezembro	106.000	113.000	113.000	0	0	10.344.952	-2.488.248	-2.358.015
Totais	106.000	113.000	86.000	0	0	27.344.618	10.341.063	10.068.765
SIAPL 01/02/2012	LOA	LOA + Créd.	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução		
SEST 31/12/2011	106.000	106.000	81,13	27.346.022	27.346.022	37,82		

Comentários dos Dados Físicos e Financeiros

Janeiro
 Fevereiro
 Março
 Abril
 Maio
 Junho
 Julho

Concluído

Internet 100%

4 Internet Explorer 2 Windows Explorer W Dissertação 27-07-20... W Dissertação Glauber [...] W Documento1 - Micros... 10:28

APÊNDICE A – Nomenclatura e código das ações

Cód.	Ação
4694	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Economia Cafeeira
4713	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Fruticultura
2164	Transferência de Tecnologia para Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
4690	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Bovideocultura
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
4698	Transf. de Tec. para o Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e outras Espécies Vegetais
4704	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas
4700	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Suideocultura
2172	Transferência de Tecnologia para o Manejo e Conservação de Solos
4708	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Horticultura
4688	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Avicultura
4692	Transf. de Tec. para o Des. da Equíideoc., da Ovinocaprinoc. e da Criação de Peq. e Médios Anim.
116Z	Apoio à Ampliação, à Revit. e à Modern. da Infra. Física das Org. Estad. de Pesq. Agrícolas - OEPAS
117A	Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa
117B	Ampliação e Revitalização da Infra-Estrutura Física das Unidades da Embrapa
20BJ	Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa Agropecuária
2D36	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade da Agroenergia
4641	Publicidade de Utilidade Pública
4668	Pesq. e Des. de Tec. para Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos da Agropecuária
4670	Pesq. e Des. para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Animal
4672	Pesq.e Des. de Tecnologias de Sistemas Inovadores para a Produção Agropecuária Sustentável
4674	Pesquisa e Desenvolvimento para Caracterização e Manejo de Agroecossistemas
4676	Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e suas Aplicações no Agronegócio
4678	Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias e Sistemas Avançados para Apoio à Defesa Agropecuária
4680	Pesq. e Des. de Tec. para a Sustent. do Agronegócio e sua Adaptação às Mudanças Amb. Globais
8554	Manutenção da Plataforma Nacional de Recursos Genéticos
8924	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária
4682	Pesq.e Des.de Tec. p/ a Comptt. da Prod. Agrop. de Base Fam. e das Comun. Tradic. c/ Sust. do Meio Rural
4684	Pesq. e Des. em Sistemas Integrados de Produção Aplicáveis a Processos Produtivos em Pequena Escala
4686	Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade de Comunidades
8926	Transferência de Tecnologia para a Inserção Social
4718	Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Produção Orgânica de Alimentos
6394	Avaliação e Validação Científica das Iniciativas Inovadoras de Produção Rural
10YM	Implantação da Estrutura Física e Laboratorial para Pesquisa em Agroenergia
2D36	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade da Agroenergia
8983	Pesquisa, Acesso e Tecnologia para o Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade
7H17	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

APÊNDICE B - Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Período	Variação Anual
2004	7,60%
2005	5,69%
2006	3,14%
2007	4,45%
2008	5,90%
2009	4,31%
2010	5,90%
2110	6,50%

Fonte: IBGE (BRASIL, 2011b).